

Jornal da ABI

Órgão Oficial da Associação Brasileira de Imprensa - Janeiro/Março de 2005 - Nº 298

O jornalismo além da saia

O jornalismo de moda exige muito mais do que simples conhecimentos sobre saia e blusa, diz a jornalista Patricia Rubano, diretora do GNT Fashion, o mais importante programa de moda da televisão brasileira. Como é esse jornalismo.

Páginas 3 a 5

ACERVO CONSTANZA PASCOLATO



Constanza, que foi repórter

O amor nos tempos do cinema da ABI

Além de incorporado à história da exibição cinematográfica no Rio, como cenário das primeiras sessões da Cinemateca do Museu de Arte Moderna e, nos anos 70 e 80, do Cineclube Macunaíma, o escurinho do cinema da ABI inspirou romances e casamentos duradouros - conta Alice Ahmed, que encontrou ali o grande amor de sua vida.

Página 28

A IMPRENSA SOB CERCO

JAGUAR



Jaguar.

O dia em que, em 1458, Johann Gutemberg inventou a imprensa. E a censura também.

A atividade jornalística encontra-se no mundo todo sob o cerco de inimigos de variada natureza, que estão gerando estatísticas macabras: 120 jornalistas mortos em 2004, grande parte por assassinato. No Brasil, desde fevereiro de 1999 registraram-se 127 casos de censura prévia por ordem judicial, relata o jornalista João Marcos de Carvalho, de Maceió, um dos censurados, em entrevista a Joaquim Leitão.

Páginas 16 a 23

Os 80 anos de Lan

Cartunistas do Rio e de São Paulo uniram-se à ABI nas homenagens ao caricaturista Lan pelos seus 80 anos: nada menos que 18 deles fizeram desenhos de exaltação do colega, um ítalo-argentino-uruguaio que se fixou no Brasil há mais de 50 anos e se apaixonou pelo Rio, pelas mulatas, pelo Flamengo e pela Portela. A homenagem a Lan e seu perfil, por João Máximo.

Páginas 12 a 15



ALECRIM

Após 57 anos de militância no jornalismo, Villas-Bôas Corrêa, decano da crônica política no Brasil, finalmente ingressou na ABI, porque a Casa, explica, agora alia à tradição de defesa da liberdade a eficiência administrativa. A trajetória de Villas, o elogio dele, por Muriilo Mello Filho, em reportagem de José Reinaldo Marques.

Página 25



AMICUCCI GALLO

NESTA EDIÇÃO

ANDRÉ BRUGNI • BRUNO LIBERATI • CARLOS ALBERTO DI FRANCO • CARLOS JURANDIR • MANOLO EPELBAUM • MAURÍCIO AZÊDO • RODRIGO CAIXETA • RUBEM MAURO MACHADO



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

DIRETORIA - MANDATO 2004/2007

Presidente: Maurício Azêdo
Vice-presidente: Milton Temer
Diretor Econômico Financeiro: Aristélio Andrade
Diretor de Assistência Social: Domingos Meirelles
Diretor Administrativo: Fichel Davit Chargel
Diretor de Cultura e Lazer: João Máximo
Diretora de Jornalismo: Joseti Marques

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Berta Nutels, Ely Moreira, Maria Inês Duque Estrada, Maurílio Ferreira e Tamar de Castro

COMISSÃO DE ÉTICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Alberto Dines, Cícero Sandroni, Ivan Alves Filho e Paulo Totti

COMISSÃO DE LIBERDADE DE IMPRENSA E DIREITOS HUMANOS

Adalberto Diniz, Altenir Santos Rodrigues, Anísio Félix, Ariosto da Silva Pinto, Germando Oliveira Gonçalves, Irene Cristina Gurgel do Amaral, Italo de Saldanha da Gama, José Gomes Talarico, Maria Cecília Ribas Carneiro, Mário Augusto Jakobskind, Orpheu Santos Salles, Paulo Parisi Rappoccio e Yaci Nunes

CONSELHO CONSULTIVO

Chico Caruso, Ferreira Gullar, José Aparecido de Oliveira, Miro Teixeira, Teixeira Heizer, Ziraldo e Zuenir Ventura

CONSELHO FISCAL

Jesus Antunes - Presidente, Aziz Ahmed - Secretário, Adriano Barbosa, Altenir Santos Rodrigues, Eduardo Rocha, Luiz Carlos de Oliveira e Zilda Ferreira

CONSELHO DELIBERATIVO (2004-2005)

Presidente: Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos
1º Secretário: Lénin Novaes de Araújo
2º Secretário: Nilo Marques Braga

Conselheiros efetivos (2004-2007)

Antonieta Vieira dos Santos, Arthur da Távola, Cid Benjamin, Flávio Tavares, Fritz Utzeri, Héris Arnt, Irene Cristina Gurgel do Amaral, Ivan Cavalcanti Proença, José Gomes Talarico, José Rezende, Marceu Vieira, Paulo Jerônimo, Roberto M. Moura, Sérgio Cabral e Teresinha Santos

Conselheiros efetivos (2003-2006)

Antonio Roberto da Cunha, Aristélio Travassos de Andrade, Arnaldo César Ricci Jacob, Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos, Domingos João Meirelles, Fichel Davit Chargel, Glória Sueli Alvarez Campos, João Máximo, Jorge Roberto Martins, Lénin Novaes de Araújo, Moacir Andrade, Nilo Marques Braga, Octávio Costa, Vítor Iorio e Yolanda Stein

Conselheiros efetivos (2002-2005)

Alberto Dines, Ana Arruda Callado, Antonio José Ferreira Libório, Araquém Moura Roulien, Beatriz Santa Cruz, Carlos Arthur Pitombeira, Carlos Chagas, Federico Carlo Utzeri, Ítalo de Saldanha da Gama, Jorge Milton Temer, Lygia Maria Collor Jobim, Mario Antonio Barata, Maurício Azêdo e Milton Coelho da Graça

Conselheiros suplentes (2004-2007)

Adalberto Diniz, Aluísio Maranhão, Ancelmo Gois, André Louzeiro, Jesus Chediak, José Silvestre Gorgulho, José Louzeiro, Lílían Nabuco, Luarindo Ernesto, Marcos de Castro, Marcus Barros Pinto, Mario Augusto Jakobskind, Marlene Custódio, Maurílio Ferreira e Yaci Nunes

Conselheiros suplentes (2003-2006)

Antônio Avellar C. Albuquerque, Antônio Calegari, Antônio Henrique Lago, Antonio Roberto Salgado da Cunha, Domingos Augusto G. Xisto Cunha, Hildeberto Lopes Aleluia, José Carlos Rego, Lorimar Macedo Ferreira, Luiz Carlos de Souza, Marco Aurélio B. Guimarães, Marcus Antônio M. de Miranda, Mauro dos Santos Vianna, Pery de Araújo Cotta, Rogério Marques Gomes, Rosângela Soares de Oliveira e Rubem Mauro Machado.

Conselheiros suplentes (2002-2005)

Adalberto Correa de Oliveira, Afonso César Gentil de Magalhães Costa, Anísio Félix dos Santos, Beatriz de Oliveira Santa Cruz Lima Chargel, Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos, Geraldo da Conceição Lopes, Jesus Edgard M. Catoira, Leda Acquarone de Sá, Marcos Tristão Chargel, Maria do Perpétuo Socorro Vitarelli, Osmar Amicucci Gallo, Paulo Parisi Rappoccio, Rosa Alonso Simon Garcia e Ubirajara Moura Roulien

Jornal da ABI

Rua Araújo Porto Alegre, 71,7º andar – Telefone: (21) 2220-3222 / 2282-1292
 Cep 22.030-010 – Rio de Janeiro – RJ – (jornal @abi.org.br)

Editora: Joseti Marques

Projeto Gráfico: Fichel Davit Chargel

Editoreção eletrônica: Miguel Heichard

Impressão: Gráfica Lance – Rua Santa Maria, 47 – Cidade Nova – Rio de Janeiro, RJ.

Diretor responsável: Maurício Azêdo

As reportagens e artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do **Jornal da ABI**.

NESTA EDIÇÃO

O jornalismo e seus dilemas

Falta de qualidade e deslizes éticos produzem cicatrizes na credibilidade, alerta o professor de Ética da Comunicação Carlos Alberto Di Franco ao analisar os problemas do jornalismo praticado hoje nos diversos veículos de comunicação. **Página 6**

Cerco desumano à ilha de Fidel

Rubem Mauro Machado conta em detalhes o resultado do bloqueio promovido pelos Estados Unidos a Cuba – um cerco desumano que já dura 45 anos e causa à pequena ilha um prejuízo de quase dois bilhões de dólares por ano. **Página 9**

O primeiro trimestre de 2005 nos surpreendeu com a partida de grandes companheiros – Aristóteles Andrade, Roland Corbisier, Newton Rodrigues, Paulo Afonso Grisolli, Hélio Bloch, Ariosto Silva Pinto, Álvaro Soledade, Vidas que seguem, deixando marcas de luta e coerência na história da imprensa e de nosso afeto. **Páginas 26 e 27**

AGÊNCIA O GLOBO



OS 90 ANOS DE MOACIR WERNECK

Jornalista, tradutor e escritor, Moacir Werneck de Castro completou 90 anos de uma vida plena de grandes histórias, a maior parte delas narradas em artigos ao longo dos seus 70 anos de militância na imprensa. **Página 24**

ARQUIVO LA NACIÓN



LA NACIÓN: UMA ESTRELA ARGENTINA

Os 135 anos do jornal argentino *La Nación*, comemorados com o encarte de uma edição de luxo, são revisitados pelo jornalista Manolo Epelbaum. O periódico teve entre seus colaboradores o escritor Jorge Luis Borges (foto) e Gabriel García Márquez. **Páginas 10 e 11**

DIOGO OLIVEIRA



Um grupo de estudantes alemães visitou o prédio da ABI para conhecer o estilo pioneiro na arquitetura moderna desenvolvido pelos irmãos Marcelo e Milton Roberto na década de 30. A arquiteta Margret Becker ficou impressionada com a conservação das características originais da construção. **Página 8**

E MAIS A reforma gráfica do *Jornal dos Sports* – um jornal que há 74 anos acompanha o esporte nacional e agora quer conquistar o mercado. Relatório da Comissão de Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos mostra a situação da liberdade de imprensa no Brasil no ano de 2004. O premiado jornalista Chico Amaral diz que a culpa dos erros ortográficos que infestam os jornais é da própria empresa. ABI pede providências ao Governo de São Paulo sobre o caso Ivandel Godinho.

ERRATA Na edição de número 297, de outubro-dezembro de 2004, são de Fichel Davit Chargel, e não de Aristélio Andrade, as fotos do jornalista Manuel Araújo publicadas nas páginas 2 e 13.

JORNALISMO DE MODA

Uma passarela entre o glamour e o preconceito



“Para comentar o mundo da moda é preciso conhecer mais que saia e blusa”

JOSÉ REINALDO MARQUES

O Rio de Janeiro se tornou em janeiro um dos maiores eventos de moda do País. Seiscientos jornalistas foram credenciados para a cobertura do Fashion Rio. Raramente um evento tem a oportunidade de reunir um contingente tão grande de jornalistas em busca do mesmo tipo de notícia, correndo atrás das mesmas fontes e empenhados em levar ao público um conjunto de boas matérias. Ao promover essa façanha, a moda brasileira mostrou que está num de seus melhores momentos de criatividade e prestígio e ainda por cima virou um bom mercado de trabalho para jornalistas. Mas quem acompanhou pelos jornais não tem idéia de como se desenvolve o trabalho ou a formação do jornalista de moda, nem os preconceitos com que muitas vezes são vistos, ou quanto ganham em relação aos colegas de outras editorias.

Os jornalistas que atuam na cobertura do mundo da moda reclamam do preconceito dos que acham que moda é assunto fútil e só rende matérias sobre banalidades. Muitos jornalistas relatam já ter passado pelo desconforto de serem subestimados dentro das redações, muito embora os profissionais das revistas e cadernos de assuntos femininos tenham que cumprir as mesmas regras e terem as mesmas competências que são exigidas em qualquer área do jornalismo. É claro que falar de *tailleurs*, *looks* e do perfil de modelos famosas como Gisele Bündchen e Naomi Campbell não leva às tensões do dia-a-dia pesado em que se transformou a cobertura de Cidade, por exemplo, mas também exige que o profissional tenha uma boa formação, freqüente cursos de extensão e de pós-graduação, saiba cultivar boas fontes, esteja sempre antenado com os assuntos diretamente ligados à sua área de atuação, leia e pesquise sobre diversos temas e seja capaz de produzir bons textos como em qualquer outra editoria.

– Para comentar o mundo da moda é preciso conhecer mais que saia e blusa – diz Patrícia Rubano, diretora do GNT



Constanza Pascolato, uma das mais bem-sucedidas profissionais do segmento de moda, começou no jornalismo nos anos 70, em São Paulo, como repórter da revista Cláudia, publicação da Editora Abril



ACERVO CONSTANZA PASCOLATO

Fashion, considerado o melhor programa de TV no gênero, que tem como âncora a jornalista Lilian Pacce.

– A moda, de maneira geral, está muito mais valorizada, com destaque não só em programas de TV e nas capas de jornais. O jornalismo de moda ganhou mais respeito, os programas de televisão são mais comportamentais. O GNT Fashion fala do funk, do hip hop e de fatos históricos. Fazemos um programa com assuntos de maior interesse do que os *looks* mostrados nas passarelas –, acrescenta Patrícia Rubano, para quem o jornalismo de moda é um mercado em expansão. Em São Paulo já é possível encontrar bons cursos para os jornalistas e produtores interessados em enriquecer seus conhecimentos e melhorar o currículo. Mas nem por isso a vida dos jornalistas das editorias de moda parece fácil:

– Ainda há muito preconceito com relação à moda, que está associada a futilidades e coisa de dondoca que não tem o que fazer. Mas as cabeças mais modernas perceberam que nem só a política é importante. Não é à toa que as universidades privadas, para sobreviver, perceberam o nicho de mercado que é a moda e passaram a investir nesses cursos –, diz a jornalista Simone Serpa, editora de moda e artesanato da revista *Manequim*, a primeira revista brasileira de moda lançada em São

Paulo, em 1959, pela Editora Abril.

Para os jornalistas que cobrem o segmento de moda é bastante clara a comparação que se costuma fazer entre os outros setores da imprensa e a imprensa feminina – invariavelmente valoriza-se a primeira:

– Considerando que a imprensa feminina tem penetração no mundo inteiro, vale mais pensar suas funções do que caracterizá-la como jornalística ou não –, opina a jornalista Dulcília Schroeder Buitoni, autora de um livro sobre imprensa feminina.

– Nessa linha de raciocínio, interessa afirmar que jornalismo não é uma categoria para julgamento. A imprensa feminina é passível de críticas, porém os critérios para análise não devem partir da oposição jornalismo não-jornalismo –, avalia.

A jornalista e professora de moda Ruth Joffily conta que o preconceito contra os jornalistas que produzem matérias para o segmento feminino surgiu na década de 1970, durante o regime militar, período no qual o jornalismo, apesar da censura, nunca deixou de ser crítico. O jornalismo de moda, então, era visto como alienado e fútil.

– Me formei na UFF, mas aprendi a trabalhar o jornalismo de moda na prática, e ao entrar nele percebi a riqueza dos profissionais da área, vi que eram pessoas altamente preparadas. Mas na

visão dos colegas nos anos 70 quem não estivesse ligado em economia e política era um alienado –, conta.

Esse debate fica mais apimentado quando a professora Ivana Bentes, coordenadora-adjunta da Escola de Comunicação da UFRJ, diz que o jornalismo de moda ficou muito relacionado a divulgação, a coluna social, que acabou contaminando outras editorias com o chamado jornalismo de notinhas.

– O jornalismo de moda não é crítico e deixa de explorar o mercado em expansão de mulheres consumidoras –, diz Ivana, sugerindo que os repórteres que cobrem moda e assuntos femininos passem a explorar mais, nas suas matérias, as questões mercadológicas, a economia da moda e a movimentação financeira da indústria ligada ao setor.

– No caso das escolas de Comunicação das universidades públicas, estas devem também investir em estudos de comportamento e mercado, pois há muito interesse da parte dos alunos – diz.

Para Constanza Pascolato, uma das mais respeitadas profissionais do segmento *fashion*, o jornalismo de moda não precisa ser fútil e “depende de quem faz”. Diz isso com a autoridade de quem está no mercado há mais de 30 anos, como empresária e consultora de moda, depois de atuar como jornalista em algumas das mais importantes revistas, como a *Vogue*, na qual escreve há cerca de 14 anos. Começou a fazer jornalismo de moda em São Paulo, como editora da revista *Cláudia*, nos anos 70, “uma época em que a dona-de-casa estava saindo da casa grande e da senzala para uma era mais revolucionária”, diz, fazendo questão de relatar o conselho que recebeu de Victor Civita, dono da Editora Abril:

“Você está fazendo uma revista nacional, então levanta o bumbum e vai conhecer o Brasil”, lembra Constanza, afirmando que a indicação lhe deu uma visão mais realista da diversidade de “modos e modas” incorporados pela população brasileira. Em sua passagem pela *Folha de S. Paulo*, nos anos 80, quando esteve na redação da *Folha Ilustrada*, percebeu muitos olhares de desconfiança: “Aí começamos a trabalhar para ganhar o respeito da redação, muito mais do que o do público”. O resultado foi bastante positivo, analisa Constanza, que diz ter se sentido recompensada quando viu seus textos sendo utilizados em aulas dos cursos de Jornalismo e de moda.



Nos bastidores, uma rotina de muito trabalho



Preconceitos à parte, o que se viu durante o Fashion Rio foi muito trabalho por parte dos jornalistas, que passaram uma semana semi-internos no Museu de Arte Moderna. A equipe do GNT Fashion, composta por diretor, produtor, repórter, editor, cinegrafista e operador de vt, comandada pelas jornalistas Lilian Pacce e Patrícia Rubano, manteve no MAM uma jornada de trabalho que durava cerca de 10 horas por dia. Com esse esforço, durante uma semana produziram várias matérias sobre os desfiles, mostrando o trabalho dos estilistas e apresentando diversas entrevistas com modelos e personalidades do mundo *fashion* – a entrevista com Gisele Bündchen, é claro, foi a mais concorrida. As matérias viraram um programa especial que foi ao ar no final de semana seguinte ao evento.

Segundo a diretora Patrícia Rubano, que já estava com o pensamento mobilizado para o São Paulo Fashion Week, que aconteceu na semana seguinte, ainda havia imagens e entrevistas suficientes para a produção de vários outros programas.

Para a assessoria de imprensa do Fashion Rio, todas as equipes de jornalismo de rádio e televisão fizeram a cobertura da feira como factual. A exceção foi a Rádio Eldorado – rádio oficial do evento, que manteve um programa com a atriz e comentarista de moda Beth Lago. A TV Globo cobriu a feira produzindo matérias para todos os seus telejornais. O evento rendeu duas matérias para o Jornal Nacional, cinco para o Jornal Hoje, quatro para o Jornal da Globo, uma entrada ao vivo para o Bom Dia Rio, além de uma entrada ao vivo e três matérias gravadas para o RJTV 2 e várias outras para o RJTV 1.

O coordenador de produção da TV Globo, Juarez Pessoa, diz que a emissora sempre escala os produtores que têm mais intimidade com o assunto quando faz cobertura de eventos de moda. Um desses produtores é Luiz Antônio Costa, que está na emissora há nove anos. Para ele, há três regras básicas para se fazer uma boa cobertura num evento de moda.

A número um é conhecer a logística, para conferir o que vai render de imagem. Em segundo lugar vem o contato com os organizadores, pois como o Fashion Rio não é novidade é

necessário saber com antecedência quais serão os principais momentos do evento; em terceiro lugar é preciso explorar bem, nas matérias, somente o que é realmente novo. Para exemplificar o quanto vale ter boas fontes e saber negociar com elas, Luiz Antônio Costa conta que por esse caminho conseguiu uma matéria exclusiva com Gisele Bündchen – a “notícia” mais disputada do Fashion Rio.

caso da fotografia não é imprescindível que o fotógrafo que vá cobrir um evento de moda seja um especialista no assunto, até porque calendários como o Fashion Rio são pautados com bastante antecedência e por isso é possível preparar bem a equipe. O repórter-fotográfico Fábio Rossi, de *O Globo*, com a experiência de ter participado de todas as edições do Fashion Rio, conta que o mais difícil é fazer passarela:

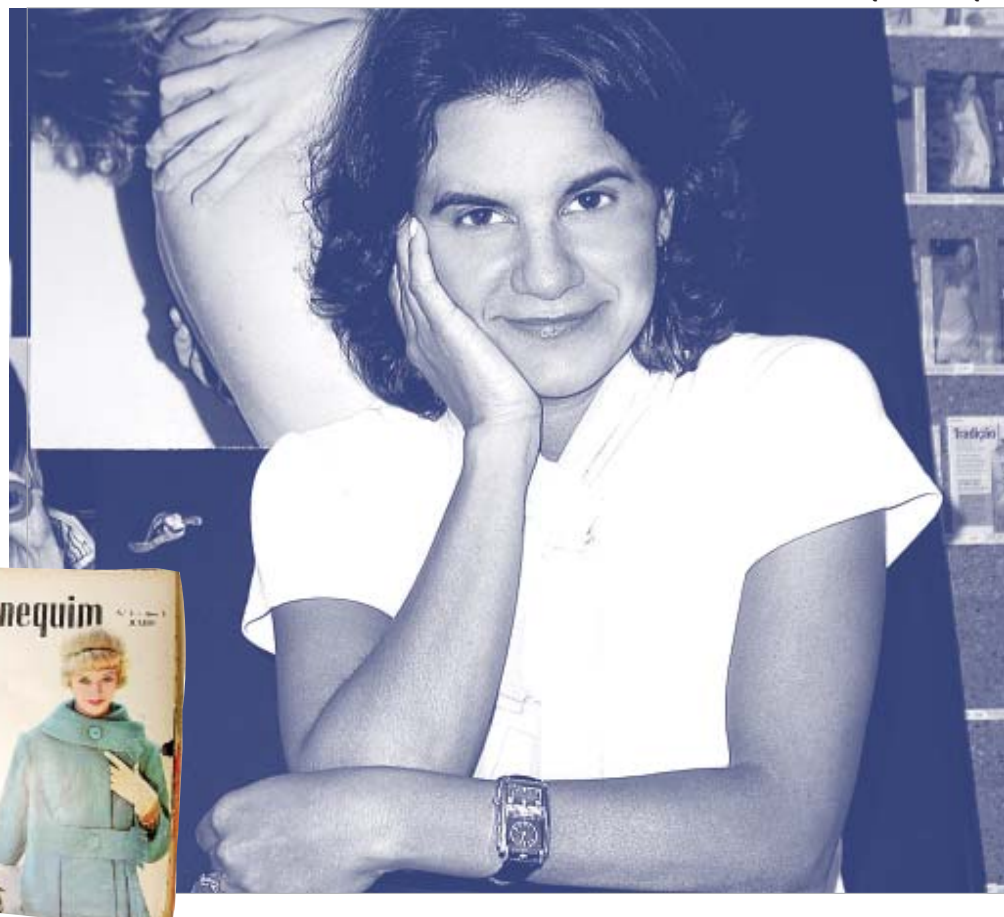
Brasil. Ela acha que por causa da escassez de cursos os jornalistas de moda devem recorrer a toda informação disponível. Para Adriana, só há uma forma de o jornalista conhecer o mercado, que é acompanhar tudo o que sai publicado e assistir aos programas com frequência.

Simone Serpa, editora de moda da revista *Manequim*, também dá algumas dicas para o profissional do jornalismo que deseja se especializar. Diz ela que

ARQUIVO MANEQUIM



Simone Serpa, editora de moda da revista Manequim: para ser repórter de moda é necessário ter um bom texto e um senso estético aguçado. A média salarial na editoria gira em torno de R\$ 3 mil por mês



Por meio da assessoria de imprensa da modelo, ficou sabendo que Gisele tinha matérias agendadas com *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e o com o programa Fantástico, mas Luiz conseguiu “furar” a exclusividade desses veículos e gravou com a modelo uma matéria que foi ao ar no Jornal Nacional.

– Um bom trabalho jornalístico exige que a gente marque presença junto às nossas fontes, levantando as pautas para não depender dos *releases* das assessorias de imprensa – diz o produtor.

Outro trabalho de grande destaque num evento de moda é o dos repórteres-fotográficos. Segundo José Roberto Serra, editor-assistente de fotografia de *O Globo*, normalmente, para o Fashion Rio são destacados repórteres-fotográficos que já têm experiência neste tipo de cobertura. Mas Serra conta que no

– Cada desfile de moda acontece num ambiente que tem luz e posicionamento de fotógrafos diferentes. Muitas vezes, antes do desfile, o salão está às escuras e somente na hora em que acendem as luzes é que o fotógrafo terá que ser rápido para não perder nenhum detalhe. Cobrir desfiles é como no futebol: o olho na máquina o tempo todo – ensina.

Para fotografar o Fashion Rio, o jornal destacou uma equipe de seis fotógrafos, que tiraram uma média de 130 fotos por desfiles. Num total de 25 desfiles, somente os fotógrafos do *Globo* que cobriram passarela fizeram 3.250 cliques.

– Para se tornar um bom jornalista de moda é preciso conhecer as principais publicações de moda no mundo e no Brasil, ler livros e ver filmes relacionados ao tema – aconselha Adriana Bichara, coordenadora de moda e repórter da revista *Domingo* e do *Jornal do*

antes de mais nada é preciso passar por várias editorias e que o repórter de moda tem que ter uma visão estética aguçada. Numa revista, por exemplo, o texto é fundamental, pois a notícia tem que parecer atual durante o mês inteiro, ou seja, por toda uma temporada de moda. Ela afirma que no circuito das revistas femininas “o jornalismo se abriu muito, deixando de ser ideológico para ser mais produto e nesse sentido adquiriu mais valor. Melhorou o mercado, que passou a ser assunto de interesse mais amplo”. Quanto a salários, Simone diz que um repórter numa editoria de moda ganha em média R\$ 3 mil por mês. Mas faz questão de ressaltar que no jornalismo de moda não há espaço para estrelismo:

– Neste ramo, quando alguém vira estrela, monta o seu próprio negócio e sai da redação – conclui.

**FALA
QUEM
FAZ**



Adriana Bechara:
"Jornalistas não
gays têm
constrangimento
em lidar com
o assunto"

AGÊNCIA JB

**ESTAS
DUAS TÊM
COISAS A
DIZER**

Adriana, de "Domingo"

A jornalista Adriana Bechara é coordenadora de moda e repórter da revista **Domingo** e do **Jornal do Brasil**, onde trabalha há três anos, foi editora de moda da revista **Vizoo**, trabalhou como produtora e repórter de moda do jornal **O Dia** e como free-lancer da revista **Elle**. Na entrevista, Adriana fala da rotina da profissão e diz o que acha necessário ao jovem jornalista que pretende se tornar um bom repórter de moda.

Jornal da ABI: *O que é necessário para a formação de um jornalista de moda?*

Adriana Bechara: Como ainda são poucos os cursos, um jornalista de moda deve recorrer a toda informação disponível. Conhecer as principais publicações de moda no mundo e no Brasil, ler livros e ver os filmes relacionados ao tema. No Brasil, recomendo a *Vogue*, a *Caras Moda*, editada por Regina Guerreiro; a revista *Moda da Folha*, editada pela Erika Palomino; e os sites *Chic*, da Glória Kalil e Erika Palomino. Na TV, o programa *GNT Fashion*, feito pela Lili-an Pacce, é imperdível. No exterior, recomendo as revistas *W*, *Vogue*, americana, francesa e inglesa, além de, sempre que possível, consumir também publicações de vanguarda, como a revista *V*, da *Visionaire*.

Jornal da ABI: *Qual é a rotina de um repórter de moda durante um evento como o Fashion Rio?*

Adriana Bechara: Não existe rotina, várias coisas acontecem ao mesmo tempo, embora não seja assim com os desfiles. Além das tendências nas passarelas, modismos e tendências de comporta-

mento estão sendo lançados nos corredores e salas de convivência do evento.

Jornal da ABI: *Há disputas entre os repórteres por entrevistas com modelos famosas?*

Adriana Bechara: Claro que todo mundo quer dar um furo. Mas é a mesma disputa que em qualquer outra área do jornalismo. O que faz a gente conseguir ou não é a grife do veículo para o qual trabalhamos e nossa experiência profissional. Ser respeitado no meio ajuda.

Jornal da ABI: *Você saberia dizer se no jornalismo de moda há mais mulheres do que homens em atividade e por quê?*

Adriana Bechara: Há mais mulheres. Acredito que seja porque vivemos em um país machista, onde os jornalistas não gays tenham um certo constrangimento em lidar com o assunto. E ainda, por causa disso, acho que os jornalistas da geral, economia e política, por exemplo, preferem lidar com mulheres do que com homens que gostem de moda.

Érika, da "Folha"

Erika Palomino é uma das repórteres mais respeitadas no jornalismo de moda e assina uma coluna há 15 anos na **Folha de S. Paulo**, jornal onde começou a profissão, em 1989. A jornalista esteve no Rio de Janeiro para cobrir o Fashion Rio para a **Folha** e, com uma equipe de nove pessoas, também produziu matérias para o seu site. A jornada de trabalho de Érika no MAM começava às 10 da manhã e só terminava a 1h da madrugada.

SITE ÉRIKA PALOMINO



Érika trabalha há 16 anos na **Folha**, onde hoje é editora de moda e colunista

Jornal da ABI: *Desde quando você é jornalista e quanto tempo faz que atua no segmento da moda?*

Érika Palomino: Desde 1988. Atuo na moda desde 89, mas me especializei em 94.

Jornal da ABI: *Você considera que o jornalismo de moda no Brasil é bem-feito?*

Érika Palomino: Precisa melhorar, claro. Mas estou esperançosa com as novas gerações, mais críticas e mais opinativas. As pessoas têm buscado a informação, mais do que o oba-oba. Acredito no cros-

sover faculdade de moda e faculdade de jornalismo. Acho que para esse segmento crescer seria fundamental termos mais veículos também.

Jornal da ABI: *Qual o perfil de mulher para quem fala o jornalismo feminino?*

Érika Palomino: O perfil do jornalismo feminino, e não o de moda, fala essencialmente para a dona-de-casa.

Jornal da ABI: *Muitos jornalistas consideram o jornalismo de moda superficial. Qual a sua opinião a esse respeito?*

Érika Palomino: Bem, essa é a crítica no que diz respeito à moda como um todo. De toda forma, há diferentes abordagens, mesmo dentro da moda. Acho que tudo depende também do veículo. Não dá para fazer tese de sociologia numa revista de moda, mas dá para tentar ensaios mais sofisticados em cadernos de cultura mais elitizados.

Jornal da ABI: *Os jornalistas de moda são bem-remunerados? Que veículo paga melhor e quem são as estrelas das redações desse segmento no País? Você é uma dessas estrelas?*

Érika Palomino: Não são bem remunerados na mídia impressa, não. As estrelas deste mercado são Glória Kalil, campeã de palestras no Brasil todo; Constanza Pascolato, que escreve para a *Vogue* e é consultora. Se sou uma dessas estrelas? Bem, trabalho há 16 anos no maior jornal do País, onde sou editora de revista de moda, editora de moda na Revista da *Folha* e colunista. Também dirijo meu site com 2 milhões de page views por mês, tenho duas colunas na *Vogue*, além de atuar como consultora e palestrante em todo o País. Trabalho muito e acho que acabo ganhando pela onipresença!

Breve história da imprensa feminina no Brasil

Os historiadores Dulcília Busttone e Gondim da Fonseca contam que o primeiro periódico feminino brasileiro foi o jornal **O Espelho Diamantino**, lançado em 1827, no Rio de Janeiro, quase 20 anos depois da chegada da imprensa no Brasil. Gondim da Fonseca é autor do livro *A biografia do jornalismo feminino carioca*, lançado pela editora Quaresma do Rio de Janeiro, em 1941. No final do século XIX, a imprensa feminina começou a se estabelecer nos folhetins, que editavam literatura e poesia com os assuntos de moda.

— O alicerce da imprensa feminina nos seus primórdios era a moda e a

literatura. Outra curiosidade era que muitos veículos tinham nome de flor e de pedras preciosas, como metáfora da figura feminina. Nesse período foram editados os jornais **A Camélia**, **O Lírio**, **A Crisálida** e **A Violeta** —, conta a jornalista e historiadora Ruth Joffily.

Em 1914 foi lançada a revista **Feminina**, primeira do gênero no Brasil. Mas foi na década de 1960, com o lançamento da revista **Manequim**, pela Editora Abril, em 1959, que as publicações dirigidas às mulheres passaram a espelhar a mudança de comportamento das brasileiras e a realidade do crescimento da indústria da moda no País, publicando matérias bem editadas, com fotos e moldes que permitiram que as mulheres pudessem confeccionar os seus modelos prediletos. Esse fato coincide com os movimentos de libertação da mulher, que começa a sair de casa em busca de

educação e trabalho. Nos seus primeiros anos, a imprensa brasileira apenas reproduzia os figurinos que vinham diretamente de Paris. Como as estações do ano não coincidiam, era comum se vestir, em pleno verão tropical, modelos em tecidos quentes, com peles, apropriados para proteger o corpo do rigoroso inverno europeu.

O costume brasileiro de se inspirar nas referências francesas teve início ainda no Brasil colônia e dominou toda a cultura e estética nacional até meados do século XX, conforme conta Ruth Joffily, que é mestre em Moda pela UFRJ e autora de vários livros sobre moda na mídia, dentre eles *Jornalismo e Produção de Moda*, editado no ano 2000 pela Nova Fronteira.

No jornal **A Estação** (1879-1904), eram comuns as gravuras que traziam moldes, riscos, monogramas, literatura,

figurinos de moda francesa. Em 1908, a revista **Careta** costumava publicar anúncios chamando os clientes para uma grande liquidação, oferecendo os artigos pelo nome original em francês. Num desses anúncios a grande atração era "a exposição de 8 mil cortes confeccionados para vestidos de senhoras, próprios para passeios, visitas, teatro, bailes e corsos, em filó, *laine*, seda, *pongenette*, *voil religiense* de lã, comprados com saldo de estação de uma grande casa de Paris". Sobre esse costume a professora Ruth Joffily conta que "na Rua do Ouvidor vivia-se uma pequena Paris da moda. Ali estavam as lojas como Torre Eiffel, Notre Dame, Mme. Coulon, Paris Royal, a Raunier". Segundo a professora, Machado de Assis chamava a Rua do Ouvidor de "a via dolorosa para os maridos pobres".

A HORA DA ÉTICA

Repórteres carentes de informação e de documentação apropriadas acabam instrumentalizados pela fonte

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

As fraudes praticadas por jornalistas norte-americanos do *The New York Times* deram o que falar. Autor do mais famoso livro sobre a história do jornal, Gay Talese vê importantes problemas a partir da crise que atingiu um dos ícones do jornalismo mundial. Embora faça uma vibrante defesa do *Times*, “uma instituição que está no negócio há mais de cem anos”, Talese, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, põe o dedo em algumas chagas que, no fundo, não são exclusividade do jornal norte-americano. Elas ameaçam, de fato, a credibilidade da própria imprensa. “Não fazemos matéria direito, porque a reportagem se tornou muito tática, confiando em e-mail, telefones, gravações. Não é cara a cara. Quando eu era repórter, nunca usava o telefone. Queria ver o rosto das pessoas. Os dois editores não viam a cara do repórter que eles contrataram. E as reclamações de editores de que Jayson Blair deveria parar de escrever foram feitas por e-mail. Isso é muita tecnologia no jornalismo. Não se anda na rua, não se pega o metrô ou um ônibus, um avião, não se vê, cara a cara, a pessoa com quem se está conversando”, conclui Talese. Falta de qualidade e deslizamentos éticos têm consequências. Produzem, a médio ou longo prazo, cicatrizes na credibilidade.

Um amigo gozador costuma dizer-me que a expressão “jornalismo de qualida-

de” é contraditória em si mesma. Outro dia, quis exemplificar-me esta sua opinião. “Veja”, dizia, “boa parte do noticiário de política não tem informação. Está dominado pela fofoca e pelo espetáculo. Não tem o menor interesse para os leitores. Não resolve nada, não questiona nada, não melhora a vida das pessoas.” O desinteresse crescente dos leitores com as páginas de política, por exemplo, (e o comentário do meu amigo é uma amostragem do que está passando pela cabeça do consumidor de jornal) está em relação direta com o excesso de aspas, a falta de apuração, a crise da reportagem e a substituição de matéria jornalística por transcrição rotineira de fitas.

O uso de grampos como material jornalístico virou, infelizmente, ferramenta de trabalho. A velha e boa reportagem foi sendo substituída por dossiê. É preciso ter cuidado, muito cuidado, com a fonte que voluntariamente procura o repórter. O grampeamento, além disso, continua sendo um delito. Independentemente das tentativas de minimizar a gravidade da sua prática, continuo achando que o melhor fim não justifica quaisquer meios. De uns tempos para cá, no entanto, o leitor passou a receber dossiês que, freqüentemente, não se sustentam em pé. Como chegam, vão embora. Curiosamente, quem os publica não se sente obrigado a dar nenhuma satisfação ao leitor. Dossiê deveria ser ponto de partida, pauta. Entre nós, virou matéria para publicação. Entramos na era do jornalismo sem

jornalistas, nos tempos da reportagem sem repórteres. Ficamos, todos (ou quase todos), fechados no nosso autismo, emparedados no ambiente rarefeito das redações.

Enquanto esperamos o próximo dossiê, tratamos de reproduzir declarações entre aspas, de repercutir frases vazias de políticos experientes na arte de manipular a imprensa. O jornalismo está virando *show business*. Espartilhados pelo mundo do espetáculo, repórteres estão sendo empurrados para o incômodo papel de uma peça descartável na linha de montagem da ciranda do entretenimento. Urge combater as manifestações do jornalismo declaratório e assumir, com clareza e didatismo, a agenda do cidadão. É preciso cobrir com qualidade as questões que influenciam o dia-a-dia das pessoas. É importante fixar a atenção da cobertura não mais nos políticos e em suas estratégias de comunicação, mas nos problemas de que os cidadãos estão reclamando.

Repórteres carentes de informação especializada e de documentação apropriada acabam sendo instrumentalizados pela fonte. Sobra declaração leviana, mas falta apuração rigorosa. A incompetência foge dos bancos de dados. Na falta da pergunta inteligente, a ditadura das aspas ocupa o lugar da informação. O jornalismo de registro, burocrático e insofista, é o resultado acabado de uma perversa patologia: o despreparo de repórteres e a obsessão de editores com o fechamento. Quando editores não

formam os seus repórteres; quando a qualidade é expulsa pela ditadura do *deadline*; quando o planejamento é uma abstração; quando as pautas não nascem da vida real; quando não se olha nos olhos dos entrevistados, está na hora de repensar todo o processo.

A autocrítica interna deve, além disso, ser acompanhada por um firme propósito de transparência e de retificação dos nossos equívocos. Uma imprensa ética sabe reconhecer os seus erros. As palavras podem informar corretamente, denunciar situações injustas, cobrar soluções. Mas podem também esquarterar reputações, destruir patrimônios, desinformar. Confessar um erro de português ou uma troca de legendas é relativamente fácil. Mas admitir a prática de atitudes de prejulgamento, de manipulação informativa ou de levianidade noticiosa exige coragem moral. Reconhecer o erro, limpa e abertamente, é o pré-requisito da qualidade e, por isso, um dos alicerces da credibilidade. Só assim conseguiremos que os leitores, cada vez mais seduzidos pelas facilidades oferecidas pela informação virtual, percebam que o jornal continua sendo útil, importante, um guia insubstituível para a navegação na vida real.

Carlos Alberto Di Franco, diretor do Master em Jornalismo, professor de Ética da Comunicação e representante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra no Brasil, é diretor da Di Franco – Consultoria em Estratégia de Mídia Ltda. E-mail: difranco@ceu.org.br

O Jornal dos Sports

está nas bancas de visual novo. Esta foi a terceira reformulação gráfica do diário esportivo carioca, que completou 74 anos de fundação no dia 13 de março. O jornal foi lançado em 1931, com capa em papel cor de rosa e miolo preto e branco. Esse visual durou até o ano 2000, quando veio a primeira mudança: por causa do alto custo do papel rosa pré-impreso, a direção do jornal decidiu usar na capa o papel de cor rosa mas pintado. A segunda mudança ocorreu em 2001, quando foi decidido que o miolo deixaria de ser totalmente preto e branco e a cor seria utilizada em algumas páginas – projeto gráfico que durou até agora, em 2005. Em janeiro, o *Jornal dos Sports* apareceu de cara nova, com o Primeiro Caderno colorido e o lançamento do “Caderno Sports 2”

O motivo da mudança foi puramente editorial, segundo o diretor Maurício Ferreira – responsável direto pela reformulação gráfica – e não tem nada a ver com as dificuldades de importação de papel, que no passado era totalmente importado, porque o Brasil não produ-



JS, jovem aos 74 anos

zia papel de cor rosa, marca tão tradicional do JS, que os leitores, numa crise de abastecimento nos anos 60, recusaram o jornal quando o jornaleiro lhes entregou exemplar impresso em papel branco, como o dos demais veículos.

Na realidade, o novo visual veio colaborar também para que fosse superada uma antiga dificuldade: a impressora do jornal tem limitações, só imprime até 12 páginas coloridas. “O jornal foi rearrumado para que pudéssemos passar por cima dessa limitação. Criamos o ‘Caderno Sports 2’, com capa e contracapa colorida, onde são publicadas matérias de opinião, esportes amadores, as seções dos columnistas. No Primeiro Caderno, que passou a ser todo colorido, ficaram as matérias sobre o futebol.”

Maurício Ferreira afirma que têm chegado à redação críticas bastante favoráveis ao novo projeto gráfico. Ele diz que o jornal ficou mais leve e mais fácil de ser lido. “O desenho das páginas com nova tipologia permitiu o aumento de informação – o uso de infográficos e de fontes

de fácil leitura, juntamente com uma diagramação mais leve está facilitando o leitor na identificação e compreensão das matérias.” Um dos principais objetivos do atual projeto gráfico, segundo seus responsáveis, é valorizar o rosa sem usá-lo com exagero. “No novo conceito, o rosa está sendo utilizado para destacar os assuntos mais relevantes e as matérias de opinião. A idéia foi rejuvenescer para crescer, inclusive no público jovem”, diz o diretor-executivo Wellington Rocha.

A mudança já está produzindo efeito positivo junto aos leitores – houve um aumento de 15% na venda na primeira semana em que o *Jornal dos Sports* foi para as bancas com leiaute novo. O diretor-executivo Wellington Rocha afirma que mesmo com os problemas de venda que vêm afetando todos os jornais é possível crescer e essa foi uma aposta do *Jornal dos Sports*. “Existe uma curva positiva – com o início do Campeonato Carioca – que eleva a vendagem”, diz Wellington Rocha. Aproveitando o lançamento do novo projeto o jornal também aumentou a tiragem – a média diária hoje oscila entre 40 e 45 mil exemplares, antes era de 27 mil.

Wellington Rocha informa que para

chamar a atenção dos leitores e atrair publicidade está sendo veiculada uma campanha sobre as mudanças do jornal nas TVs a cabo e aberta – exceto Globo e SBT, que não têm programação exclusivamente esportiva – e em emissoras de rádio. O slogan da campanha chama a atenção para a reformulação gráfica e a estreia de novos columnistas. A jornalista Gilse Campos (estreou na edição de 28 de janeiro) toda sexta-feira estará escrevendo a coluna “Sport Fino”. O iatista Lars Grael passa a escrever sobre vela; Thomaz Koch vai falar sobre tênis; Luísa Parente, da ginástica olímpica. Após o carnaval Fernando Scherer, o Xuxa, estreou com artigos sobre natação.

Visando a aumentar o faturamento com publicidade, o *Jornal dos Sports* abriu há seis meses um escritório em São Paulo, com cinco funcionários. Em 2004, o jornal teve um crescimento considerável: saiu de um patamar baixo para um índice de 282%. Este ano, segundo o diretor-executivo Wellington Rocha, a expectativa é de alcançar um objetivo bem mais modesto, na ordem de 30% a 35%.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO DEU A VOLTA PARA CIMA.

O PIB do Estado
cresceu 33,9%, enquanto
a média nacional
não chegou a 20%.

VENHA PARA CIMA.

O Estado do Rio de Janeiro está crescendo sem parar. Nos últimos 10 anos, o crescimento médio do PIB nacional não chegou a 20%, enquanto o PIB do Estado do Rio ultrapassou o patamar de 33%. O Estado do Rio deu a volta para cima no desenvolvimento. Empresário, venha fazer parte dessa história. Venha para cima.

AGNELO PACHECO

**GOVERNO DO
ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

**A GENTE TRABALHA
DE VERDADE.**

ACONTECEU NA ABI

Alemães vieram conhecer para estudar o edifício-sede da ABI

Alunos de Arquitetura da cidade de Cottbus, próxima a Berlim, percorrem o prédio e se encantam com inovações de 1936 que permanecem atuais

RODRIGO CAIXETA

Atraídos pela singularidade e a originalidade de soluções e inovações adotadas na execução da obra, um grupo de universitários alemães visitou, em 2 de março, o edifício-sede da ABI, onde foi recebido pelo presidente e outros diretores da casa. A manutenção das características originais da construção, que data da década de 30, foi o que mais fascinou o grupo, que percorreu vários andares, sob o comando da arquiteta Margret Becker, da Brandenburgische Technische Universität de Cottbus, cidade próxima a Berlim. Segundo ela, “o Edifício Herbert Moses é importante no contexto da arquitetura moderna e seus construtores, os irmãos Marcelo e Milton Roberto, desenvolveram um estilo pioneiro”.

Do alto do 13º andar, que já abrigou um jardim planejado por Roberto Burle Marx, Margret comentou:

– Observando os prédios ao redor, percebem-se as influências desta obra.

A escolha do prédio da ABI como objeto de estudo para o grupo de 18 alunos deveu-se a uma pesquisa de Margret sobre arquitetura moderna no Brasil, durante um seminário em 2004:



Sede da ABI: atração para alemães

– Na época não tive oportunidade de vir aqui. Agora, fiz questão de incluir a ABI no roteiro das construções a serem visitadas.

Seu interesse pelo prédio começou com a leitura do livro “Arquitetura moderna no Brasil”, de Henrique Mindlin, editado em 1956, apenas em inglês, francês e alemão, e considerado o principal registro da construção brasileira de 1937 a 1955.

– É fundamental para os especialistas – diz Margret.

A estudante Nina Rusanen lembrou a competição que havia na época entre os jovens arquitetos para a criação de novos estilos:

– A forma como eles idealizavam os prédios é muito interessante. Este edifício é importantíssimo no estudo da história da arquitetura moderna no Brasil.

Sua colega Friederike Kettmann destacou a grandiosidade das salas:

– Hoje é difícil encontrar espaços tão amplos. É totalmente diferente da arquitetura alemã. Mas o que mais me impressiona é saber que arquitetos tão jovens como eu puderam planejar isto. Gostaria de trabalhar aqui, pois o terraço da ABI é o espaço ideal para um descanso no meio do dia. É menos barulhento, menos movimentado e tem a melhor paisagem.

Nadine Stecklina fez uma comparação entre o Brasil e a Alemanha:

– No Brasil, percebemos que há uma preocupação maior em manter os detalhes originais. Já na Alemanha, se algum móvel antigo é danificado ou destruído, há imediata substituição por material mais novo, sem a preocupação com a manutenção da identidade original.

Até a barbearia, que funciona no 11º andar, foi prestigiada pelos turistas. Alexander Römer barbeou-se a pedido das colegas. “Elas estavam incomodadas com a minha barba”, brincou. Ele disse, ainda, que as novas tecnologias funcionam bem para a construção de prédios inteligentes, mas o que distingue o prédio da ABI é o fato de ser uma obra menos arquitetural e mais ambiental.

Além dos estudantes citados, estiveram na visita à ABI a professora-assistente Christiane Rathje e os jovens André Hronjec, Anuschka Mueller, Julia-Elsie Hoins, Kerstin Schmidt, Felix Slyfath, Henning Fulda, Niels Nirenberg, Annika Fischer, Nils Lillig, Nannalore Rung e Sabine Eyrich.

A ABI paga atrasados salariais

A Diretoria da ABI pagou em 15 de março aos seus funcionários as diferenças salariais relativas ao Acordo Coletivo de 2002 com o Sindicato dos Empregados em Atividades Culturais – Senalba, as quais não foram liquidadas pelas Diretorias precedentes. Além desse valor, a ABI pagou também diferenças relativas ao vale-refeição dos meses de março e abril de 2003, que também não tinha sido pago integralmente pela Diretoria anterior. Os valores líquidos devidos creditados aos funcionários totalizaram R\$ 14.055,37. Com os encargos sociais sobre a folha, o desembolso total da ABI foi de R\$ 18.822,66.

Esses foram alguns dos muitos passivos deixados pelas Diretorias anteriores, que mantiveram a entidade inadimplente em relação a uma série de obrigações fiscais, previdenciárias, salariais e contratuais. Entre esses passivos figura o do Acordo Coletivo de 2003, que não foi cumprido nem mesmo parcialmente pela Diretoria anterior. A forma de liquidação dessa obrigação, assim como a definição do Acordo Coletivo de 2004, está sendo objeto de entendimentos entre a ABI e o Senalba na Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio.

Associação Brasileira de Imprensa

Assembléia-Geral Ordinária

Edital de convocação

Nos termos do artigo 20 do Estatuto da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), são convocados os associados a se reunir, em sua sede, na Rua Araújo Porto Alegre, 71, Centro, Rio de Janeiro, no dia 28 de abril do corrente ano, às 10 horas, para: I) tomar conhecimento do relatório da Diretoria, do parecer da Comissão Fiscal e da decisão do Conselho Deliberativo sobre aquele e este e para discutir e resolver os assuntos que lhes forem apresentados pela Diretoria ou por associados por intermédio da Mesa; II) no dia 29 de abril, das 10 às 20 horas, para eleger o terço do Conselho Deliberativo, com os respectivos suplentes, e o Conselho Fiscal. O relatório da Diretoria estará à disposição dos associados a partir do dia 18 de abril, na Secretaria da ABI. As chapas concorrentes ao terço do Conselho Deliberativo e ao Conselho deverão estar registradas no período de 29 de março a 9 de abril, nos termos do artigo 21 do Regulamento Eleitoral aprovado pelo Conselho Deliberativo em 6 de janeiro de 2004.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2005

Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos
Presidente do Conselho Deliberativo

No Fórum de Turismo, um painel sobre a mídia

Ministério do Turismo estuda a realização desse debate na ABI

Representantes dos Ministérios do Turismo e da Cultura estiveram na ABI no dia 4 de março para propor a cessão de um espaço para abrigar um dos painéis do Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá em outubro próximo.

O Fórum é resultado de uma parceria entre os governos federal, estadual e municipal e diversas organizações não-governamentais, com o objetivo de avaliar as iniciativas desenvolvidas mundialmente no segmento. Os encontros são estruturados de forma a integrar os diversos setores participantes do evento e promover diálogo, articulação e troca de experiências.

Estiveram na ABI, representando o Ministério do Turismo, Márcio Favilla, secretário-executivo, e Rubens Bacellar, coordenador-geral de Recur-

sos Logísticos, acompanhados de Mirane Albuquerque, chefe da representação do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro; Eduardo Farina, do Instituto da Hospitalidade; Antônio Carlos Castro Neves, diretor de Operações da TurisRio, e Ludmila Pereira, gerente de Marketing também da TurisRio. Os visitantes conheceram o Auditório Oscar Guanabarrino, que fica no 9º andar e poderá abrigar o painel sobre Turismo e Mídia.

Favilla destacou a importância do evento “devido à representação do turismo em 10% do PIB mundial e aproximadamente 3,5% do PIB brasileiro”. O Presidente da ABI, Maurício Azêdo, por sua vez, ressaltou a relevância do Fórum na divulgação da cidade do Rio de Janeiro:

– Não só será dada maior visão à cidade, como também serão valorizadas as edificações do centro do Rio, entre as quais o Edifício Herbert Moses, sede da ABI.

O Fórum Mundial de Turismo para

Paz e Desenvolvimento Sustentável contribui para a busca por desenvolvimento econômico e social, a promoção da diversidade cultural, a preservação da biodiversidade e a construção de condições para a paz. Na primeira edição do evento, em 2004, mais de 3 mil pessoas participaram das atividades. Entre delegações oficiais, palestrantes, debatedores e participantes em geral, representantes de 62 países foram a Salvador.

Segundo informações do site do evento, o Brasil é um laboratório vivo para os temas que ilustram a missão do Fórum, pois a sociedade brasileira pode ser considerada emblemática, devido às várias matrizes culturais que nela coexistem. Além disso, é dado destaque à riqueza e à variedade de atrações de cunho ambiental e à diversidade de manifestações e traços culturais do País. (Rodrigo Caixeta)

DEPOIMENTO

Da arte do estrangulamento

RUBEM MAURO MACHADO

Dois cubanos aposentados residentes há muitos anos nos Estados Unidos cometeram um grave crime (que tem se repetido com outras pessoas) e acabaram severamente punidos pela Justiça americana. Foram condenados a pagar mais de 65 mil dólares de multa, cada um, pelo tenebroso delito de terem visitado por alguns dias o país natal. A justificativa legal para a punição foi de que “gastaram dinheiro em Cuba”.

É de se acreditar que as multas tenham afetado pesadamente os apenados, pois elas levam em conta a situação econômica de cada réu. A legislação prevê para esses casos multas que podem chegar a até 250 mil dólares, para pessoas físicas, e de 1 milhão de dólares, para pessoas jurídicas. Quem se recusa a pagar está sujeito a até dez anos de prisão. Calcula-se que, por causa dessa restrição, 6,5 milhões de norte-americanos deixaram de ir a Cuba nos últimos cinco anos, com a perda de um aporte de cerca de US\$ 4 bilhões. O Governo Bush criou uma agência especialmente para rastrear viagens com destino a Cuba. Entre 1990 e 2003, essa agência, empregadora de numeroso pessoal, investigou 10.683 viajantes americanos, o que resultou em multas que totalizaram 8 milhões de dólares.

Estes episódios servem para exemplificar o cerco promovido pela potência hegemônica ao pequeno país de pouco mais de 107 mil quilômetros quadrados (um pouquinho maior que Santa Catarina) e de 11 a 12 milhões de habitantes (bem menos que a população da Grande São Paulo). Os detratores do regime afirmam que Fidel Castro usa o bloqueio como uma justificativa para as dificuldades econômicas de Cuba. Mas não explicam, se isso é verdade, porque o governo norte-americano mantém o cerco implacável, dando assim armas ao inimigo. Aliás, esse é precisamente um dos argumentos utilizados por grande parte da imprensa e de contingentes liberais americanos favoráveis ao fim do bloqueio, que classificam de, além de desumano, politicamente ineficaz.

Depois de percorrer Cuba durante duas semanas em missão profissional, em companhia de meu irmão Milton, também jornalista, pudemos constatar que o assunto inevitável das conversas de 10 em cada 10 cubanos, do povo às autoridades, é a questão do bloqueio. E não por acaso: seus efeitos são devastadores na vida da população.

Segundo cálculos dos economistas cubanos, o bloqueio causa ao País prejuízo, num cálculo segundo eles

Um cerco que já dura 45 anos e provoca efeitos devastadores na Cultura, na Ciência e na vida da população cubana

BRUNO LIBERATI



conservador, de pelo menos US\$ 1,8 bilhão por ano. O que não é difícil de explicar: praticamente tudo o que Cuba importa tem de ser comprado através de terceiros, o que chega a dobrar ou até triplicar os preços. Ou seja, de 1960 aos dias de hoje a ilha caribenha sofreu perdas acima de 80 bilhões de dólares, o suficiente para financiar, considerando-se suas dimensões, uma nova revolução econômica. E sem mencionar uma série de dificuldades adicionais que afetam a sua pequena economia. Por exemplo, a Cubana de Aviación não pode comprar aviões Boeing; e nem sequer Airbus, que é de um consórcio europeu. Por muito favor, pôde arrendar três aparelhos daquela empresa européia; mas como o Airbus tem 10 por cento de componentes fabricados nos EUA, isso fez com que o arrendamento saísse três vezes mais caro do que custaria para qualquer outro país.

PORTOS PROIBIDOS

Reproduzindo a tática adotada no século 19 por Napoleão Bonaparte contra a Inglaterra (o chamado Bloqueio Continental), qualquer navio que aporte em Cuba fica proibido de ancorar em qualquer porto dos Estados Unidos durante seis meses. Qualquer país que negocie com Cuba, mesmo que sejam alimentos ou remédios, sofre pressões e retaliações, correndo o risco de perder não só o mercado norte-americano como o de outros países tutelados por Washington. Cuba tem ainda dificuldades de acesso a créditos em bancos de fomento internacionais para investimentos em infra-estrutura.

Autoridades sanitárias revelaram, em programa de televisão comandado pelo

jovem chanceler Felipe Pérez Roque — uma das lideranças emergentes, representante da geração que era criança ou sequer ainda havia nascido na época da Revolução — como o bloqueio pode afetar a saúde da população, sobretudo a infantil. Uma subsidiária européia do laboratório Chiron forneceu vacinas para crianças e foi multada em US\$ 168.500. O laboratório Abbott foi proibido de vender medicamentos para a AIDS; Cuba foi forçada a recorrer a atravessadores, o que lhe custou seis vezes mais do que o preço normal. Por causa disso, cientistas acusaram o governo norte-americano de genocídio.

O País queria comprar algumas máquinas de escrever em Braille, para uso dos cegos de uma escola especial. Com o veto à importação, Havana teve mais uma vez de recorrer a intermediários, fazendo com que o preço unitário de 700 dólares pulasse para 1.200. Provavelmente foram fatos como esse que levaram o Papa João Paulo II a pedir o fim do bloqueio, quando visitou Cuba em 1998. E faz com que opositores dessa política aleguem que, ainda que os governantes de um país sejam ditadores sem alma, o povo não deve ser castigado por isso. A ONU mais de uma vez denunciou o bloqueio como uma violação das leis internacionais, sem qualquer conseqüência prática.

PERDAS

No mesmo programa de televisão, o chanceler Pérez Roque mensurou as perdas causadas pelo bloqueio, que já dura quase 45 anos. Disse que com 1 bilhão de dólares anuais (as perdas a cada ano, é bom recordar, chegam a quase o dobro disso), seria possível construir-se

100 mil novas residências, diminuindo o agudo déficit habitacional. Com 180 milhões seria viável levar gás encanado às cozinhas de 2,4 milhões de residências; com 127 milhões poderia se dar gratuitamente um litro de leite por dia a 1,2 milhão de crianças; e com 51,8 milhões seria possível dobrar a ração de frango que a população recebe gratuitamente. Outros 300 milhões de dólares resolveriam o problema da energia: durante nossa estada, registrou-se um *apagón* que afetou toda a ilha, com graves perdas econômicas, motivado ao que parece pela quebra do mecanismo de uma usina, por fadiga de material.

Outras perdas são difíceis de serem quantificadas. Por exemplo, que montante o País, que tem praias em abundância e sol o ano inteiro, poderia arrecadar se lhe fosse permitido receber turistas americanos? É bom lembrar que o turismo é hoje a sua principal fonte de divisas, à frente do açúcar, do níquel e do fumo. No breve período em que o Governo Clinton permitiu intercâmbios, depois proibidos pelo Governo Bush, 80 mil norte-americanos visitaram Cuba.

DANOS CULTURAIS

Mas os prejuízos decorrentes do bloqueio não são apenas financeiros. A Cultura e a Ciência também são duramente afetadas. A importação de discos, livros e filmes, entre outros bens culturais, é extremamente dificultada, prejudicando a atualização artística e científica.

Cientistas cubanos não podem comparecer a simpósios, cursos e seminários nos Estados Unidos e, da mesma forma, cientistas americanos não podem participar de eventos em Cuba. O intercâmbio artístico e esportivo foi quase zerado. Um dos americanos fortemente multados por ir sem licença ao País é simplesmente o tradutor do ex-Presidente Bill Clinton. Apenas em 11 meses, o governo americano negou 21 vistos de entrada a dirigentes esportivos para eventos diversos. É verdade que o Ballet Nacional de Cuba pôde se apresentar em 20 cidades norte-americanas; mas como não podia cobrar cachê, deixou de arrecadar 200 mil dólares.

A negativa de visto de entrada atinge a artistas populares. O hoje mundialmente conhecido cantor Ibrahim Ferrer (do filme “Buena Vista Social Clube”), não pôde entrar nos Estados Unidos sob a alegação de que representava “perigo para a segurança nacional”.

— Sou um velho cantor, não sou um terrorista — protestou ele na televisão, os olhos enevoados pelas lágrimas.

Rubem Mauro Machado é jornalista e escritor, autor, entre outros, de “Lobos” e “O executante” (Ed. Record)

Uma data da imprensa do Continente

MANOLO EPELBAUM

Fundado por aquele que fora o presidente da Argentina, Bartolomé Mitre, no ano de 1870, alcançou a maturidade no início do denominado "Século das Luzes" e avança, com toda força, pela sua reconhecida qualidade jornalística, por estes iniciais anos 2000. Trata-se do jornal argentino, editado em Buenos Aires, *La Nación*, que no dia 4 de janeiro completou seus primeiros 135 anos de profícua vida.

Sua periodicidade contínua, às vezes truncada pelos eternos inimigos da verdade e da liberdade de imprensa, saiu às ruas com uma tiragem de apenas 1.000 exemplares e sua redação e oficina foram instaladas na Rua San Martín, em pleno Centro da urbe portenha. Sofreu seu primeiro fechamento pela censura do governo do Presidente Sarmiento, de setembro de 1874 até março de 1875, e reapareceu com uma circulação de 10.700 exemplares, fato este incomum para a época.

Já no amanhecer do século XX começam a funcionar as primeiras linotipos e pouco depois aparece sua primeira edição a cores numa edição extraordinária. Imprime sua primeira foto curiosamente com nada menos que a figura do então Presidente do Brasil, Manuel Ferraz de Campos Sales. No ano 1903 envia pela primeira vez um jornalista esportivo a Montevideu para fazer a crônica do jogo entre Nacional e Alumni. Em 1912 inaugura a rotativa *Mari-noni*, capaz de imprimir 120.000 jornais de 64 páginas numa hora.

Mas alguém já mencionou que os jornais são apenas fragmentos de papel, tinta e uma importante dose de talento. Então nada melhor para reforçar esta afirmação que mencionar o fato de que foram seus mais apreciados colaboradores algumas reais e verdadeiras estrelas da literatura universal. Entre eles o cubano José Martí, que enviava de Nova Iorque inigualáveis crônicas da vida cotidiana dos Estados Unidos. Também enfeitaram suas páginas grandes talentos da estatura de Rubén Darío; Leopoldo Lugones; José Ortega y Gasset; o escritor argentino Manuel B. Mujica Lainez, que exerceu a chefia do Suplemento Literário; Ernest Hemingway, com seus relatos da Espanha durante a Guerra Civil; Albert Einstein, antecipando o manejo da energia nuclear, e as frequentes aparições deste gênio literário que foi Jorge Luis Borges, nas páginas do matutino. Devemos mencionar também Jean Cocteau e a talentosa figura do Prêmio Nobel de Literatura Gabriel García Márquez, do qual no ano 2002 se publicaram fragmentos do seu livro de memórias *Vivir para Contarla* e que, orgulhosamente, o nosso *Jornal da ABI* publicou interessante síntese, "furo" na imprensa brasileira.

Outro detalhe do dinamismo de *La Nación* começou no dia 29 de agosto de 1960. Nessa data publicou-se a pri-

"La Nación" de Buenos Aires completa 135 anos e comemora a façanha com um suplemento em formato de livro com 242 páginas



Bartolomé Mitre (no alto) foi o fundador do periódico argentino que completou 135 anos e presenteou seus leitores com uma luxuosa edição que conta a história do jornal que teve Jorge Luis Borges (à esquerda) entre seus colaboradores

meira edição internacional do jornal impresso em papel extra-leve e distribuído para assinantes dos quatro cantos deste planeta por via aérea, semanalmente, com o resumo dos mais importantes acontecimentos. Certamente essa edição, pioneira na América Latina, era aguardada por profissionais, estudantes, diplomatas, adidos e comerciantes espalhados pelo mundo que, desta forma, recebiam notícias políticas, econômicas, artísticas sem esquecer, obviamente, os resultados do futebol argentino. Estas edições circularam até o dia 29 de março de 1999, quando foram substituídas pela velocidade das fibras ópticas através da Internet. (www.lanacion.com.ar)

Nas suas modernas oficinas atualmente também se imprimem simultaneamente com as edições italianas os jornais *La Gazzetta dello Sport* e *Corri-*

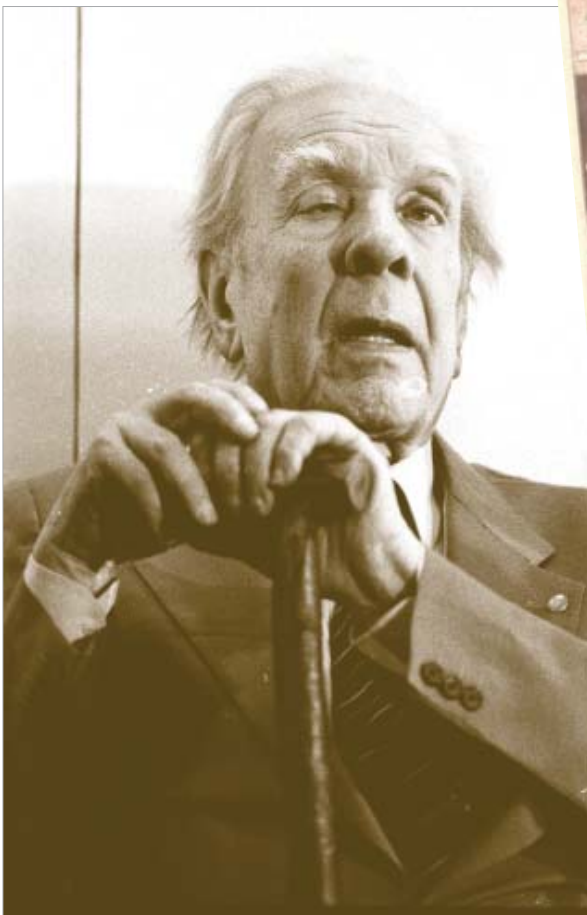
ere della Serra, atingindo assim os membros da numerosa colônia italiana na Argentina.

Durante a guerra do Vietnã trabalhava no jornal Ignacio Ezcurra, de apenas 28 anos. Enviado a Saigon como correspondente de guerra, com duplo encargo de repórter e fotógrafo, desapareceu no dia 8 de maio de 1968. Seu corpo nunca foi achado. Era tetraneto de Bartolomé Mitre e primo do *Che* Guevara. Havia ingressado no jornal em 1958. Teve uma vida intensa infelizmente truncada cedo demais.

Pelos suplementos esportivos passaram verdadeiros mestres. Um deles é o veterano Alfredo Parga, ainda na ativa, que soube como ninguém relatar a fulgurante trajetória automobilística de Juan Manuel Fangio, Ayrton Senna e Nelson Piquet em crônicas inesquecíveis. Outro grande mestre na área dos

esportes foi Alberto Laya (Olímpico), cuja frase fechando a matéria do antológico gol de Maradona no jogo contra Inglaterra na Copa do Mundo/México'86 é uma jóia de síntese de uma realidade. Ele escreveu: "Estava consumada uma obra-prima deslumbrante que custará esquecer. Mas muito mais custará repetir". Atualmente *La Nación* publica um suplemento diário dedicado a todos os esportes. É no formato tabloide e se denomina "Deportiva", sendo magistralmente dirigida pelo experimentado jornalista Carlos Losauro.

No transcurso dos anos são dignos de menção a especial atenção que o jornal sempre dedicou e dedica aos cinco Prêmios Nobel argentinos: 1936, Saavedra Lamas (Paz); 1947, Bernardo Houssay (Medicina); 1970, Luis F. Leloir (Química); 1980, Pérez Esquivel (Paz) e 1984, César Milstein (Medicina).



Jorge Luis Borges escrevia para o Suplemento Literário do La Nación. À direita, a reprodução de uma edição do Suplemento Ilustrado de 20 de abril de 1905. Abaixo, Che Guevara lendo um exemplar do jornal



Segundo seu atual editor, José Claudio Escribano, Bartolomé Mitre fundou o jornal com caráter partidário, procurando consolidar, de uma perspectiva liberal, a 'Organização Nacional' que, a partir das Constituintes dos anos 1853 e 1860, havia feito progredir durante seu mandato presidencial entre 1862 a 1868.

Por ocasião do 135º aniversário, a 4 de janeiro, o jornal circulou com um suplemento gratuito, em formato de livro, com 242 páginas e que acompanhou a edição normal desse dia sem ônus para o leitor. Um exemplar pertence à ABI por gentileza do jornalista Xavier Prieto Astigarraga, da Seção de Esportes de *La Nación*.

Atualmente o jornal conta entre seus renomados colunistas com Joaquín Morales Solá, Marcos Aguinis, Mario Diamant, Tomás Eloy Martínez,

Esteban Peicovich, José Ignacio Lladós, Alicia de Arteaga, Octavio Hornos Paz, Santiago Kovadloff, Orlando Barone, entre outros. O cuidado de todos nos textos, a total lisura nos seus artigos e o inconfundível respeito pelo vernáculo fazem desse destacado time de colunistas um real padrão dentro do jornalismo sul-americano.

Por tudo acima exposto a ABI associou-se aos festejos de *La Nación* enviando-lhe sinceras congratulações, por ser um veículo permanentemente defensor de todas as liberdades e, fundamentalmente, da liberdade de expressão.

Na qualidade de colaborador trabalhei durante vários anos no *La Nación*. Nas minhas infrequentes viagens a Buenos Aires, posso constatar a qualidade no trato e a lisura total no comportamento tanto das chefias como dos colegas e amigos.

DIREITOS HUMANOS

Dona Lyda sofre novo atentado

Este é o significado, no entender da ABI, da decisão que nega indenização à família da antiga Diretora da Secretaria da OAB, morta num atentado terrorista em agosto de 1980

A ABI recebeu como um novo atentado a essa "infortunada patrícia" a decisão da Comissão de Mortos e Desaparecidos de negar o pagamento de indenização à família de Dona Lyda Monteiro da Silva, Diretora da Secretaria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, assassinada num atentado terrorista praticado em 27 de agosto de 1980 contra a sede da entidade, então situada no Rio.

No entender da ABI, o Estado nacional tem o "dever jurídico e moral" de rever essa decisão, porque falhou "no dever de assegurar a todos, na época, o direito à segurança, à integridade física e à vida". A respeito a ABI emitiu esta declaração no dia seguinte à decisão da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos:

"A Associação Brasileira de Imprensa considera do seu dever manifestar sua perplexidade e sua indignação diante da decisão da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos de negar o pagamento de indenização à família de Dona Lyda Monteiro da Silva, Diretora da Secretaria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e considera que essa infortunada patrícia acaba de sofrer novo atentado, tão reprovável quanto aquele que a assassinou brutalmente, em 27 de agosto de 1980. Lamenta a ABI que o respeitável relator do caso, advogado Belisário dos Santos Júnior, e seus ilustres pares, que conduziram por unanimidade a essa abominável decisão, tenham dado como procedentes as conclusões das investigações realizadas na época pelos paus-mandados da ditadura militar, como se os trabalhos por estes realizados merecessem o crédito das pessoas de bem.

Não pode ficar sem reparo, igualmente, a afirmação do Presidente da Comissão

de Mortos e Desaparecidos de que não foi possível provar a culpa do Estado na imolação de Dona Lyda, embora o contexto político e histórico aponte para tal culpa. Na visão da ABI, a Comissão prendeu-se a um pormenor técnico, que colide com o comportamento do Estado sob a égide de dois Governos, o atual e o precedente, que propuseram e instituíram uma pensão mensal – aliás do valor ridículo de R\$ 500,00 – em favor do único filho de Dona Lyda, num reconhecimento, tardio e ditado pelo avanço das forças democráticas do País, de que o Estado nacional foi o responsável pelo sacrifício dessa pranteada concidadã.

Entende a ABI que as filigranas tecnicistas da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos não podem sobrepor-se à evidência de que o Estado brasileiro tem a obrigação de indenizar a família de Dona Lyda, porque faleceu no dever de assegurar a todos, na época, o direito à segurança, à integridade física e à vida. Esse é um dever jurídico e moral do Estado brasileiro, o qual deve ser reconhecido e cumprido pelo Governo da União, com a revisão dessa decisão da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.

A ABI imprime a esta sua manifestação a indignação legítima de que está possuída desde que, tal como ocorreu com Dona Lyda Monteiro da Silva, as mesmas mãos criminosas protegidas e estimuladas por um Estado nacional antidemocrático explodiram uma bomba de alto teor no sétimo andar do Edifício Herbert Moses, sua sede.

A ABI, por fim, solidariza-se com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as iniciativas que haja por bem adotar para garantir à família de Dona Lyda a justiça de que carece há quase um quarto de século.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2005.
Maurício Azêdo, Presidente."

Reparação moral é paga a 40 vítimas da ditadura

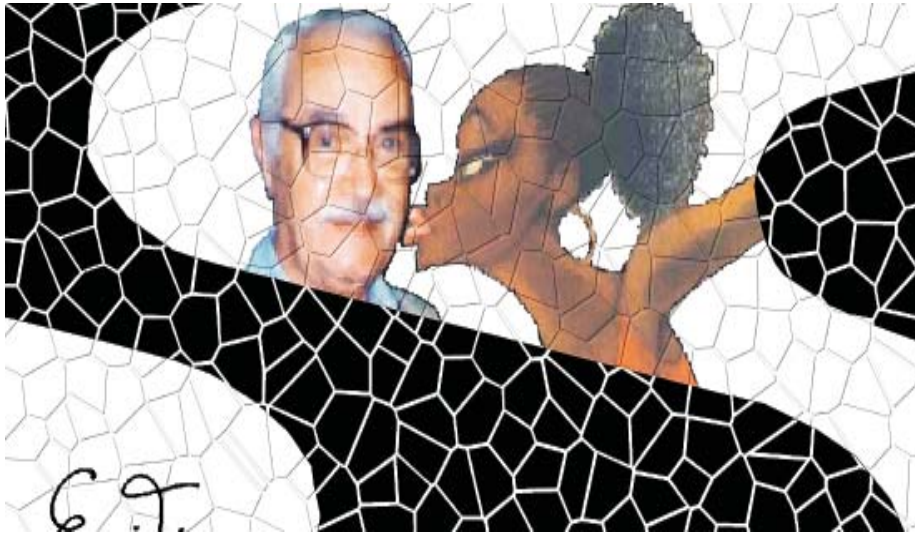
Em ato presidido pela Governadora Rosinha Garotinho, o Estado do Rio de Janeiro pagou a 40 vítimas da ditadura militar as indenizações instituídas a título de reparação moral pela Lei nº 3.744, de 21 de dezembro de 2001, de autoria dos Deputados Carlos Minc, Edmilson Valentim, Neca e Chico Alencar, atualmente deputado federal. O valor da indenização foi fixado em R\$ 20.000,00.

Os primeiros beneficiários da Lei nº 3.744/2001 foram, em ordem alfabética, Agapito Ferreira Damasceno, Alcir Henrique da Costa, Aury Gomes da Silva, Auto Rodrigues dos Santos, Clóvis Carilo Figueiredo, Dácio Lopes da Silva, Djalma Oliveira da Silva, Darcy Domingues de Melo, Edgard Ribeiro de Souza, Edivaldo Souza Bentes, Ely de Oliveira Alves, Eny de Oliveira Novaes, Eufle da Costa Nogueira, Fernando Pereira Cristino, Fran-

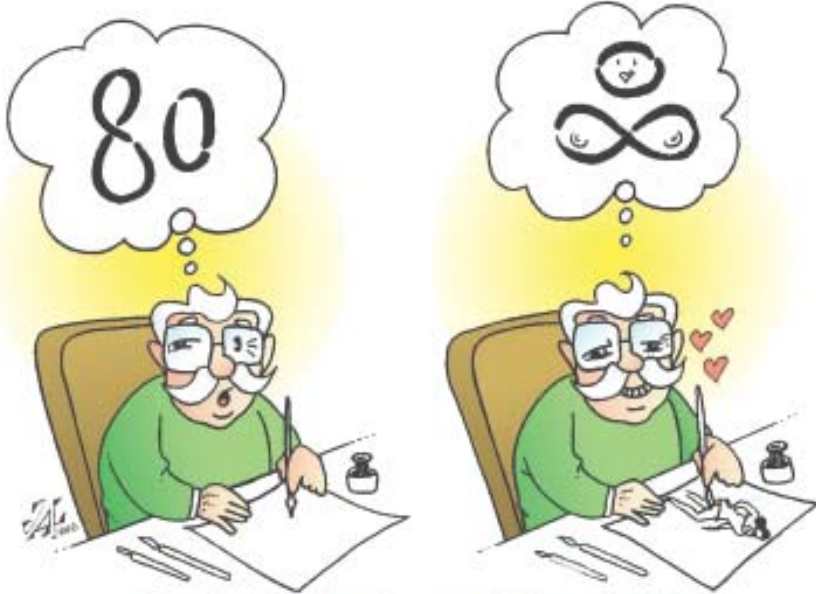
cisco Feliciano da Silva, Floriano dos Santos Máximo, Geraldo Leite, Henrique Eduardo Antony Veloso, Ivan da Silva Canavarro.

E ainda Jacintho Francisco Paiva Netto, José Alves Damasceno, José Benigno Luna Sobrinho, José Martins da Silva, José Sérgio Vaz, Lauro Félix Barbosa, Lenine Abdiel de Sousa, Luiz Zizi de Oliveira, Maria Lúcia Ribeiro Martins, Oscar Dias Lacerda, Osmar Pinto, Oswaldo Garcia Veloso, Oswaldo José Lourenço, Raimundo Alves de Souza, Raimundo Neves de Araújo, Rosalina de Santa Cruz Leite, Sebastião Fonseca dos Santos, Sebastião Rodrigues Paixão, Severino Batista Cabral, Wilson Alves de Oliveira e Zilda Paula Xavier Pereira.

O benefício relativo a Lenine Abdiel de Souza foi recebido por seus herdeiros: ele morreu antes da instituição da reparação moral. Entre os processos aprovados há vários relatados pela representação da ABI na Comissão Especial de Reparação.

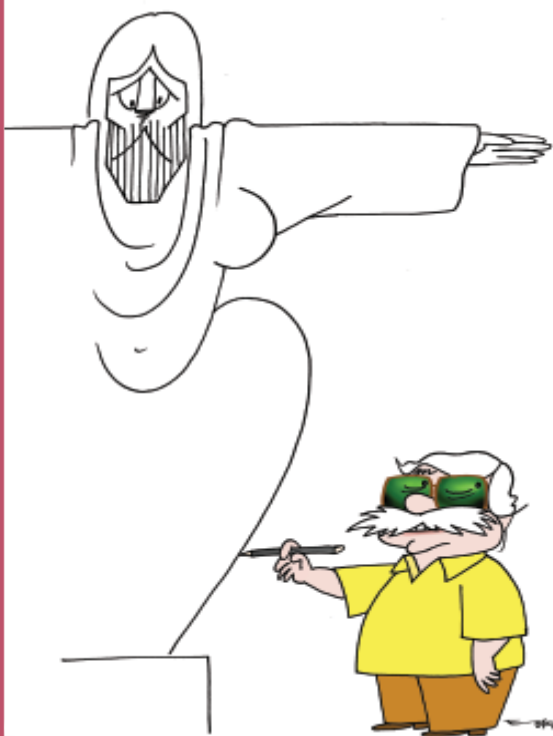


Cartunistas homenagearam o amigo Lan, mesclando em charges os seus temas preferidos: as belas mulatas e a cidade do Rio de Janeiro com seus detalhes mais famosos, como o calçadão de Copacabana e o Pão de Açúcar



Todos nós gostaríamos de ser jovens, como o LAN nesses 80 aninhos!

Nas charges de Jal (ao alto) e de Mariano, a reprodução de duas das principais características de Lan: o humor impregnado de alegria e juventude e a paixão pelas curvas generosas das mulatas



Os 80 anos do carioca Lan

JOÃO MÁXIMO

Um caricaturista genial: Lan. Um grande carioca, desses de que é feita a alma do Rio: Lan. Um exemplo de perfeita combinação de talento e sensibilidade num mesmo ser humano: Lan. Pois é justamente este ilustre personagem - da arte, da cidade e da vida - que está comemorando, com todas as honras, seus 80 anos. Honras que, ainda que todas, hão de ser poucas.

Tempos atrás, num texto ainda inédito que o Ministério das Relações Exteriores encomendou-nos para mostrar lá fora quem é ele, atrevemo-nos a dizer que, para se conhecer Lan, era preciso saber primeiro o que é ser carioca. Claro, escrevíamos para leitores de outros países. Porque, por aqui, todo mundo sabe exatamente o que é ser carioca. Ou, pelo menos, acha que sabe. Hoje pedimos licença para levar mais longe o atrevimento ao dizer que, para se conhecer Lan, é imperioso saber a diferença entre o carioca que ama o Rio como gostaria que o Rio fosse (idealizado, fantasiado, camuflado, retocado, escamoteado, falseado e, como tal, inexistente) e o carioca que ama o Rio como o Rio é. Ou seja, apesar de suas mazelas e, em alguns casos, por causa delas. Um carioca exatamente como Lan.

O primeiro, o do Rio que só existe em devaneios, é especialista em jogar lixo para baixo do tapete. Para ele, a cidade imaginada é de fato maravilhosa, sem violência, sem menor abandono, sem tráfico, sem prostituição infantil, sem maus governantes, sem policial corrupto, sem praia poluída, sem pobreza, sem medos e sem ódios. É por tudo isso que ele ama o seu Rio, um Rio de cartão postal. Já ser carioca como Lan, pelo contrário, é amar a cidade com todos os pesares que a tornam cada dia menos maravilhosa. É conhecer-lhe os defeitos e, como se faz com um filho, amá-la mesmo assim. Mais que isso, é deixar-se guiar por uma filosofia de vida que não se adquire, mas que se traz do berço.

Cariocas como Lan já nascem com o Rio no sangue. É o que explica muitas de suas atitudes diante do mundo. Por exemplo, o fato de gostar dos subúrbios onde o progresso e a sofisticação costumam a chegar, na mesma medida em que se encanta com as praias ensolaradas da Zona Sul. É subir morros, conviver com sua gente, beber com ela, entender-lhe a cultura, da mesma forma com que troca idéias com amigos grã-finos nos bares da moda. É ter um coração musical, mais sintonizado com o samba e o choro do que com o rock, o reggae, o funk, o hip hop e o rap, mas não ser contra nada disso. Como Lan. É viver o futebol menos como esporte do que como paixão. Ou, se preferirem, como religião. No caso de Lan, uma religião chamada Flamengo. Só

que este carioca único costuma se entregar a duas fés ao mesmo tempo, cultuando a escola de samba assim como cultua o clube de futebol. Por isso, aos olhos de Lan, o azul e branco da Portela em nada difere do vermelho e preto do Flamengo. Sofrendo por ambos, mas sem perder a condição de bem-humorado crônico (razão pela qual, depois de todo Flamengo x Vasco, telefona para o vascaíno Paulinho da Viola para cumprimentá-lo pela vitória ou, se for o caso, consolá-lo pela derrota, tudo com a elegância que os dois ostentam). É ser doutor em hospitalidade, o peito sempre aberto para novos amigos. Assim como Lan. É estar pronto para estender a mão ao vizinho, é não ter preconceito de raça ou de credo, é fazer do sorriso seu cartão de visita e da generosidade o seu emblema. É, também, ter sempre uma piada pronta para qualquer situação, de preferência autocrítica, autogozativa, autodepreciativa (mas só por fora, pois no fundo um carioca como Lan se orgulha de ser o que é). Ninguém sabe fingir tão bem o não levar a vida a sério, quando na verdade todos os seus passos são guiados pela seriedade. Ser carioca assim é trabalhar muito, deixando que os outros teimem em dizer que não gosta de trabalhar. Precisamente como Lan, operário incansável, escravo de sua arte.

Dizíamos naquele texto - como informação aos lá de fora - que ser carioca não significa ter nascido no Rio. Não necessariamente. E que alguns dos cariocas mais autênticos vêm da Bahia, de Minas, de São Paulo, do Rio Grande, quando não, caso do próprio Lan, de terras mais distantes. Ser carioca, como disse o cronista, é mesmo um estado de espírito e não uma referência geográfica. Tem mais a ver com o ser do que com o estar.

Lanfranco Vaselli nasceu em Montevardi, cidadezinha da Toscana situada entre Florença e Arezzo. Estranho que pareça, foi ali que, ao vir ao mundo, no dia 18 de fevereiro de 1925, ele começou a ser carioca. Como ele mesmo gosta de explicar, optou ao nascer entre ser aretino (de uma "vil razza dannata", no dizer de Dante Aleghieri) ou florentino (do tipo "strafottenti", correspondente italiano ao carioca autêntico, vivo, bem-humorado, irreverente, sagaz, sabedor de que a vida é curta e deve ser vivida à larga). Como a de Lan. A qual, se nos perdoam o lugar-comum, daria um livro (que ele talvez ainda escreva). Não só pelas passagens boêmias, algumas romanticamente picarescas, mas também pelos caminhos que o levaram a consumir na prática sua carioquice de nasença. Isso há mais de 50 anos.

O pai de Lan era um virtuoso do oboé que por pouco não foi contratado por Arturo Toscanini para integrar a Filarmônica de Nova York. Acabou em São Paulo, na Sinfônica do Teatro Municipal. Acabou, não: começou. Foi seu primeiro

Quem é esse italiano-uruguaio-argentino que escolheu o Rio como pátria

contato com o Brasil. Vindo com a mulher e os dois filhos - Lan com quatro anos - o Vaselli pai decidiu levar a família para Montevideú, deixando para trás a atmosfera política que se respirava em São Paulo entre a Revolução de 1930, a que levou Vargas ao poder, e a de 1932. De Montevideú, já em 1935, foram todos para Buenos Aires, o Vaselli músico contratado pela Rádio El Mundo. Mas voltaram pouco depois, a saúde do pai reclamando do clima úmido da capital argentina.

Foi entre os dois lados do Rio da Prata que o Vaselli filho cresceu. Começou a estudar arquitetura em Montevideú, mas largou o curso no meio. O gosto pelo desenho ficou no jovem que tinha o hábito de caricaturar os professores, um deles o de Química e o outro, o inesquecível Dansa, de Desenho. A caricatura seria sua única profissão pela vida afora. Como ele mesmo diz: "profissão *caricaturista*", e não *cartunista*, termo que tivemos o mau gosto de copiar dos americanos". O estilo, ele o deve à preguiça. De não estudar, de não se interessar muito por escolas e estilos alheios, de ser ele mesmo. Um artista que define a memória como um filtro que deixa em nossas mentes apenas o essencial. É o que difere o caricaturista do retratista, este preso ao que vê, aquele guiado pela memória. Acredita que seu estilo começou a nascer quando caricaturou um craque de futebol argentino, Agustín Prado. Lan captou-lhe não só os traços fisionômicos, mas também o gestual, a coreografia com que brigava pela bola em campo. Passou a desenhar para cinco revistas e dois jornais da Editorial Haynes, de Buenos Aires. Só para *Notícias Gráficas*, era uma caricatura por dia. De futebol e outras coisas.

(A propósito de captar gestos e coreografias, acrescentando movimento aos seus desenhos, explica-se o refinamento e a precisão com que Lan - quando chegar o momento - irá desenhar figuras do samba, assim como um dia seu lápis registrou a sinuosidade dos bailarinos do tango e a sensualidade dos músicos do jazz. Digamos que Lan é um mestre em sugerir ação onde há inércia. Uma sambista sua nos dá a impressão de sair do papel entre meneios, requebros e passos de dança).

Em 1952, ele visitou o Rio. Descobriu a cidade, o sol, os botequins vadios, as mulheres. Apaixonou-se. Uma paixão para toda a vida: "Eu já cheguei carioca", admite. O futebol também já estava no sangue, inoculado por um sentimento que, embora nascido nos embates entre Nacional e Peñarol, em Montevideú, tomou corpo ao ver jogar lá o brasileiro Domingos da Guia: "Virei Nacional por causa dele". O Flamengo, ex-club de Domingos, foi o caminho natural, ao contrário do samba, descoberta quase acidental. Levado por Edison Carneiro para fazer pesquisa no Salgueiro, a escola do lendário Casimiro Calça-Larga, gostou, mas

não amou. O mesmo se deu com a Mangueira. Amor, mesmo, foi quando visitou a Portela de Alcides Malandro Histórico, Velho Cláudio, Manuel Bambambã, Rufino, Expedito e outros sambistas lendários. Ali, uma das grandes lições colhidas por Lan:

- Os intelectuais de respeito têm muito a aprender com a gente do povo, sobretudo com a sabedoria dos poetas e cronistas do samba.

Daí ser impossível encontrar em traço de outro artista algo tão inconfundivelmente carioca como as mulatas e os passistas de Lan. Sua admiração pelas mulatas é meio atávica. Desde a babá Zezé, que lhe mandava balas de coco quando a família se mudou de São Paulo para Montevideú, até a mulher com que está casado há mais de 40 anos. Seu nome: Olívia. Era uma das Irmãs Marinho, trio de dançarinas tão belas quanto talentosas. Lan jura que foi ele quem levou as três para o samba e não o contrário, como muitos pensam.

Com tudo isso, Lan se considera uma pessoa comum, longe de merecer biografia em livro:

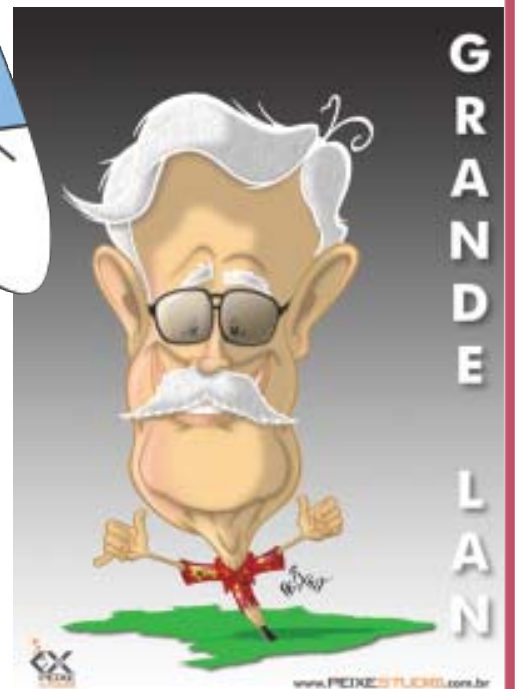
- Biografias só valem para bandidos ou heróis, ou pelo menos para quem teve a vida torta. Eu, pelo contrário, sempre andei em linha reta. Não conheci acidentes de percurso. Se bem que admito nunca ter imaginado chegar aos 80 anos tendo exercido uma única profissão: caricaturista.

O que não o impede de vir a autobiografar-se à sua maneira. Como? Num livro a ser ilustrado por ele mesmo. Título: *Se...* Seria mais ou menos uma confissão às avessas, a história de sua vida transformada na vida que não teve. E se não tivesse nascido em Montevardi? E se o pai não fosse oboísta? E se não passasse por Montevideú, Buenos Aires, São Paulo? E se detestasse futebol? E se fosse ruim da cabeça, ou doente do pé, para não gostar de samba? E se não tivesse se apaixonado pelo Rio? E se não fosse casado com Olívia? De se... em se... Lan acredita que poderia se revelar melhor como o homem comum que pensa ser. Um homem sem queixas, cuja autobiografia, se realmente vier a escrevê-la, já tem até dedicatória: "Ao meu anjo da guarda!"



O cartunista Leo Martins retrata Lan agarrado a uma perna de mulata: a recorrência do tema fez com que ele se tornasse o maior entusiasta e divulgador da beleza negra

O cartunista Peixe resume em sua charge o que este carioca de tantas nacionalidades passou a ser quando conquistou um público que até hoje o acompanha em suas *Cariocaturas*, publicadas no Globo - o grande Lan



Em desenho de Gabriel Renner, a caricatura do aniversariante admirando uma reprodução de suas eternas musas, paixão complementada pela adoração à Portela e ao time rubro-negro



Lan por ele mesmo. O desenho foi o tema do convite enviado pela ABI a todos os sócios, chamando-os a participar de mais uma festa que encheu de alegria e conagração o auditório do 9º. Andar



Lan admira sua caricatura, feita por Aroeira. Uma das muitas em sua homenagem na Exposição Afetiva



FOTOS JOSÉ CARLOS VELOSO

Ziraldo comenta seu desenho com Lan

O encontro de Lan com

Homenagem organizada pela ABI permitiu que o cartunista

MAURÍCIO AZÊDO

“Eu não sei mais o que dizer. Já me perguntaram tudo, respondi a tudo, e agora não tenho mais nada a dizer”, desabafou Lan, sorridente, no saguão do Auditório Oscar Guanabara, no nono andar da sede da ABI, após a maratona de entrevistas com que os repórteres de televisão o assediaram na noite em que a ABI o homenageou por seus 80 anos.

Lan já havia concedido um primeiro turno de entrevistas, interrompidas para a realização do espetáculo musical em sua homenagem. Durante cerca de uma hora, acompanhando as músicas com a batida da palma das mãos ou mexendo discretamente os pés, Lan permaneceu sentando no palco, onde se apresentaram, sob a coordenação do compositor Moacyr Luz, Jair do Cavaco, Monarco, Surica e Dorina, expressões da Velha Guarda da Escola de Samba Portela, a azul-e-branco de que Lan é devoto há mais de 50 anos, desde que se radicou para sempre no Brasil.

No acompanhamento, músicos da pesada, craques do melhor samba de raiz: Paulão Sete Cordas, Jaime Vignole, Roberto Marques, Beto Cazes e Paulino Dias. Antes que o show se encerrasse, uma surpresa para Lan: duas mulatas esculturais, as passistas da Portela Suelen e Nilce, exibiram-se em passos e requebros que faziam Lan virar-se seguidas vezes, entortar o pescoço, para melhor contemplar sua ginga e suas evoluções.

Coube a Ziraldo fazer a saudação a Lan em nome dos cartunistas que se integraram à homenagem. Em tom coloquial, dirigindo-se a Lan, ao seu lado, e conversando com a platéia. Ziraldo revelou que sua amizade com o homenageado data do começo de sua vida profissional, quando, trabalhando na mesma redação, Lan insistiu em que fosse dada uma oportunidade ao jovem colega, mais novo que ele uns sete ou oito anos. “Esse menino é um grande desenhista, tem que ser aproveitado como tal”, disse Lan, que com essa sugestão mudou o destino profissional do Ziraldo.

“Eu conheço o Lan há mais de 50 anos e nunca ouvi em relação a ele uma frase que a gente ouve com frequência: ‘Mas esse Lan, hein?’ Essa é a melhor prova do caráter excepcional de Lan”, disse Ziraldo, que a seguir contou como fez o desenho em homenagem a Lan, como proposto pelos organizadores da Exposição Afetiva. Ele fez uma mulata de costas, em seu estilo de desenho, e outra também de costas, mas fazendo o decalque de um desenho de Lan, para imitá-lo com perfeição. Nos dois desenhos, as mulatas exibiam bundas monumentais. “A diferença entre os dois desenhos — disse Ziraldo — é que no meu a mulata parece estática, parada. No desenho de Lan que copiei, a bunda da mulata aparece sambando.”

Lan chegou com relativa pontualidade à homenagem, idealizada e proposta à Diretoria da ABI pelo Diretor Administrativo Fichel Davit Chargel e organizada por uma comissão integrada por Chico Paula Freitas, Glória Alvarez e Marilka Lannes. Marcada para as 18h, já às 18h20min contava com a presença do homenageado, que chegou ao nono andar da ABI com a esposa, Olívia, sua companheira há mais de 40 anos, e de Jaguar, que acompanharia o show na segun-



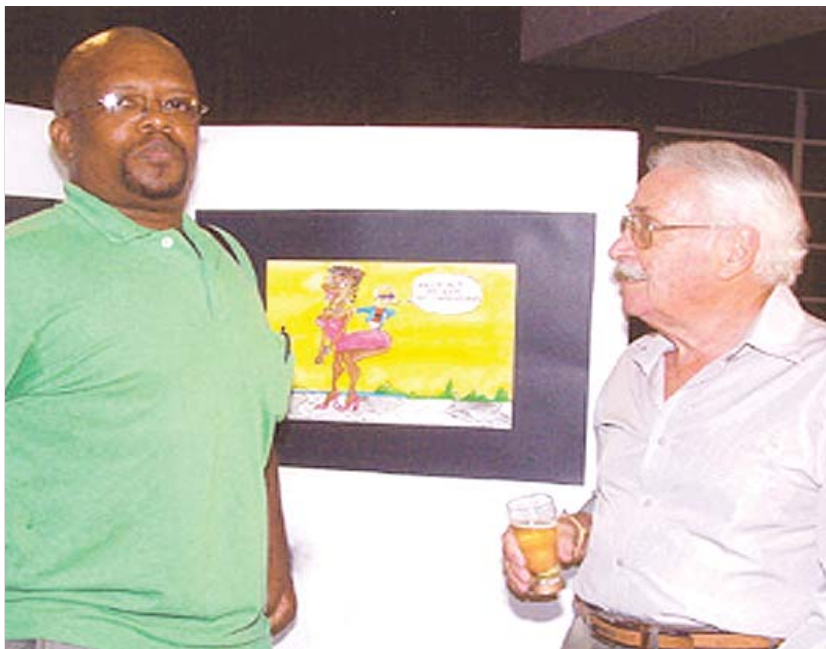
Jair do Cavaco, da Velha Guarda da Portela, dá um show



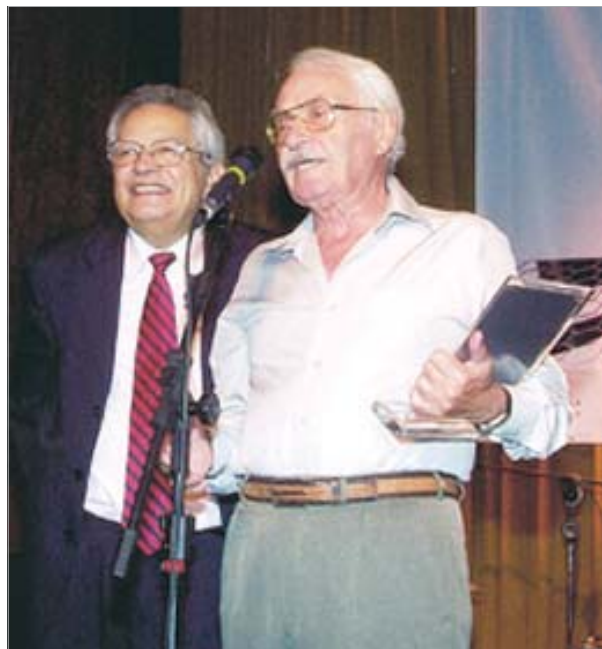
O saguão do auditório do nono andar, onde estava a exposição, repleto de convidados no coquetel oferecido após o show



Lan e Jaguar (à direita): um encontro afetivo de dois mestres na arte do humor e da ironia



Lan ao lado de Ykenga. Ao fundo, o trabalho feito especialmente para a exposição em homenagem ao amigo



Em nome da ABI, o Presidente Maurício Azêdo entregou ao aniversariante uma placa comemorativa de seus 80 anos

velhos e novos amigos

abraçasse jovens colegas que só então passaram a conhecê-lo

da fila do Auditório Oscar Guanabara, a mesma em que tiveram assento também os cartunistas Ique e Ziraldo, este acompanhado da esposa, Márcia. Na fila seguinte, muito discreto sentou-se Chico Caruso. Com Lan chegou também Valéria da Silveira, Diretora da Lan Produções Artísticas.

Lan reencontrou então companheiros que há muito não via, muitos dos quais recordavam que depois que ele se mudou para Pedro do Rio, distrito de Petrópolis, as oportunidades de encontrá-lo se tornaram raras, raríssimas. Com dificuldade para reconhecer alguns, pois os olhos apresentam problemas, Lan passava do cumprimento formal ao abraço caloroso quando o amigo, que ele não reconheceu logo, se identificava e lhe avivava a lembrança de bons momentos comuns. Com alguns Lan não deixava fugir a possibilidade de troça. Ao ser abraçado pelo ator Antônio Pedro, que cultivava vasto bigode cujas pontas são arqueadas para cima, Lan cofiou seus bigodes e advertiu o amigo: — Olha só: estou quase te pegando.

Com paciência Lan percorreu a Exposição Afetiva montada pela ABI com os desenhos feitos especialmente em sua homenagem por seus colegas cartunistas, alguns dos quais,

muito jovens, vieram a conhecê-lo no evento, organizado pela ABI com o patrocínio da Prefeitura do Rio e da TAM. Entre eles estavam Alecrim, Alvinho, Amorim, André Barroso, Aroeira, Bira, Eduardo Caldari, Gabriel Renner, Jaguar, Jal, Júlio Mariano, Léo Martins, Mariano, Nani, Paulo Caruso, Peixe, Ponciano e Ykenga, cujos trabalhos foram expostos assim em ordem alfabética pelo nome do autor. Chico Caruso e Ique lamentaram que tivessem recebido o convite muito tarde, sem tempo para fazer seus desenhos, mas compareceram ao ato para abraçar Lan.

Antes e depois do show musical, Lan conversou com os amigos, tratou com carinho os convidados da ABI que o cumprimentavam e falou com bom humor aos muitos repórteres que o entrevistavam. Três horas depois, Lan dava sinais de que as emoções vividas ao longo da noite excediam o que esperava. Os cabelos brancos já apareciam levemente despenteados, tantos os abraços fervorosos, e ensejavam a intervenção de Olívia para ajeitá-los antes de cada nova entrevista. Lan não alterava o astral, de bem com a vida,

gratificado pelo carinho dos amigos e o apreço de desconhecidos. Em determinado momento, confessou que nada mais tinha a dizer nas entrevistas. Alguém aconselhou:

— Fala então do nosso Flamengo, Lan, porque o clube está lá embaixo, precisa de um promotor.

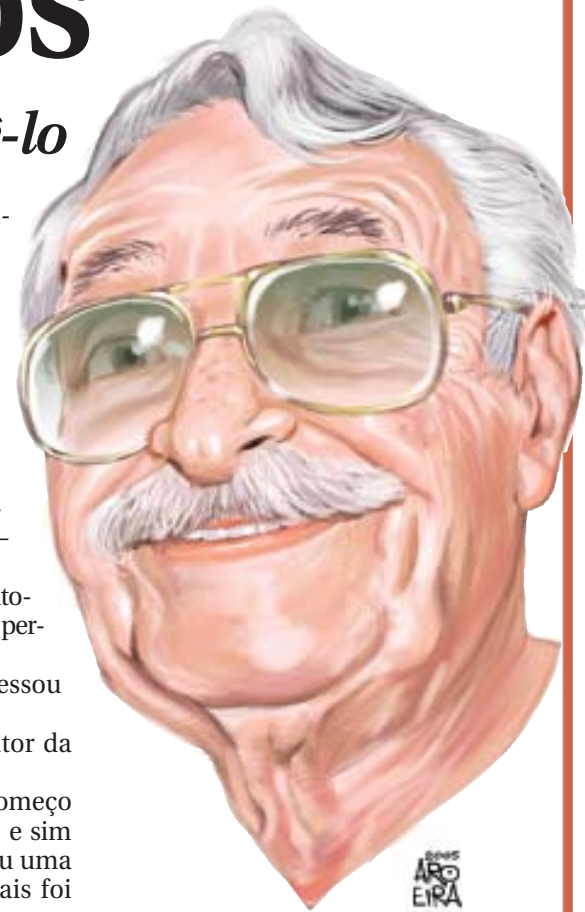
— Bem lembrado, bem lembrado. Vou falar do Flamengo — concordou.

A repórter seguinte, muito respeitosa, começou com uma pergunta que permitiu a nova estratégia de Lan.

— Quando o senhor se interessou pelo Brasil?

Após piscar o olho para o autor da sugestão, Lan foi em frente:

— Na verdade, querida, no começo eu não me interessei pelo Brasil, e sim pelo Flamengo, que me despertou uma paixão incontrolável. Tudo o mais foi consequência: o meu Brasil começa com o meu querido Flamengo, com aquele vermelho-e-preto que me fascinou e até hoje me fascina.



ARQ EIRA



Lan confraterniza com o compositor Moacir Luz, o cartunista Jaguar e o ator Antonio Pedro. Com este último Lan estabeleceu uma competição: quem tem o bigode mais rebuscado



Ante o olhar cúmplice do compositor Monarco, Lan beija uma das passistas da Portela



Após o show, Tia Surica, da Velha Guarda da Portela, dá um abraço afetivo no amigo Lan

Uma profissão de risco

OSWALDO LEITÃO
DE MACEIÓ

Em 24 de maio de 2002, o semanário *A Notícia*, de Maceió, foi invadido na calada da noite pela Polícia Federal. Por ordem de um obscuro advogado transformado em juiz provisório do TRE, a PF recolheu todos os computadores da empresa e prendeu seu diretor de redação. Motivo: em sua edição anterior o jornal publicara matéria na qual moradores de uma cidade do interior alagoano acusavam três juízes eleitorais de suposto suborno para manter no cargo o então prefeito, acusado de inúmeros crimes.

O jornalista João Marcos Carvalho, vítima de violências anteriores por conta de sua combatividade, amargou 15 dias de cadeia e o *A Notícia* entrou para história da imprensa brasileira como o primeiro jornal a ser empastelado por força policial depois do restabelecimento da democracia. Carvalho, que também é historiador, trabalha, agora, na redação final de um livro que pretende contar a história do recrudescimento da censura no Brasil nos últimos cinco anos. Ele denuncia que juízes, que deveriam defender a liberdade de imprensa, resolveram rasgar a Constituição e se transformar em censores. O jornalista também condena a apatia dos profissionais de imprensa com relação ao tema e chama a atenção para um retrocesso institucional.

Em que medida seu livro demonstra que há um recrudescimento da censura do Brasil e, automaticamente, um retrocesso institucional?

João Marcos Carvalho – Com a estatística dos fatos ocorridos a partir de 1999, ano em que os atentados contra a liberdade de imprensa no Brasil começaram a aumentar com velocidade preocupante.

Você se refere à censura prévia?

João Marcos Carvalho – Não só a ela, mas também a outros crimes cometidos contra profissionais de imprensa no exercício da profissão. Em fevereiro de 1999 foi registrado o primeiro caso em que uma sentença judicial impôs censura prévia a uma publicação após o fim da ditadura militar, em 1985. A vítima foi o jornal *Floresta*, editado por ecologistas do Pará. O periódico foi impedido de publicar matéria denunciando desmatamento criminoso em São Feliz do Xingu que beneficiava os donos de uma poderosa madeireira. Por isso, considero essa data como um divisor de águas neste meu trabalho.

E como é que você tem conseguido levantar esses dados?

João Marcos Carvalho – A partir de fevereiro de 1999, entrei em contato com sindicatos de jornalistas de todo o país e com a organização internacional Repórteres Sem Fronteiras e pedi que me repassassem as denúncias que eles recebessem sobre esses casos. Até esta data cataloguei 127 casos de censura prévia, 21 assassinatos, 30 tentativas de homicídio, 16 espancamentos, 44 ameaças de mortes, 10 prisões arbitrárias e 3 seqüestros de profissionais de imprensa, incluindo aí jornalistas e radialistas. Para isso, contei com a ajuda de inúmeras entidades de direitos humanos ligadas à OAB e CNBB, que espalharam meu endereço eletrônico pelo país afora.

Você acusa o Judiciário de estar rasgando a Constituição ao impor a censura prévia. Isso, na sua opinião, é retrocesso institucional?

João Marcos Carvalho – Não tenha a menor dúvida. Mas só para retificar: não acuso o Judiciário como um todo. Digo que uma minoria de juízes tem praticado uma violência sem precedentes à democracia ao atenderem pedidos de poderosos empresários, políticos e gente envolvida em crimes, escândalos e corrupção para impedir que a imprensa publique suas histórias. E olha que não estou falando de suposições, falo sobre crimes que estão sendo investigados pela polícia ou pelo Ministério Público.

Você acredita que está havendo uma guerra de bastidores entre imprensa e justiça?

João Marcos Carvalho – Não é isso. Acho que existem juízes equivocados, desinformados e despreparados que parecem ignorar a história política e social do País. A impressão que dá ao vê-los praticar a censura prévia é que eles nunca souberam que este País já passou por duas ditaduras nefastas e que nos regimes autoritários a imprensa e a justiça são as primeiras vítimas da falta de liberdade. Julgar é uma missão sacrossanta. Nas sociedades civilizadas e democráticas não pode haver lugar para magistrados tendenciosos ou cidadãos intocáveis.

Por ser um recordista de processos, você não teme represálias do Judiciário por causa de alguns conceitos emitidos em seu livro sobre o comportamento de alguns juízes?

João Marcos Carvalho – Eu acredito que a maioria dos juízes seja honesta. Espera-se deles que julguem de acordo com as provas dos autos, sem se preocupar em agradar quem quer que seja, inclusive aos seus próprios pares. Mesmo porque, ao exercer a função judicante, que emana da soberania do País, eles passam a ter compromissos unicamente com a Pátria, que, por sua vez, espera contar com magistrados que tomem suas decisões baseadas única e exclusivamente na lei. Quanto a mim, já respondi a 27 processos em 32 anos de profissão. Fui absolvido em 19; cinco prescreveram e três ainda rolam. Acho que jornalista que tem medo de processo deve mudar de profissão, que, aliás, é de alto risco para quem se propõe a fazer dela uma profissão de fé.

Você é a favor do controle externo do Judiciário?

João Marcos Carvalho – Totalmente. Todos os Poderes da República têm a obrigação de prestar informações transparentes a todos os cidadãos. E o Judiciário não pode estar acima do bem e do mal. Precisa ser fiscalizado, sim. Até porque o Judiciário, na minha opinião, é o Poder mais importante no processo democrático, já que cabe a ele resolver desde os casos mais complexos que envolvem o Estado até os que atingem o cidadão mais humilde. Eu chego a ficar profundamente deprimido quando tenho conhecimento de que um magistrado usou do cargo para delinquir. É por isso que o controle externo do Judiciário deve ser visto como prêmio aos juízes probos, que certamente não têm pelo que temer.

Hoje muita gente anda discutindo a ética no jornalismo. Qual seu conceito sobre o tema?

A JUSTIÇA CONTRA A IMPRENSA

Em menos de seis anos, juízes de diferentes pontos do País emitiram ordens de censura prévia em 127 casos, revela o jornalista e historiador João Marcos Carvalho, de Alagoas, um dos muitos censurados desde então

João Marcos Carvalho – Acho que a ética do jornalismo, enquanto conceito filosófico, não pode ser outra além da verdade absoluta, apuração isenta dos fatos e espaço igual para as partes em questão. Já a ética do jornalista é subjetiva, já que é uma questão individual e pertence ao caráter de cada um. Agora, tem a ética do jornal, que é a ética do dono, do editor, do patrocinador. Toda vez que muda o dono, o editor, o patrocinador a ética também muda. No caso do jornal, e aí incluo as emissoras de rádio e tevê, existe uma ética moldável de acordo com as conveniências e os interesses de cada empresa.

O que representa o recrudescimento da censura em tempos democráticos?

João Marcos Carvalho – O caos completo. Censura é um dos ingredientes das ditaduras. Quando ela ocorre em plena vigência do estado democrático é sinal de que as coisas estão pelo avesso. O que estamos assistindo hoje, com essa avalanche de censura prévia, é uma catástrofe. Em 2002, por exemplo, o Correio Brasiliense chegou a ter um censor em sua Redação como nos velhos tempos do regime militar. É fundamental lembrar que hoje a censura está atingindo desde microjornais no interior do País até as grandes empresas de comunicação como a Editora Abril, a Rede Globo, o Estado de S. Paulo etc... O que mais me deixa perplexo é a tímida reação a essas agressões. Com exceção da velha ABI, que protestou por todos os cantos, a Fenaj, as centrais sindicais e o próprio Congresso Nacional se limitaram a espasmos.

Como você recebeu a notícia do arquivamento do projeto sobre Conselho Federal de Jornalismo?

João Marcos Carvalho – Com alívio. Esse projeto neofascista da Fenaj era um atentado contra a democracia. Não dá para imaginar um grupelho de iluminados determinando o que poderia ou não ser publicado e com poder de eliminar da categoria aqueles que não rezam na mesma cartilha de quem detém o poder. Só fal-

tu ressuscitar Lourival Fontes, pai do DIP durante o Estado Novo, ou Gama e Silva, o ministro censor da ditadura militar.

Entrando no seu caso pessoal, conte como e por que seu jornal foi empastelado?

João Marcos Carvalho – Na edição de 19 de maio de 2002, publiquei uma matéria sobre o clima de guerra política na cidade de Junqueiro, interior de Alagoas. A oposição acusava o prefeito João José Perreira de inúmeras falcatruas, além de abuso de poder econômico. Perreira havia sido condenado pela Justiça Eleitoral, mas recorreu. Na segunda quinzena de maio, cinco juízes do TRE se reuniram em Junqueiro para decidir sobre o destino do prefeito. Diante das graves denúncias e das provas conseguidas pela oposição, nem mesmo a situação acreditava que ele escapasse da cassação. Terminado o julgamento, surpresa: o homem foi absolvido por três a dois e mantido no cargo. Entrevistamos moradores da cidade que declararam suspeitar que três juízes eleitorais haviam sido subornados para manter o prefeito no cargo. Quando nos preparávamos para fechar a edição seguinte, fomos surpreendidos com a invasão da Polícia Federal na Redação.

Baseado em que ocorreu essa invasão?

João Marcos Carvalho – Os policiais escoltavam um oficial de justiça que trazia uma ordem judicial expedida pelo advogado Fábio Ferrário, à época juiz temporário do TRE. Entre outras coisas, ele argumentava que o jornal havia cometido um crime de imprensa ao divulgar o caso do suposto suborno, e que, por isso, eu deveria ser recolhido ao Baldomero Cavalcanti, o presídio de segurança máxima de Maceió, já que, segundo o entendimento dele, eu era um elemento que colocava em risco a sociedade. Além disso, esse rapaz determinou que a PF recolhesse todos os equipamentos do jornal e lacrasse a sede. Tem mais: proibiu que todas as gráficas de Alagoas rodassem o *A Notícia*.



João Marcos de Carvalho teve o jornal "empastelado" pela Polícia Federal, que apreendeu os computadores da redação

Você foi preso imediatamente?

João Marcos Carvalho – Quando a polícia invadiu o jornal, às 19:30 hs, eu tinha acabado de sair para resolver um problema no centro da cidade. A Redação ficava no bairro da Ponta Verde. Frustrados por não me capturar, os policiais detiveram todos os que estavam no recinto: a diretora comercial, seis jornalistas e outros quatro funcionários. Até dois clientes que chegaram naquela hora foram detidos.

E como foi o comportamento da polícia?

João Marcos Carvalho – Embora não tenham agredido ninguém fisicamente, os policiais – eles estavam em dez – proibiram que as pessoas fizessem ou recebessem ligações, tanto pelos telefones da Redação quanto pelos celulares. Eles queriam evitar que eu fosse avisado do que estava ocorrendo. Mas, num descuido deles, meu motorista conseguiu escapar e me avisar. Eles ficaram na campana umas três horas, e só desistiram quando tiveram certeza de que eu não voltaria. Durante esse período, reviraram gavetas, desmontaram equipamentos, espalharam documentos e revistaram bolsas e pastas das pessoas que estavam no recinto.

Por ter ocorrido à noite, o ato da polícia não foi ilegal?

João Marcos Carvalho – Evidente que sim. Além disso, aquele rapaz investido do cargo de juiz não poderia agir como agiu, já que o fato de ter sido advogado do prefeito denunciado o tornava altamente suspeito. Então, acabou ficando muito claro que o juiz temporário não só agiu arbitrariamente, como exorbitou de suas funções para puxar o saco de seus superiores.

Mas como se deu sua prisão?

João Marcos Carvalho – Fiquei foragido durante 42 dias enquanto meus advogados tentavam um habeas-corpus.

Mas o habeas-corpus não é um remédio jurídico que tem que ser julgado imediatamente? Por que tanta demora?

João Marcos Carvalho – Por causa do cor-

porativismo. O juiz que deveria julgá-lo, um tal de Areias Bulhões, também era temporário e amigo pessoal do Ferrário. Há quem diga que são ou foram sócios. Mas o certo é que são amigos. Ele levou trinta dias para apreciar o HC e negá-lo através de argumentos esdrúxulos.

Mas voltando à questão de sua prisão, como ela ocorreu?

João Marcos Carvalho – Quando percebi que o juiz não sossegaria enquanto não me botasse na cadeia, resolvi voltar a Maceió. Um amigo corajoso me colocou sua gráfica à disposição, onde eu pretendia escrever uma edição extra do *A Notícia* denunciando toda a patifaria. Fui preso dois dias depois de iniciar o trabalho e encarcerado na ala especial do presídio de segurança máxima. Passei 15 dias em companhia da fina flor da suposta bandidagem local.

Por que suposta bandidagem?

João Marcos Carvalho – Porque cheguei à conclusão de que a maioria dos grandes bandidos alagoanos estão do lado de fora da cadeia, vivem muito bem e gozam de prestígio nos três Poderes do Estado. É como na música do Chico Buarque: malandro com contrato, gravata e capital; e o que tem de malandro candidato a malandro federal, que nunca se dá mal...

Afinal, como você conseguiu o habeas-corpus?

João Marcos Carvalho – Através da Justiça Federal, em Alagoas. O juiz Sérgio José Wanderley de Mendonça entendeu que minha prisão era arbitrária e absurda e, por isso, me concedeu o HC.

Mas essa não foi a primeira vez que você foi preso por suposto crime de imprensa...

João Marcos Carvalho – Não. Em 2000 também fui em cana depois de denunciar políticos e magistrados envolvidos com o crime organizado. Foi minha estréia na cadeia. Também 15 dias.

Lembro que essas denúncias trouxeram a CPI do Narcotráfico para Alagoas.

Como foi isso?

João Marcos Carvalho – Em 1998 comecei uma investigação que apontou o envolvimento de magistrados, delegados e políticos com o narcotráfico, facilitação de fuga de traficantes, assassinatos, roubo de cargas etc... Isso provocou a vinda da CPI do Crime Organizado ao Estado, que acabou constatando as denúncias e indiciou todos os envolvidos. No primeiro dia do interrogatório, em maio de 2000, fui preso na Redação do jornal, acusado de ter cometido crime de estelionato no interior de São Paulo. Depois de solto, comprovei que se tratou de um plano arquitetado por pessoas, principalmente magistrados, que eu denunciara na matéria que deu margem à vinda da CPI.

Que providências você tomou diante de tantos atos de truculência?

João Marcos Carvalho – Estou processando dois juízes e um político envolvidos no primeiro caso. E, no segundo, ajuizei uma ação de perdas e danos contra o TRE. Além disso, fui absolvido da acusação de crime de calúnia e difamação movida pelos três juízes eleitorais que foram acusados de suposto suborno pelos moradores de Junqueiro.

Você também chegou a ser ameaçado de morte por um deputado estadual dentro da Redação. Conte essa história.

João Marcos Carvalho – Esse deputado, Cícero Ferro, não gostou muito quando eu informei, através do jornal, que ele seria denunciado pela CPI do Crime Organizado. No dia 11 de janeiro de 2000, acompanhado de quatro capangas, ele foi à Redação armado de chicote e pistola e prometeu ajustar contas caso eu não desmentisse a matéria na edição seguinte.

E daí?

João Marcos Carvalho – Assim que ele saiu, informei o caso ao Governador Ronaldo Lessa, que enviou um aparato policial para me proteger durante uns 40 dias até a poeira baixar. No ano passado, esse mesmo deputado, co-

nhecido pela truculência, acabou sofrendo um atentado a bala organizado pelos seus próprios parentes. Levou nove tiros, mas sobreviveu.

Além desses casos, seu jornal também foi vítima de censura prévia.

João Marcos Carvalho – É verdade. Em 2001 meu jornal foi proibido de divulgar qualquer informação sobre um advogado que estava sendo investigado pelo Ministério Público por suposto tráfico internacional de crianças. Como protesto, determinei que o jornal circulasse com uma mensagem de página inteira informando que estava sob censura prévia. A mensagem só foi retirada quando uma liminar impetrada por nós derrubou a censura.

Você recebeu apoio das entidades de jornalistas durante essas situações de risco e de truculência pelas quais tem passado?

João Marcos Carvalho – A ABI nunca me abandonou. Esses fatos ocorreram na época em que Barbosa Lima Sobrinho e, depois, Fernando Segismundo exerciam a presidência da entidade. Através do José Gomes Talarico, este bravo soldado das lutas contra o arbítrio, recebi todo o apoio moral através de notas de protesto que ele se encarregou de mandar a autoridades dos três Poderes. O Sindicato dos Jornalistas de Alagoas também tem protestado contra esses atos. Conte ainda com o apoio irrestrito de radialistas de peso como Jorge Moraes, Sabino Romariz, Zé Duarte, Afrânio Godoy, que sempre abriram espaços em seus programas para que eu denunciasse atos de violência.

E os políticos?

João Marcos Carvalho – O Governador Ronaldo Lessa, a Senadora Heloisa Helena, o Deputado Paulão, os Vereadores Thomaz Beltrão, Judson Cabral, Robert Manso, João Luiz e outros nunca deixaram de protestar contra os atos arbitrários que me atingiram.

Você foi repórter e editor nos mais importantes jornais, revistas e emissoras de rádio no eixo São Paulo-Brasília. Já passou também pela Alemanha, onde apresentou um programa de rádio de sucesso para a colônia brasileira na Europa. Com toda essa experiência, por que escolheu Maceió para viver e trabalhar?

João Marcos Carvalho – Primeiro porque sou absolutamente apaixonado pela cidade. Segundo, porque só consigo ser feliz editando meu próprio jornal, onde escrevo o que quero, sem censura, sem pressões. Aqui, fui diretor de redação de dois jornais que, enquanto eu estive à frente, enfrentaram a banda podre da sociedade, o que me deu muito prazer.

Mas você vendeu sua parte no jornal e agora está fazendo revistas especializadas sobre História. O que aconteceu, cansou de tanta porrada?

João Marcos Carvalho – As porradas foram grandes, mas a luta continua.guardo apenas o momento certo para voltar a editar um novo jornal independente. Quem me conhece sabe que rendição não existe no meu vocabulário.

E seu livro, quando sai?

João Marcos Carvalho – Creio que em outubro, depende da editora.

Uma profissão de risco

AUTOR DO RELATÓRIO
JOSÉ GOMES TALARICO

Em cumprimento a uma tradição cuja origem remonta à segunda metade dos anos 70, a Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da Associação Brasileira de Imprensa apresenta o seu Relatório Anual, em que estão arroladas as principais ocorrências relacionadas com o exercício da liberdade de imprensa e o respeito aos direitos humanos no País e no exterior, estas referidas em relatórios de organizações internacionais e aqui relatadas de forma sumária.

O Relatório faz a exposição dessas ocorrências mês a mês e põe em destaque questões e episódios que alcançaram relevo especial, como a tentativa de cassação, em maio, do visto de permanência no Brasil do jornalista Larry Rohter, correspondente do New York Times, as comemorações, em agosto, do cinquentenário da morte do Presidente Getúlio Vargas, a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, que ensejou apaixonado debate durante todo o segundo semestre, até o arquivamento do projeto pela Câmara dos Deputados, em dezembro, e, por fim, também em dezembro, o Encontro Estadual de Direitos Humanos realizado no Rio de Janeiro, talvez o evento de maior amplitude dessa natureza realizado no País: fizeram-se presentes 129 representações da sociedade civil.

Seguem-se as informações registradas pela Comissão ao longo de 2004.

JANEIRO-FEVEREIRO

Fotógrafo do JB agredido - O fotógrafo Ramar Costa, do Jornal do Brasil, foi agredido na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio, pelo ator de novelas Marcelo Novaes, por fotografá-lo na praia com uma mulher. Além de agredir, Novaes danificou o equipamento do fotógrafo.

Editor de jornal espancado - O jornalista Elísio Figueiredo, editor do jornal Ênfase, de Búzios, foi espancado na porta de sua casa, na praia de Geribá, Município de Armação de Búzios, sofrendo fraturas. Na 127a. Delegacia Policial, o jornalista informou que vinha recebendo ameaças de morte. O responsável pela agressão teria sido uma pessoa ligada à lojista Daiana Antunes, sua ex-namorada.

O Rio violento - Em levantamento efetuado sobre a violência no Brasil, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) concluiu que o Estado do Rio de Janeiro voltou a ser o mais violento do País.

Emissoras de rádio fechadas em 2003 - Divulgado que a Agência Nacional de Telecomunicações-Anatel fechou em 2003 nada menos que 2.759 rádios comunitárias. Dessas, 1.014 em São Paulo, 351 no Paraná, 39 no Rio de Janeiro e 34 em Brasília.

A situação da liberdade de imprensa no Brasil em 2004

O Relatório Anual da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da ABI aponta os eventos que marcaram o exercício da liberdade de comunicação no País no ano passado e reproduz informes e dados de organizações internacionais sobre o tema.

Desrespeito à Imprensa no Haiti - A Comissão Interamericana de Direitos Humanos registra atentados contra a liberdade de imprensa no Haiti, onde se verificam também agressões e outros atos de violência contra jornalistas.

A BBC submetida a inquérito - A emissora de televisão e rádio BBC, de Londres, foi submetida ao Inquérito Hutton, em virtude de reportagens veiculadas sobre o Iraque e a morte do cientista David Kelly, que se matou em 2003 depois de ser identificado como fonte de uma reportagem de Andrew Gilligan, da BBC. Instaurado o inquérito, o presidente e diretores da BBC renunciaram.

MARÇO-ABRIL

Radialista atropelado - A Associação Baiana de Imprensa denunciou à Polícia que o jornalista Sizênio de Sá Neto, da Rádio Fascinação, de Itapetinga, foi atropelado por um médico e vereador da cidade, em represália ao noticiário da emissora sobre as eleições do Município, em outubro.

Jornal de Uberaba fechado - O Jornal da Manhã, de Uberaba, foi fechado por 48 horas por ordem do juiz eleitoral. A sede da empresa foi invadida por agentes policiais, que lacram suas portas. A decisão foi motivada por entrevista em que o Vice-Prefeito Odo Adão anunciou sua intenção de disputar a convenção para a escolha do candidato à sucessão municipal, afirmação considerada propaganda eleitoral antes do prazo fixado em lei.

Brasileiro assassinado no Paraguai - O radialista brasileiro Samuel Roman foi assassinado em Capitán Bado, Paraguai. Roman tinha prestado depoimento à Polícia sobre a apuração de escândalo de jogo e citou nomes de políticos influentes de Sapucaia, sua cidade. O empresário Jorge Mukai e três brasileiros foram presos e deportados para o Brasil como suspeitos do assassinato.

Jornalista sofre atentado - A jornalista Elisângela Diniz sofreu um atentado ao voltar do trabalho, no Catete: um homem deu três tiros na direção do carro que ela conduzia. Dois meses antes, seu marido, sentindo-se ameaçado, registrara queixa na 66ª. Delegacia Policial, em Piabetá, RJ.

Reportagem censurada - O jornalista Ivanir Yazbeck, do periódico Panorama, de Juiz de Fora, MG, sofreu ato de censura da parte do editor-chefe do jornal, Wilson Cid, que não permitiu a publicação de sua reportagem "Perguntas que não podem calar". Os colegas e amigos de Ivanir mandaram imprimir 5 mil exemplares de sua reportagem, sob o título "Denúncia", e fizeram ampla distribuição do texto.

Jornalista desaparece - Foi divulgado que desde outubro de 2003 está desaparecido o jornalista e publicitário Ivandel Godinho, de São Paulo. Suspeitava-se que Ivandel fora seqüestrado e assassinado. O inquérito policial instaurado e as diligências efetuadas nada conseguiram descobrir.

Seqüestrado e morto - O jornalista Leonardo Blaz Cicoti foi seqüestrado ao deixar a casa de seus pais, em São Bernardo do Campo, e levado em seu carro. Seu pai registrou a ocorrência na Delegacia local. Horas depois Leonardo foi encontrado morto com um tiro na cabeça. Os assassinos levaram sua carteira, talão de cheques e dois cartões de crédito. A Polícia não descobriu os autores do crime.

MAIO

Jornalista ameaçado - O repórter Ary de Barros, do jornal Hora H, de Nova Iguaçu, RJ, enfrenta processos desde que informou que a Vereadora Dalva Zatorre Medeiros alugou à Prefeitura por preço exorbitante um imóvel de propriedade de seu filho.

Violência no Rio de Janeiro - O jornalista e ex-deputado Ib Teixeira, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas,

declara numa entrevista que entre 1995 e 2000 houve 60.300 assassinatos no Estado do Rio de Janeiro. Estima-se que o total de homicídios no Brasil no período ultrapasse 500 mil.

Reparação aos torturados - A Governadora Rosinha Garotinho instalou no Palácio Guanabara a Comissão Especial de Reparação, incumbida de opinar sobre os processos relativos a casos de torturas, para pagamento de indenizações pelo Estado, nos termos da Lei nº 3.744, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a reparação às pessoas presas e torturadas em dependências estaduais durante o regime militar, entre 1º de abril de 1964 e 15 de agosto de 1979. A indenização, a título de reparação moral, foi posteriormente fixada em R\$ 20 mil. A ABI participa da Comissão Especial de Reparação, à qual apresentou numerosos pareceres sobre processos submetidos à sua apreciação.

Países mais perigosos - Israel, com a ocupação dos territórios palestinos, está em primeiro lugar na lista dos países mais perigosos para o exercício da profissão de jornalista. Vêm em seguida Colômbia, Afeganistão, Eritreia, Bielorrússia (Belarus), Irã, Curdistão e Cuba. Iraque é hors concours.

Dia Internacional da Liberdade de Imprensa - A organização Repórteres Sem Fronteiras divulga em 13 de maio, Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, relatório sobre arbitrariedades cometidas contra jornalistas. No capítulo dedicado ao Brasil, a organização elogia o Governo Lula, que tem promovido "uma situação satisfatória de liberdade de imprensa", mas registra violações graves nesse campo, como o assassinato de dois jornalistas em 2003: Nicanor Linhares Batista, no Ceará, e Luís Antônio Costa, em São Paulo. O relatório faz um balanço das violências contra a imprensa em 2003: três jornalistas presos, seis agredidos e dois casos de obstrução pela Polícia do acesso à informação.

JUNHO

Posse da nova Diretoria da ABI – No dia 1 de junho, comemorativo do Dia da Imprensa, que evoca a fundação do Correio Brasileiro por Hipólito da Costa, é realizada a sessão solene de posse da nova Diretoria da ABI, a primeira eleita pelo voto direto dos associados. São empossados solenemente também os 15 novos membros do Conselho Deliberativo e seus suplentes e os integrantes do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal. Mais de 700 pessoas assinaram os quatro livros de presença postos à disposição dos convidados. No discurso de posse, a Diretoria declarou que tem como inspiração Prudente de Moraes neto; como paradigma, Barbosa Lima Sobrinho. A ABI manterá como centro de sua destinação a defesa da liberdade de imprensa e dos direitos humanos.

JULHO

Crimes em Alagoas – Foram mortos no Estado José Cícero Guimarães, dono de uma rádio comunitária do Município de Pilar, e Jorge Lourenço dos Santos, proprietário da rádio comunitária FM de Santana do Ipanema. Os crimes foram cometidos por pistoleiros, não identificados.

Condenado por delito de opinião – O jornalista Lúcio Flávio Pinto, de Belém do Pará, foi condenado pela Justiça do Estado. Numa reportagem no *Jornal Povo*, em maio de 2000, sobre a grilagem de terras no Estado, Lúcio reproduziu informações de órgãos públicos estaduais e federais. No inquérito então instaurado não lhe deram o direito de defesa. O Sindicato dos Jornalistas do Pará protestou contra a condenação de Lúcio e denunciou o processo como atentado aos direitos da liberdade de expressão e de opinião. Em virtude da condenação, além dos recursos interpostos, advogados requereram ao Superior Tribunal de Justiça a revisão do processo. Cabe ressaltar que as autoridades e o Judiciário do Pará se mostram céleres na punição ao jornalista, mas deixam caminhar a passos lentos na Justiça do Estado os processos de nulidade de títulos para a Terra do Meio, movidos pelo Instituto de Terras do Pará, bem como os processos propostos pela CPI da Grilagem.

Violência na Bahia – As entidades de defesa profissional voltaram a reiterar a denúncia de violência no Estado, onde foram assassinados jornalistas e cometidas agressões e toda espécie de perseguição aos órgãos de comunicação e aos jornalistas. Não se registra a punição de quaisquer autores desses crimes: políticos, policiais e bandidos.

Em defesa do Ministério Público – A Associação dos Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e a ABI promoveram em julho um seminário em defesa do Ministério Público, em face da ameaça de edição de uma lei que impediria seus integrantes de fazerem declarações aos meios de comunicação, através da chamada “Lei da Mordaça”, e da amputação do direi-

to de voz dos membros do Ministério Público por eventual decisão do Supremo Tribunal Federal em processo pendente de julgamento. O ato foi presidido pelos Presidentes da Ammpj, Marfan Martins Vieira, e da ABI, Maurício Azêdo, e contou com a participação de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção do Estado do Rio e de membros do Ministério Público do Estado – procuradores e promotores de Justiça. A Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da ABI foi representada por seu Consultor Jurídico, consócio Orpheu Santos Salles.

AGOSTO

Jornal proibido de publicar críticas – O juiz eleitoral de Marília, SP, expediu notificação ao editor José Ursílio de Souza, do *Diário de Marília*, acerca da concessão de liminar à petição do PMDB municipal, e ordenou ao jornal que se abstinhasse de publicar reportagens com críticas ao prefeito e candidatos desse partido, assim como textos de análise da administração municipal, tendo em vista a necessidade de averiguar “se as reportagens têm ou não caráter eleitoral”. Como a liminar atentou contra a liberdade de expressão garantida pela Constituição, o *Diário de Marília* impetrou recursos junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Delegado arbitrário – A Polícia Federal em Minas Gerais invadiu a sede e redação do jornal *O Tempo*, de Belo Horizonte, com policiais armados, para cumprir mandado de busca e apreensão do jornal *Betim em Dia*, expedido pelo juiz Wagner Batista Ferreira. O jornal fora denunciado por crime de injúria contra uma candidata à Prefeitura de Betim. Os policiais vasculharam todos os setores da empresa à procura da publicação. Diante da confusão, o editor de *O Tempo*, Almerindo Camilo, pediu informações sobre a natureza da decisão judicial. Nesse momento, o Delegado Magno José Teixeira deu voz de prisão ao jornalista, mandou algemá-lo e algemado o deixou por uma hora dentro da gráfica. Em declaração a *O Globo*, o Presidente da ABI apontou como arbitrário e inconstitucional o comportamento do Delegado Teixeira.

SETEMBRO

Liberdade de imprensa no mundo – A organização Repórteres Sem Fronteiras, reunida em Londres, divulgou ranking da situação da liberdade de imprensa no mundo, no qual o Brasil aparece em 71º lugar, atrás do Chile e do Paraguai e à frente da Argentina, que se encontra em 79º. Os países com mais problemas são os do Oriente Médio e do Leste Asiático. Na América Latina a RSF aponta Cuba na última colocação. Os mais bem classificados no ranking eram Dinamarca, Finlândia, Islândia, Irlanda, Holanda, Noruega, Eslováquia e Suíça. Os Estados Unidos figuravam em 22º lugar, ao lado da Bélgica.

OUTUBRO

Violência em Manaus – Na campanha eleitoral em Manaus, num evento realizado na Casa do Trabalhador, pro-

fissionais do jornal e da TV A Crítica defrontaram-se com atos de violência por parte do Prefeito e candidato à reeleição Amazonino Mendes, que incitou seus correligionários a investirem contra os jornalistas. Ressalte-se que violências do gênero são prática usual de Amazonino Mendes: quando Governador do Estado, suas ações contra a imprensa foram motivo de protesto da ABI. Por mais esse episódio foi emitida nota de repúdio com exortação ao Ministério Público para que instaure processo contra Amazonino por desrespeito à Constituição e violação do Código Penal.

Diploma obrigatório – Julgando recurso de jornalista de Santa Catarina, que queria seu enquadramento como jornalista após desligada da TV Florianópolis, na qual trabalhou, o Tribunal Superior do Trabalho negou a classificação, apesar de a autora alegar conclusão do curso superior de Jornalismo. Entendeu o TST que durante o contrato de trabalho ela não havia concluído o curso. Foi mantida pelo TST, para exercício da profissão, a obrigatoriedade de diploma de conclusão de curso de Comunicação Social e formalização do registro profissional no Ministério do Trabalho.

NOVEMBRO

Fotógrafo agredido – A ABI enviou ofício ao Ministro da Justiça, Márcio Tomás Bastos, e aos Governadores de Bahia, Paulo Souto, e do Estado do Rio, Rosinha Garotinho, pedindo a apuração rigorosa das denúncias de agressões sofridas pelo repórter-fotográfico Cassiano de Souza, da revista *Caras*, na última semana de novembro. Em queixa registrada na Coordenadoria de Polícia de Ilhéus, o jornalista contou que foi mantido em cárcere privado, agredido e obrigado a ficar nu por ter fotografado a modelo Luma de Oliveira e seu acompanhante, o policial Sigmar de Almeida, no *Txai Resort*, no Município de Itacaré, no Sul da Bahia. A ABI pediu que seja apurada a participação de Nelson Moraes, um dos proprietários do resort, e de seguranças, que segundo o fotógrafo, também participaram das agressões. No ofício ao Governador da Bahia, a ABI pede que Souto se empenhe na apuração do caso, por temer que as investigações policiais em Itacaré não avancem, em virtude do poderio econômico dos proprietários do resort. À Governadora Rosinha a ABI pediu que seja apurado se no dia das agressões na Bahia o policial Sigmar deveria estar de serviço no Rio. (O Ministro Márcio Tomás Bastos encaminhou o expediente da ABI à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, à qual passou a ser vinculado o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, instância a que Casa recorreu em defesa de Cassiano.)

DEZEMBRO

Juiz faz censura prévia – O juiz da 9ª Vara Cível de Brasília proibiu a Folha de S. Paulo de divulgar a denúncia do Ministério Público contra o advogado Erick José Tavares Vidigal, acusado de envolvimento num esquema de venda de decisões judiciais favorá-

veis ao ex-policiaido tido como chefe do crime organizado em Mato Grosso. A Associação Nacional de Jornalistas emitiu nota de protesto pedindo a suspensão da decisão, mas o juiz ratificou o ato. Foram também denunciados três advogados, entre os quais Eduardo Vilhena Toledo, filho do ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça Francisco de Assis Toledo. O ex-policiaido é João Arcanjo Ribeiro, conhecido como Comendador, dono de uma das maiores fortunas de Mato Grosso.

Jornalistas assassinados na América Latina – A Repórteres Sem Fronteiras, reunida em Paris no início do mês, informou que dez jornalistas foram assassinados em 2004 na América Latina. Nesse campo, o Brasil conseguiu ultrapassar a Colômbia em matéria de violência: foram mortos dois jornalistas, um em Mato Grosso e outro em Pernambuco, contra um na Colômbia, um no Haiti, um no México, um na República Dominicana, dois na Nicarágua e dois no Peru. Em 2004 morreram mais jornalistas na América Latina do que na África. A América Latina continuava a ser um continente perigoso para a imprensa, com dez jornalistas mortos desde o início do ano, número que a RSF considera demasiado alto. A longo prazo, diz a entidade, observa-se uma democratização no Continente, num processo em que a imprensa assume o papel de contrapoder que as autoridades pouco a pouco passam a aceitar. Cuba é considerada pela RSF como responsável pelo maior número de violações à liberdade de imprensa. O Governo Fidel Castro libertou em dezembro o mais famoso escritor jornalista do país, Raúl Rivero, tido como símbolo da dissidência cubana, mas restam 23 jornalistas na prisão. Na Colômbia, a perseguição à imprensa é sistemática: os jornalistas são alvo da guerrilha esquerdista e de grupos paramilitares, além de políticos locais. Nos grandes países, como Brasil, Argentina e México, segundo a RSF, o problema é que a liberdade de imprensa tem duas velocidades. Nas metrópoles, a mídia trabalha livremente, com algumas exceções; nas pequenas cidades, a imprensa local sofre todo tipo de perseguição.

Morreram 120 jornalistas em 2004 – Levantamento da Federação Internacional de Jornalistas registra que em 2004 morreram 120 jornalistas, muitos deles assassinados. Os países mais perigosos para o exercício da profissão: Iraque, onde 67 profissionais foram mortos desde a invasão norte-americana, em março de 2003, e os Estados Unidos, que não apresentam relatórios sobre as mortes cometidas pelas tropas invasoras do Iraque sob seu comando. No Estado de Rhode Island, Estados Unidos, um jornalista foi condenado a seis meses de prisão domiciliar por se negar a revelar ao Judiciário a fonte da denúncia de corrupção na polícia federal norte-americana, o FBI. Noutro caso semelhante, um repórter do *New York Times* foi acusado por um juiz. Na Ucrânia, a imprensa enfrenta censura; em Israel, nos territórios palestinos ocupados, em Mianmar (Birmânia), na Iritrêia e em Zimbábue é crescente a violência contra jornalistas.

Uma profissão
de risco

QUATRO INFORMES ESPECIAIS

1 O caso Larry Rohter

No princípio de maio, o Governo anunciou sua decisão de cancelar o visto de permanência temporária no País do jornalista norte-americano Larry Rohter, correspondente do New York Times no Brasil, como revide a uma reportagem por ele produzida sobre o “hábito de bebericar” do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, matéria considerada “leviana, mentirosa e ofensiva” à honra do Presidente pelo Ministro da Justiça.

Diante dos protestos do Governo brasileiro, o jornal publicou uma declaração em que a Embaixada do Brasil em Washington repudiava o texto publicado e acolheu e publicou sem destaque uma carta de 35 linhas enviada pelo Embaixador do Brasil, Roberto Abdenur. Dirigindo-se ao editor do NYT, o Embaixador classificou de surpreendente e lamentável que o jornal tivesse dado crédito a uma história ofensiva e completamente sem fundamento:

“Li com perplexidade e indignação o artigo de 9 de maio sobre o Presidente do Brasil. À luz do título, ‘Ato de bebericar (tippling) do líder brasileiro se torna preocupação nacional’, seria de esperar que qualquer jornalista sério apresentasse fontes locais confiáveis ou sólida cobertura da mídia para sustentar tal afirmação, mas certamente não foi o que aconteceu quando o próprio repórter se refere a isso como ‘especulação’, ‘boato’ e ‘histórias’. Como um longo artigo pode ser escrito tentando apresentar como fatos reais algo que o próprio jornalista sugere que talvez nem exista?”

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um líder e estadista respeitado no Brasil e no mundo todo. Inclusive no mês passado a revista Time incluiu seu nome entre as 100 pessoas mais influentes da Terra. Isso aconteceu como reconhecimento de seu papel como novo porta-voz do mundo em desenvolvimento, alguém que procura um mundo mais justo por meio de reformas, austeridade econômica e justiça social.

O prestígio pessoal do Presidente Lula, que tem origem num país em desenvolvimento, acaba gerando todo tipo de reação, muitas delas dirigidas para a diminuição do brilho de

sua liderança. É surpreendente e lamentável que o jornal The New York Times tenha dado crédito a uma história tão ofensiva e totalmente infundada. (a) Roberto Abdenur, Embaixador do Brasil. Washington, 10 de maio de 2004.”

Também a ABI se manifestou sobre o caso, que ganhou relevo com o anúncio da projetada expulsão de Rohter, feito em 13 de maio, exatamente o dia em que se realizava o ato de posse administrativa da nova Diretoria da Casa. Em nota redigida pelo Vice-Presidente Milton Temer e assinada pelo Presidente Maurício Azêdo, declarou a ABI:

“A Associação Brasileira de Imprensa manifesta seu total desacordo com a decisão da Presidência da República de cassação do visto do jornalista Larry Rohter, do New York Times.

Independentemente de qualquer juízo de valor sobre a matéria do jornalista, a ABI se mantém firme na defesa do princípio constitucional de que ninguém pode ser punido sem direito de defesa.

A decisão contra o jornalista, por delito de opinião, já está trazendo mais danos ao País do que os conceitos emitidos, solitariamente, em seu artigo.

Nestes termos, solicitamos a revisão da decisão, para o restabelecimento dos trâmites burocráticos concernentes às preocupações do Governo.”

Com o retorno ao Brasil do Ministro da Justiça, Márcio Tomás Bastos, que se encontrava em missão no exterior quando se divulgou a pretendida cassação, iniciaram-se entendimentos que resultaram na decisão do Governo de manter o visto de permanência de Rohter.

2 Olhares sobre Vargas

No cinquentenário da morte do Presidente Getúlio Vargas, seu Presidente de Honra, a ABI promoveu uma sessão solene e o evento “Vargas: Olhares da Imprensa”, com a participação, como expositores, dos jornalistas Carlos Heitor Cony, Milton Temer e Villas-Bôas Corrêa, que foram ouvidos por uma platéia numerosa e atenta na Sala Belisário de Souza, no sétimo andar do Edifício Herbert Moses.

Como antigo servidor dos Governos Vargas, o jornalista José Gomes Talarico prestou depoimento sobre as relações de Getúlio com o jornalismo desde a época de acadêmico de Direito, em Porto Alegre, quando foi redator do jornal O Debate e da Revista Acadêmica. Deputado, ministro de Estado, governador e duas vezes Presidente da República, Vargas sempre distinguiu os jornalistas com suas atenções. Chefe do Governo Provisório, visitou em 1931 a ABI, então instalada na Rua do Passeio, na Lapa,

onde informou que o Prefeito do então Distrito Federal, Pedro Ernesto, regularizaria a doação do terreno pleiteado pela entidade desde o fim dos anos 10 para construção de sua sede própria. A partir de então, Herbert Moses, que assumira a presidência da Casa, desenvolveu ações com esse fim junto ao Ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, com a colaboração de Osvaldo Aranha e de Alzira Vargas. Assim a ABI levantou os recursos necessários para a construção, que se estendeu por dois anos. A sede foi inaugurada em 1938, mas lhe faltavam obras de acabamento, para as quais a ABI obteve do Presidente Eurico Gaspar Dutra, que assumiu em 31 de janeiro de 1946, a liberação de 2 milhões de cruzeiros, moeda da época.

Tanto no Governo Vargas como em outros períodos — Governo Dutra, Governo Café Filho, Governo Juscelino Kubitschek —, Moses destacou-se na defesa da imprensa e dos jornalistas, conseguindo êxito, a despeito das condições políticas adversas, nas suas postulações de libertação de jornalistas presos. Na gestão de José Carlos de Macedo Soares como Ministro da Justiça, Moses obteve a relação de jornalistas presos, incluídos os que militavam no Partido Comunista Brasileiro, e em companhia do Ministro e dos jornalistas Danton Jobim e Edmundo Moniz percorreu as prisões e obteve de Macedo Soares a libertação dos presos que se encontravam sem processo ou formação de culpa. A libertação coletiva então promovida passou à História como a macedada.

Foi sob o primeiro Governo Vargas (1930-45) que ocorreram os primeiros atos de reconhecimento da profissão de jornalista e sua proteção: Decreto-Lei nº 910, de 30 de novembro de 1938, que dispôs sobre a duração e as condições de trabalho em empresas jornalísticas; Decreto-Lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943, que instituiu o curso de Jornalismo no sistema de ensino superior; Decreto-Lei nº 7.037, de 10 de novembro de 1944, que instituiu a remuneração mínima para os que trabalham em atividades jornalísticas.

3 Um Conselho polêmico

A Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos acompanhou os trabalhos do 5º Congresso Brasileiro de Jornais, realizado em São Paulo de 13 a 15 de setembro por iniciativa da Associação Nacional de Jornais-ANJ. O principal debate do Congresso foi concentrado nas propostas então em cogitação ou tramitação no Poder Legislativo, como as de criação do Conselho Federal de Jornalismo e da Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual-Ancinav, a primeira já encaminhada à Câmara dos Deputados, a segunda em discussões abertas promovidas pelo Ministério da Cultura, bem como as de instituição do impedimento de servidores

públicos darem informações aos meios de comunicação e de os membros do Ministério Público se manifestarem sobre questões a este submetidas.

Ao instalar o Congresso, o Presidente da Associação Nacional de Jornais, Francisco Mesquita Neto, Diretor de O Estado de S. Paulo, apontou a criação do Conselho Federal de Jornalismo como parte de uma escalada que embute atentados à liberdade de imprensa e tolhe a liberdade de expressão. Mesquita Neto mencionou a série de propostas já referidas como indicadoras de uma tendência oficial ao autoritarismo.

A criação do Conselho foi condenada também pelo Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Cláudio Baldino Maciel, que definiu as atribuições que seriam conferidas ao órgão — fiscalizar, orientar e disciplinar a atividade de Jornalismo — como um fator limitador da independência da imprensa.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, declarou no Congresso que não considera a liberdade de expressão um direito absoluto, e sim relativo. Em seu entendimento há um conflito dos direitos de expressão e de liberdade de imprensa com os direitos que garantem a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem, estabelecidos na Constituição. Jobim propôs a realização de um amplo debate nacional para a busca de solução para esse suposto impasse.

O Presidente Lula participou da sessão solene de encerramento do Congresso e posse da Diretoria então eleita da Associação Nacional de Jornais, presidida por Néelson Sirotsky, da Zero Hora, do Rio Grande do Sul, que substituiu Francisco Mesquita Neto. Após ouvir os pronunciamentos de Mesquita Neto, do ex-Presidente da ANJ Paulo Cabral de Araújo e de Sirotsky, o Presidente Lula fez um discurso em que proclamou que o direito de informação é valor quase sagrado e que não há como garantir o direito de informação sem liberdade de imprensa. Disse o Presidente que a imprensa brasileira não voltará a sofrer censura, como na época da ditadura militar, muito menos de forma dissimulada. Em momento algum o Presidente referiu-se à criação do Conselho Federal de Jornalismo, projeto que encampou, nem às críticas formuladas a essa proposta.

Na mesma época da realização do 5º Congresso Brasileiro de Jornais a Comissão de Educação do Senado Federal, por proposta do Senador Hélio Costa (PMDB-MG), que é jornalista, promoveu uma audiência pública para discussão do projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, contra o qual se manifestaram os Presidentes da ABI, Maurício Azêdo, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão-Abert, José Inácio Pizani, e da Associação Nacional dos Editores de Revistas, Murilo de Aragão. A favor do projeto manifestaram-se os Presidentes da Federação Nacional dos Jornalistas-Fenaj, Sérgio Murilo de Andrade, e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Aloísio Lopes, que, porém, admitiram a necessidade

de alterações na proposta original.

O Presidente da ABI deixou clara posição radicalmente contrária à criação do Conselho, como decidiu o Conselho Deliberativo da entidade em sua sessão ordinária de agosto. No entender da ABI, o projeto está palmilhado de inconstitucionalidades e concede poderes quase imperiais ao Conselho. A proposta, além disso, criaria uma burocracia de sindicalistas, já que a primeira composição do Conselho seria indicada pela Fenaj, que escolheria também os integrantes dos cinco primeiros Conselhos Regionais cuja criação é prevista. Tudo isso, ao longo de dois anos, sustentado pelas anuidades pagas pelos jornalistas, que só poderiam exercer a profissão se estivessem quites com a contribuição devida ao Conselho Regional.

No mesmo dia da audiência pública na Comissão de Educação do Senado o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil promoveu um debate sobre a criação do Conselho Federal de Jornalismo, igualmente com a participação do Presidente da ABI e dos representantes da Fenaj e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, que expuseram as opiniões de suas entidades. Presente ao encontro, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, Maurício Rends (PT-PE), fez reparos à iniciativa do Governo de enviar o projeto à Câmara em momento que não lhe pareceu o mais adequado.

Semanas após o debate, o Conselho Federal da OAB reuniu-se para definir a posição da entidade em relação à criação do Conselho Federal de Jornalismo, proposta aprovada pela quase unanimidade dos presentes à sessão: apenas dois membros do Conselho Federal manifestaram-se contrários ao projeto.

4 Direitos Humanos no Estado do Rio

No dia 3 de dezembro a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro promoveu na sede do Quartel-General da Polícia Militar o Encontro Estadual de Direitos Humanos, que reuniu 129 representações da sociedade civil fluminense para discutir demandas e formular sugestões com vista ao planejamento de ações e definição do formato do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

A mesa dirigente dos trabalhos foi presidida pelo Secretário de Estado de Direitos Humanos, Coronel Jorge da Silva, e integrada pelo Chefe do Estado-Maior da PM, Coronel Claudécir Ribeiro da Silva, e pelos representantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da organização não-governamental Justiça Global, do Movimento de Direitos Humanos do

Rio de Janeiro, do Movimento Viva Rio e do Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual.

Constituíram-se dez Grupos de Trabalho para discussão dos temas incluídos na agenda do Encontro: Educação; Necessidades Especiais, Saúde e Terceira Idade; Crianças e Adolescentes; Mulheres; Negros, Violência e Segurança Pública; Diversidade Religiosa e Ciganos; Moradia e População de Rua; Sistema Prisional; Diversidade Sexual. Os Grupos apresentaram seus informes e decisões ao plenário, que aprovou conclusões incluídas num relatório a ser editado.

O encerramento do Encontro deu-se após nove horas de trabalho, em sessão presidida pelo Subsecretário de Estado de Direitos Humanos, advogado Paulo Bahia, que agradeceu a cooperação das representações e grupos que participaram do evento e ressaltou o trabalho que o Coronel Jorge da Silva vem realizando na Secretaria e a colaboração oferecida nesse campo pela ABI, uma das pioneiras no País na defesa das liberdades e dos direitos sociais e culturais. No final foi concedida a palavra ao representante da ABI no Conselho, jornalista José Gomes Talarico, que destacou a participação da Casa na luta pela universalização dos direitos humanos e pela liberdade de imprensa desde 1908, data de sua fundação, quando inexistiam direitos sociais.

Os membros da Comissão

A Comissão de Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da ABI é presidida pelo Conselheiro José Gomes Talarico, que assumiu esse encargo há mais de 40 anos. Seus companheiros na direção da Comissão são Arthur Nery Cabral, Vice-Presidente; Ítalo de Saldanha da Gama, Secretário; Orpheu Santos Salles, Consultor Jurídico, e Vitor Iorio, Delegado junto aos órgãos de direitos humanos.

Além deles, integram a Comissão os associados Adalberto Diniz, Altenir Rodrigues, Anísio Félix, Elizabeth Vilela da Costa, Germando de Oliveira Gonçalves, Irene Cristina Gurgel do Amaral, Mário Augusto Jakobskind, Maria Cecília Ribas Carneiro, Nacif Elias Hidd, Paulo Parisi Rapoccio e Yacy Nunes. Ao longo de 2004 também participou da Comissão o companheiro Ariosto da Silva Pinto, falecido em fevereiro de 2005.



A jornalista italiana, morta no Iraque em um ataque de soldados americanos ao carro em que seguia para o aeroporto depois de escapar de um seqüestro

GIULIANA SGRENA

Outra vítima no Iraque

A fuzilaria de soldados norte-americanos contra o carro que transportava a jornalista italiana Giuliana Sgrena, após a complexa negociação para que seus seqüestradores a libertassem, foi o principal destaque do Relatório de fevereiro da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da ABI apresentado ao Conselho Deliberativo por seu Presidente, Conselheiro José Gomes Talarico. Em seu Informe, Talarico registrou com pesar o passamento dos jornalistas Roland Corbisier, Ariosto da Silva Pinto e Jacy Pereira Lima, sobre os quais ofereceu informações que estão reproduzidas na seção Vidas. Diz Talarico:

“Mais um jornalista foi seqüestrado no Iraque. Desta feita a correspondente do jornal de esquerda Manifesto, de Roma, Giuliana Sgrena, oitava italiana vítima dessa violência. Ela é também colaboradora do Rail News e trabalha em assuntos relacionados ao fundamentalismo. Exigência dos seqüestradores: a retirada de tropas italianas do Iraque. Giuliana foi libertada, segundo versões, mediante o pagamento de 10 milhões de dólares.

Ao ser levada ao aeroporto para voltar à Itália, o carro que a conduzia foi alvo de ataque por parte de soldados norte-americanos, que mataram um agente que a protegia e feriram a jornalista e outro agente. Aos protestos os norte-americanos alegaram ter atirado em virtude da alta velocidade do carro e porque o motorista não atendeu à ordem para que parasse. A jornalista nega que o carro estivesse em alta velocidade e esclareceu que não foram feitos sinais de advertência. O motorista gritava: “Somos italianos”. O agente jogou-se sobre Giuliana, para protegê-la, foi atingido e morreu. Ela declarou: “Dispararam deliberadamente, porque o Governo norte-americano discorda da libertação de seqüestrados e se opõe aos pagamentos de resgate”.

Para os EUA tudo não passou de “um terrível acidente”.

• Um brasileiro, o engenheiro José Vasconcelos, foi seqüestrado. O Gover-

no brasileiro, sem informações sobre o seu paradeiro, vem promovendo ações para libertá-lo.

• O Comitê para Proteção dos Jornalistas, de Nova York, revela que o desrespeito à imprensa é maior em regiões mais afastadas do Brasil. E registra: a imprensa dos grandes centros não se motiva com os casos de violência contra os jornalistas.

Outra constatação:

• Os empresários, autoridades e políticos têm multiplicado o número de ações judiciais contra profissionais de imprensa e fazem pressões para os jornalistas amenizarem seus trabalhos.

• A situação que preocupa a Colômbia: os jornalistas chegaram a se impor autocensura. Tem-se constatado que os próprios jornalistas evitam tratar de temas que podem ser risco – assuntos ligados à guerrilha e à produção e tráfico de drogas.

• A Lide, revista do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio, voltou a ser editada. Com oito anos de circulação, ficou fora do ar em 2004. A administração de Aziz Filho, atual Presidente do Sindicato, editou-a em janeiro, dedicando-a à crise do Jornal do Brasil, diário que há décadas habita o coração de todos. Lide publica longa reportagem de autoria de Murilo Fiúza de Melo e Daniela da Matta, sob o título A encruzilhada do JB, glória e agonia do maior título da imprensa brasileira, hoje sob o comando do empresário Nelson Tanure, baiano formado em administração de empresas pela Universidade Federal da Bahia e radicado no Rio de Janeiro desde os anos 1980.

A reportagem ocupa 15 páginas da revista. Além do Jornal do Brasil e da Gazeta Mercantil, Tanure tem o controle da revista norte-americana Forbes. Além dos jornais, dirige empresas relacionadas com docas, diques e entretenimento.

Neste registro não é possível reproduzir a reportagem da Lide, assunto de maior importância que os jornalistas devem conhecer. A revista pode ser obtida na sede do Sindicato dos Jornalistas, Rua Evaristo da Veiga, 16, 17º andar.

Uma profissão de risco

Se não sair no **Pessoal**, provavelmente não sai em nenhum lugar". Essa é uma frase muito repetida em Belém, PA, desde 1987, quando o jornalista Lúcio Flávio Pinto, que já havia passado pelo **Estadão** e **Veja**, entre outros veículos de projeção nacional, resolveu criar um jornal capaz de fazer a cobertura da Amazônia que ele imaginava a certa. Há quase dezoito anos ele faz sozinho o **Jornal Pessoal**, que não dá tréguas aos poderosos do Pará.

À primeira vista parece inofensivo: é apenas um boletim quinzenal de oito páginas tamanho ofício, com uma ou outra ilustração ou foto. Com tiragem de dois mil exemplares, é vendido nas bancas e tem seu público fiel. "Nunca aceitei publicidade", conta Lúcio Flávio, 54 anos, que mora e trabalha em Belém. Vive da venda do jornal. "Há horas em que ele se paga, horas em que não se paga. Numa época, chegou a ter 1.200 assinantes. Mais que o **Liberal**, que tinha 800. Mas para manter as assinaturas, teria que virar empresa". Hoje, a distribuição é feita apenas em bancas.

Dia 21 de dezembro, num restaurante em Belém, ele envolveu-se em uma briga com o diretor-editor-corporativo das Organizações Rômulo Maiorana (ORM), Ronaldo Maiorana, e dois policiais que o acompanhavam na qualidade de seguranças particulares. No começo de fevereiro, seu nome foi encaminhado à comissão julgadora do Prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade de Columbia. De acordo com nota publicada na coluna do jornalista Elio Gaspari no jornal **O Globo** de 6 de fevereiro, foi convidado para um estágio na Universidade de Harvard.

PROCESSOS

Ganhador de quatro Prêmios Esso, dois da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais), e o maior prêmio jornalístico da Itália (o prêmio Colombe d'Oro per la Pace), Lúcio Flávio percorreu, em 38 anos de profissão, diversas redações como do **Estadão**, **Veja** e **IstoÉ**, e trabalhou em publicações alternativas, como os extintos jornais **Opinião** e **Movimento**. Tem 10 livros publicados, todos sobre a Amazônia.

Corre o risco de ir para a cadeia, ameaça a que já se acostumou. "Fui jornalista em 19 dos 21 anos da ditadura", diz. "Processaram-me apenas uma vez, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de incitar a população contra as autoridades, segundo a acusação de um IPM. Por causa de matéria que publiquei no suplemento Encarte, que saía em **O Liberal**, em 1976, sobre a violência da polícia. Mas o crime foi desqualificado na própria Justiça Militar e enviado à justiça comum, onde foi arquivado".

O promotor Américo Leal se recusou a fazer a denúncia, e na ocasião declarou que o jornalista merecia uma medalha por sua coragem. Depois da ditadura, o editor do **JP** já foi processado 19 vezes. Treze desses processos estão ainda em curso. Cinco ações (quatro penais e uma cível) são de autoria de Rosângela Maiorana Kzan, diretora administrativa do **Liberal**, que tenta impedir qualquer referência a sua pessoa no jornal de Lúcio.

Outras três ações são de Cecílio do

Rego Almeida, dono da construtora C.R. Almeida, que se sentiu atingido por matérias do **JP** denunciando a grilagem no Xingu, onde se declara dono de sete milhões de hectares. Lúcio também responde a quatro ações dos Desembargadores João Alberto Paiva e Maria do Céu Cabral, que deram sentenças favoráveis à C. R. Almeida. O madeireiro Vandeir dos Reis Costa, fiel depositário de madeira da C. R. Almeida, também processa o homem do **JP**, assim como o ex-prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, do PT.

"Já fui condenado duas vezes" – conta Lúcio –, "em processos de Rosângela e do desembargador Paiva. A primeira condenação prescreveu. A segunda está pendente de recurso meu".

DOROTHY

Há pelo menos duas décadas ele está no meio dos acontecimentos da conturbada Amazônia, que ama e defende através das pequenas mas contundentes páginas de seu **JP**. Amigo desde 1976 da freira Dorothy Stang – recentemente assassinada por pistoleiros quando ia para um assentamento no Sul do Pará –, integrou o grupo de pessoas que se mobilizaram para que a Assembléia Legislativa lhe concedesse em dezembro passado o título de cidadã do Pará.

Quando a conheceu, a missionária estava sendo acusada de incitar posseiros a atacar o fazendeiro americano John Weaver Davis. Ele e dois filhos foram mortos a tiros numa emboscada. O crime aconteceu exatamente no dia 4 de julho, quando os EUA comemoravam o bicentenário de sua independência. A ditadura, inspirada na doutrina de segurança nacional, interpretou o conflito como uma sabotagem à grande data americana. Os posseiros foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e ficaram presos, incommunicáveis, por muito tempo.

"A irmã Dorothy sempre se dedicou à defesa de posseiros. Cruzamos por muitos conflitos de terras, desde então. No mais recente, no ano passado, ela, sempre com uma Bíblia na bolsa, foi outra vez acusada de armar posseiros. O inquérito policial instaurado parecia iniciar o plano de execução. Escrevi sobre seu trabalho um artigo no **Jornal Pessoal** e dela recebi um caloroso e enérgico abraço".

Lúcio sempre temeu pela vida da religiosa, em meio à luta em que, afirma, há dezenas de milhões de reais envolvidos em grilagem de terra e extração clandestina de madeira no Vale do Xingu, onde há a maior concentração no planeta de mogno, a mercadoria de maior valor da Amazônia atualmente.

DESTINO

"O jornalismo surgiu naturalmente dentro de mim, como um destino", ga-

rante. "Um dia, aos 16 anos, passei pela sede de **A Província do Pará** e decidi entrar, num impulso. Saí de lá, no fim da manhã, com a missão, dada pelo redator-chefe, de escrever um artigo sobre o fim da Segunda Guerra Mundial, que se comemoraria no dia seguinte. Voltei à tarde com as quatro páginas prontas. Quando abri a edição de 6 de maio de 1966 meu artigo estava, integralmente, na primeira página – e eu, contratado. A partir daí, nunca mais deixei de dar expedientes de 10, 12, 14 ou até 72 horas ininterruptas de dedicação ao jornalismo".

Lúcio conta como testemunhou os últimos estertores do Correio da Manhã, no Rio de Janeiro, "o jornal que mais tempo influiu sobre a vida brasileira, publicação sem igual na história da imprensa nacional". Ele conta como participou da decadência do império dos Diários e Emissoras Associados. "Ajudei a fazer a mais fascinante das edições temáticas do nosso jornalismo, o número especial da revista **Realidade** sobre a Amazônia, no início da década de 70. Tomei parte em experiências alternativas, como as de **Opinião e Movimento**".

Lúcio Flávio voltou a Belém com o projeto de criar a primeira sucursal regional de **O Estado de S. Paulo** e a idéia de quebrar "a visão exótica que o País tem sobre sua grande fronteira". Conta que comandou empreitadas de jornalismo de combate com outros companheiros, como no jornal **Bandeira 3**. "Em setembro de 1987, com uma história completa sobre o assassinato do ex-deputado estadual Paulo Fonteles de Lima, vi que aquela matéria explosiva só poderia ser publicada num veículo próprio".

"Vi o corpo ainda no carro. Ele estava no banco do carona. Ainda com o cigarro na mão. Foram três tiros de mestre dados na cabeça dele. Morreu na hora, sem a menor possibilidade de reação. No ano seguinte, foi morto o advogado João Batista, em pleno exercício de seu mandato de deputado estadual", lembra.

"Passei três meses investigando", acrescenta. "A matéria ganhou o prêmio da Fenaj, no ano de seu lançamento. Fazia nessa época a coluna Repórter 70, a mais influente do jornal **O Liberal**, e apresentava um programa de entrevistas na TV Liberal. Na época do assassinato do Paulo, o dono da empresa tinha acabado de morrer, o Rômulo Maiorana. Entreguei o texto para a Rosângela Maiorana Kzan, que depois viria a entrar com cinco ações na Justiça contra mim".

D. Rosângela, segundo Flávio, considerou "impressionante" o material, mas apontou suas inconveniências. "Denunciava as pessoas mais ricas do Pará: o Joaquim Fonseca, que se dizia o maior armador fluvial do mundo, e o Jair Bernardino de Souza, da Belauto, a maior revendedora de automóveis. Ela disse que

não podia publicar porque citava dois dos maiores anunciantes do jornal".

IMPOSIÇÃO COLONIAL

Foi quando surgiu o **JP**, cujo segundo número trazia uma denúncia de um rombo de US\$ 30 milhões no Banco da Amazônia (Basa) – que, segundo Lúcio, nenhum jornal denunciava –, pelo presidente interino do banco, que era o advogado de **O Liberal**, Augusto Barreira Pereira. **O Liberal** ignorava o fato porque um dos envolvidos era o procurador dele, e **A Província do Pará** não publicava porque outro dos envolvidos era o famoso compositor Billy Blanco, irmão do Milton Trindade, superintendente da empresa.

"Eu já havia feito um ensaio com o **Informe Amazônico**, em 1981, morto na 12ª edição. Tinha um antepassado glorioso, o **I. F. Stone's Weekly**, editado entre 1952 e 1971, em Washington, por Izzy Stone, o maior de todos os jornalistas. Percebi que a grande imprensa jamais seria o instrumento do que eu queria fazer com meu jornalismo: um veículo de informação da opinião pública amazônica, uma arma contra a imposição colonial à região de um modelo que a suga e transfere suas riquezas para fora, impedindo-a de multiplicar seus ganhos".

Lúcio diz que passou a se dedicar com todas as suas energias ao **JP**, com 339 edições. "Afastei-me definitivamente das redações, inspirado em Dante, mas invertendo o dístico do Inferno: 'Trazei a inteligência, vós que entraís'. O convencimento do jornal não resultará jamais de pressão, coação, ameaça. Só da inteligência. Nele, vence quem demonstra a verdade. E a verdade, como diz o texto bíblico, nos libertará. É o que espero".

"INFERNOS VERDES"

Com seus quase 20 milhões de habitantes, a Amazônia é, segundo Flávio, vista de forma "míope" e até folclórica, que ainda trata a região como "hiléia" e "inferno verde". "A imprensa", disse, numa recente entrevista ao repórter Carlos Tautz, "é incapaz de ver, por trás da beleza cênica, a complexidade amazônica como parte de uma engrenagem internacional que a toma como mote para um extenso circuito produtivo".

Em 38 anos de profissão, considera "muito ruim" a cobertura feita pela própria imprensa local, com exceção do dia-a-dia. "As empresas jornalísticas locais estão condicionadas por interesses paroquiais, vinculações políticas e atrelamento aos governos, ainda seus maiores anunciantes".

Já a imprensa do Sudeste "é preconceituosa" em relação à cobertura da Amazônia. A grande imprensa, diz, não aceitava que se condicionassem investimentos ditos produtivos (como a pecuária de corte) à ecologia porque a floresta não dava rendimento.

"O Sul Maravilha (para tomar uma

entidade mitológica como símbolo) se recusa a tratar de problemas que só parecem ter sentido no parque industrial paulista. Há 20 anos o Pará garante 15% das necessidades de alumínio primário do Japão a um custo inferior ao que os japoneses teriam se continuassem a fabricar o material no seu próprio território, graças ao brutal subsídio concedido à Albrás (controlada pela Companhia Vale do Rio Doce), durante as duas décadas anteriores, ao custo de US\$ 2 bilhões para o tesouro nacional”.

MÉTODO DE TRABALHO

Apesar das ameaças no exercício da profissão, diz que não teve apoio significativo das entidades de classe. “No primeiro processo, o presidente do sindicato escreveu uma nota de solidariedade tão sórdida que pedi o meu desligamento imediato. A solidariedade era pior do que se tivesse feito um ataque a mim. Ele dizia que a Rosângela Maiorana, que me processava, tinha razão, mas era obrigado a ser solidário comigo pelo espírito de corpo”.

Em outros processos e tentativas de intimidação, conta que a solidariedade foi comandada pelas ONGs: Instituto Sócio Ambiental (ISA), Amigos da Terra e Greenpeace. Fenaj e sindicato apenas aderiram. A iniciativa não foi deles. “Quando denunciei a infiltração do narcotráfico na Amazônia, em 1991 - ano em que ocorreu o assassinato de figura da sociedade que era lavador de dinheiro do narcotráfico internacional - durante meses, o **Jornal Pessoal** foi o único a publicar os fatos”.

Lúcio conta que quatro meses depois saiu uma única matéria nos três jornais de Belém dizendo que fora suicídio. Recorda: “Ele morreu na BR 316, a 90 quilômetros por hora, recebeu um tiro na distância mínima de três metros, de cima para baixo, da esquerda, e ele era destro. Foi um único tiro, preciso. Depois que o **Jornal Pessoal** encadeou os fatos, a Polícia Federal apreendeu uma tonelada de cocaína em Marajó e no rio Amazonas”.

O episódio mostra como trabalha o editor do **JP**. A imprensa paraense foi toda para a sede da PF onde haveria uma coletiva. “Fui e não fiz qualquer pergunta. Os colegas quiseram saber a razão do meu silêncio. Falei que tinha ido para conversar em off com o delegado José Salles, depois superintendente no Pará. O colega declarou, então, que iria ficar. Que agora é que ia começar o bom. Retruquei que não existe off coletivo. Que se tratava de uma conversa particular, estabelecida através da confiança mútua. Mas concordei em que todos participassem, com o

compromisso de que publicassem o que ia ser dito. Todos foram embora”.

“Quanto mais a gente se desenvolve, mais fica subdesenvolvido”, sentencia. Mas não se considera um cético. “Se fosse cético, já teria entregado as armas. Tenho esperança. Agora, a minha consciência diz que estou numa luta perdida. Mas vou continuar a luta até o último dia”.

Repórter que vive da investigação dos fatos, Lúcio esclarece um pouco mais a respeito dos seus métodos: “As pessoas pensam que repórter investigativo é aquele de repente presenteado por um dossiê. Investigar significa ir atrás do fio da meada e questionar sempre. Jornalista que não tem dossiê corre atrás dos fatos. É a velha escola de repórter de polícia, que continua sendo a grande escola. Morto não manda release. Não tem assessor de imprensa. O problema é que consigo desagradar a todo mundo. O PT não me considera um aliado. O PSDB não me considera aliado. O PFL, idem. Azar deles. E azar o meu”.

O segredo é ter boas fontes, revela. “Onde Marx escreveu *O Capital*? No Museu Britânico, sem nunca ter entrado numa fábrica. Em quais dados primários se baseia *O Capital*? Nos relatórios dos fiscais de fábrica da Inglaterra. Era um grande jornalista”.

A MAÇÃ DE NEWTON

Estar diante dos fatos e perguntar é, diz Lúcio, sua regra básica. Numa recente entrevista, ele usou como metáfora a maçã de Newton. “Estavam os dois irmãos debaixo da macieira. Felizmente a maçã caiu na cabeça de Newton. Fosse na cabeça do irmão, teria gerado no máximo um palavrão. O jornalista é aquele que faz a pergunta certa, na hora certa. O jornalista é aquele que incomoda o poder. Seja qual for. Ideológico, econômico, institucional”.

Em Tucuruí, o presidente da Eletronorte afirmava, diante das câmeras de televisão, que a água do lago era boa. Lúcio encheu um copo pediu: “Beba um pouco”. O dirigente se esquivou. Ele não tomou. Quando o pistoleiro que executou o deputado João Batista, de nome Péricles, dava entrevista numa pequena sala da Assembleia Legislativa e declarou que jamais tinha pegado numa arma, Lúcio pediu a um soldado para passar-lhe o revólver que usava, depois de tirar as balas. O capitão, que estava ao lado, autorizou.

O repórter conta: “Peguei o revólver e disse para o Péricles: ‘Pega’. Ele tomou a arma de minha mão na hora. Era um profissional. A equipe da TV Cultura, que filmou tudo, saiu correndo para exibir o filme. Jornalismo é isso”.

ABI pede providências sobre o caso Ivandel

A ABI encaminhou em 23 de março ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Paulo Lacerda, e ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, ofício em que pede o esforço das autoridades policiais nas investigações do paradeiro do jornalista Ivandel Godinho Júnior, seqüestrado em outubro de 2003.

No ofício, o Presidente da ABI, Maurício Azêdo, ressalta que há informações imprecisas e incompletas sobre o caso. Maurício informa ainda que há suposição de que Ivandel Godinho Júnior tenha sido libertado por seus seqüestradores, apresente seqüelas de ordem física e mesmo psíquica e esteja recolhido a alguma instituição de saúde no interior do País. Neste caso, a atuação do DPF pode estimular instituições de saúde fora dos grandes centros a se interessarem em apurar a origem de seus internos. Ao Governo de São Paulo a ABI pede que ofereça um relato sobre as intervenções feitas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública para apurar o seqüestro.

A ÍNTEGRA DOS OFÍCIOS

Senhor Diretor-Geral,

A Associação Brasileira de Imprensa dirige-se a Vossa Senhoria para postular a participação do Departamento de Polícia Federal nas investigações que visam à localização do paradeiro do jornalista e publicitário Ivandel Godinho Júnior, seqüestrado em outubro de 2003 e até hoje não localizado pelas autoridades policiais do Estado de São Paulo que se empenham na apuração do caso.

O pedido que formulamos à Polícia Federal, Senhor Diretor-Geral, decorre do fato de que há informações, imprecisas e incompletas, é certo, de que Ivandel Godinho teria sido visto ou referido em episódios de natureza policial nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, circunstância que não comportaria ação da Polícia do Estado de São Paulo, em razão de impedimentos constitucionais. Ademais, a simples menção da presença da Polícia Federal no caso ou de seu interesse pela sua apuração constituiria um fator de intimidação das ações dos captores de Ivandel Godinho, pelo temor que a eficiência desse DPF impõe a criminosos de toda natureza.

Cabe ainda aduzir, Senhor Diretor-Geral, que há suposição de que Ivandel Godinho tenha sido libertado por seus seqüestradores, apresente seqüelas de ordem física e mesmo psíquica e esteja recolhido a alguma instituição de saúde no interior do País. A divulgação do interesse do DPF pelo caso poderia constituir um estímulo a que responsáveis por instituições de saúde fora dos grandes centros se interessem em apurar a origem de seus internos e, assim, oferecer informações que ajudem a localização de Godinho.

Independentemente da decisão que esse DPF adotar em relação ao solicitado, encarecemos uma resposta da Vossa Senhoria a este expediente, pois assim te-

ríamos uma informação suscetível de alimentar a divulgação do caso, já que uma das dificuldades na busca de Ivandel Godinho reside exatamente no silêncio que tem recoberto o seu paradeiro desde que ele foi arrebatado ao convívio da família e dos amigos.

No ensejo, Senhor Diretor-Geral, expresso a Vossa Senhoria os cumprimentos da Associação Brasileira de Imprensa por sua justa inclusão entre os agraciados pelo jornal O Globo no certame de mérito Faz Diferença, recentemente realizado no Rio.

Com os protestos do nosso elevado apreço, firmo-me

Cordialmente

Maurício Azêdo
Presidente

Senhor Governador,

A Associação Brasileira de Imprensa dirige-se a Vossa Excelência para lhe solicitar que recomende às autoridades policiais do Estado de São Paulo que redobrem os seus esforços nas investigações destinadas à apuração do paradeiro do jornalista e publicitário Ivandel Godinho Júnior, seqüestrado em outubro de 2003 e até agora não devolvido ao convívio da sua família.

Decorre este apelo, Senhor Governador, da circunstância de que o silêncio que recobre o caso, por prolongados momentos, desde a captura de Ivandel Godinho, é um fator de inibição da possibilidade de êxito dos esforços para localizá-lo, já que esse silêncio alimenta a passividade de muitos que poderiam colaborar nessa busca.

Apelamos também a Vossa Excelência para que recomende às autoridades e servidores da Secretaria de Estado de Saúde que, sobretudo no interior do Estado, solicitem às instituições de saúde que se interessem em apurar a origem dos seus internos, pois há suposição de que Ivandel Godinho tenha sido libertado por seus seqüestradores, apresente seqüelas de ordem física e mesmo psíquica e esteja recolhido a alguma casa de saúde do interior, até mesmo na condição de indigente. Assim poder-se-ia levantar informações que ajudem a localizar esse nosso infortunado companheiro.

Ficaremos gratos se Vossa Excelência se manifestar sobre o exposto e puder oferecer um relato sobre as intervenções feitas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de São Paulo nas tentativas até agora frustradas de localizar Ivandel Godinho Júnior.

No ensejo, Senhor Governador, apresentamos as expressões do nosso elevado apreço.

Cordialmente

Maurício Azêdo
Presidente

Docentes solidários

Os colegas de Lúcio Flávio Pinto na Universidade Federal do Pará receberam com indignação a agressão contra ele, praticada pelo empresário Ronaldo Maiorana. Em assembleia-geral extraordinária, os docentes da UFPA aprovaram uma Moção de Repúdio à violência, assim redigida:

“A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará, em Assembleia-geral Extraordinária realizada em 28 de janeiro de 2005, manifestou seu repúdio contra o ato de brutalidade inaceitável sofrido pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, professor aposentado da UFPA, no dia 21 de janeiro de 2005, no restaurante Parque da Residência, por entender que tal ato de violência física atenta contra os direitos humanos, a liberdade de imprensa e expressão, exigindo rigorosa apuração e punição dos agressores. (a) A Diretoria.”

GENTE

MOACIR WERNECK

90 anos de vida, 70 de jornalismo

CARLOS JURANDIR

Vamos lembrar o seu exemplo de bravura e de luta – é uma das primeiras frases do artigo *O herói negro*, de 14 de novembro de 1995, publicado no livro *A Máscara do Tempo* (Civilização Brasileira, 1996). O autor, o jornalista Moacir Werneck de Castro, se refere a Zumbi dos Palmares, mas a frase poderia aplicar-se a ele próprio, que completou 90 anos em fevereiro. Moacir a seu modo também ergueu a lança para lutar, mal começava a carreira de jornalista, contra o fascismo tupiniquim, na condição de redator das publicações *Revista Acadêmica* e *Diretrizes*, durante o Estado Novo.

Sua primeira missão como repórter – a cobertura de uma assembléia no Sindicato dos Garçons, na Lapa, reprimida pela polícia, em outubro de 1934 – acabou numa cela do Dops. Foi seu “teste de rua”, proposto pelo editor do *Jornal do Povo*, publicação esquerdista que durou apenas dez dias. “A sala foi invadida por policiais de arma em punho que atiravam a esmo e mataram dois trabalhadores”, conta Moacir. Arrastado para o “tintureiro”, o repórter estreatente teve que enfrentar o “corredor polonês” formado pelos truculentos meganhas da Polícia Especial e passar duas noites, incomunicável, numa masmorra da Polícia Central, na Rua da Relação.

O episódio teve pronta intervenção da ABI: o presidente da entidade, Herbert Moses, por solicitação do irmão do preso, o também jornalista Luís Werneck de Castro, localizou Moacir – pois a polícia não confirmava seu paradeiro – e conseguiu sua libertação. “Moses era um conservador que levava a sério sua função à frente da ABI”, conclui Moacir Werneck, que narra o episódio em seu livro *Europa 1935, Uma Aventura da Juventude* (Record, 2002).

“PENSAMENTO ÚNICO”

Nascido em 1915 na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, Moacir Werneck de Castro, como declarou certa vez Otto Lara Rezende, “é um exemplo eloquente e completo do que tem sido o intelectual brasileiro de sua geração”. Jornalista, escritor e tradutor, retratou de Bolívar (*O Libertador – A Vida de Simon Bolívar*) a Mário de Andrade (*Exílio no Rio*), tratou da “revolução africana” e do Oriente Médio, quando ouviu, entre outros, o líder egípcio Gamal Abdel Nasser, o palestino Yasser Arafat e o senegalês Léopold Sedar Senghor; escreveu sobre as invasões americanas no Vietnã, no Panamá, no Afeganistão e no Iraque, além da Guerra Fria, da União Soviética e o socialismo e, é claro, os problemas brasileiros, de Dom João VI a José Sarney, passando por Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e o regime militar.

Até os dias de hoje, quando se in-

Num texto de 1995, ele disse que Zumbi dos Palmares é um “exemplo de bravura e de luta”, mas a definição se aplica a ele próprio

AGÊNCIA O GLOBO

Moacir Werneck encampa em sua longa trajetória de escritor e jornalista os grandes dilemas da humanidade, entre eles a luta dos trabalhadores e as comoções nacionais e internacionais



surge contra “essa espécie de pensamento único que pretendem nos impor, sufocando as identidades nacionais e tentando reduzir a humanidade a um rebanho manso, tangido pelos pastores neoliberais”, são quase setenta anos de militância atrás da máquina de escrever e, mais recentemente, do teclado do computador. Escreveu sete livros de reportagens, artigos e crônicas, a maior parte publicada na imprensa diária. Ao mesmo tempo, traduziu de Fiodor Dostoiévsky a Gabriel García Márquez, enquanto prestava assessoria à Enciclopédia Britânica no Brasil, tendo participado na elaboração da *Mirador*.

Redator-chefe de *Última Hora* de 1958 a 1971, no dia do golpe, 1º de abril de 1964, resolveu se aconselhar com um colega mais experiente sobre a maneira de manter o jornal nas bancas. “Fui procurá-lo uma manhã, na sua casa da Rua Assunção, em Botafogo”, conta. Teve a solidariedade, o conforto e ainda uma inesperada colaboração. “Ele me ajudou com vários editoriais preciosos de análise política, dissecando com agudeza temperada de habilidade as mazelas do regime”.

“Alinhando argumentos jurídicos lapidares”, prossegue Moacir, “punha a nu o caráter ditatorial do Ato Institucional número 1, mascarado de democracia à moda da casa. Detinha-se especialmente na exposição dos abusos dos IPMs, cuja rede de violências começava a se estender, abrindo caminho à institucionalização do arbítrio, da violência e da tortura”. O episódio vem contado no livro de crônicas *A Máscara do Tempo* (Civilização Brasileira, 1996). O morador da Rua Assunção? Era o jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

A propósito, ele recorda outra história do ex-presidente da ABI. Chamado a depor num processo contra jornalistas numa auditoria do Exército, um juiz lhe perguntou à saída qual o segredo de tanta longevidade e lucidez. “Mais tarde” – escreveu Moacir –, “ele contou que ia en-

tregando, mas caiu em si a tempo. Expliou: “Eu quase disse que o segredo é uma consciência tranqüila, mas podia prejudicar o processo”.

A INVASÃO DE UH

Moacir Werneck é autor de um dos mais belos artigos sobre o golpe de 1964, *A Moça das Garrafas*. Depois de lembrar de passagem Fabrizio del Dongo, personagem de Stendhal, “que participou de uma batalha sem saber que ela depois se chamaria Waterloo”, conclui que esse não era bem o seu caso e da equipe de jornalistas que resolveira tocar o jornal. Eles não podiam ignorar em que batalha estavam e o que tinham pela frente depois que o proprietário do jornal *Última Hora*, Samuel Wainer, foi obrigado a se refugiar numa embaixada. A redação, na Rua Sotero dos Reis, em São Cristóvão, havia sido depredada por uma horde de “revolucionários”.

Encontraram-se num apartamento mantido pelo jornal na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, para confabular o que fazer. Olhavam pela janela e viam na rua manifestantes festejando o triunfo da “revolução”. Além de Jorge Miranda Jordão, o diretor de redação, estavam presentes os jornalistas Flávio Rangel e Thereza Cesário Alvim. Souberam que a empregada que cuidava da casa tinha sido levada por manifestantes em busca de “agentes de Moscou”. Diante da festa na rua, começara a jogar garrafas vazias pela sacada. A turba invadiu o prédio e, debaixo de pancada, levou a moça para uma delegacia, de onde ela só conseguiu sair por ação dos jornalistas, que ficaram sabendo seu drama: filha de um trabalhador da roça que sonhava ter um pedaço de terra com a reforma agrária prometida por Jango, perdeu a cabeça ao ver o sonho da família cair por terra.

“Aquele pessoal na rua estava festejando o fim do sonho dos sem-terra. Não ocorreu à moça outra coisa senão atirar

garrafas em cima dos que matavam a esperança” – conta Moacir.

Dramas pequenos só na aparência, assim como grandes comoções nacionais e internacionais, indagações sobre o futuro da Humanidade e as lutas dos trabalhadores têm sido os temas permanentes de Moacir Werneck, assim como as trajetórias de personalidades como Otto Lara Rezende, Rubem Braga, Alceu Amoroso Lima, Graciliano Ramos, Oscar Niemeyer, Vinícius de Moraes e tantos outros, retratados através dos anos em artigos e crônicas que sempre iluminam aspectos inesperados ou detalhes reveladores da época em que vivemos.

REVELAÇÕES

Os artigos de Moacir, reunidos em vários livros, enredam o leitor numa teia de revelações que mostra o pesquisador incansável, capaz de advertir, por exemplo, contra o crescente preconceito em relação aos árabes – “está se criando sorrateiramente uma vaga de ódio irracional” –, os vetos de Washington à entrada de brasileiros, como Djanira, as violências perpetradas contra os escravos nas fazendas de café do interior fluminense em princípios do século passado, a ideologia do extermínio justificada pela polícia do Rio já nos anos 80, a curiosa trajetória de uma anedota, começando por Minas e indo a Freud e o escritor argentino Jorge Luís Borges.

Ao articulista não falta imaginação, como na “biografia” da bailarina italiana Maria Baderna, que, a partir de sua chegada ao Rio em 1851, se meteu em tantas confusões por aqui que seu sobrenome passou a significar a própria confusão. “Carbonária, adepta de Mazzini e participante da revolução de 1848”, La Baderna juntou-se em terras fluminenses a outro aventureiro, Giancarlo Fiammetta. Os dois passaram a freqüentar uma célula da Liga dos Comunistas em funcionamento na Rua da Vala, a cujas reuniões Maria comparecia vestida de personagem do escritor Joaquim Manuel de Macedo, até que o “aparelho” foi “estourado” pela “polícia do ministro Eusébio de Queiroz”.

Moacir informa que o filósofo Karl Marx, o inspirado patrono do socialismo, falhou lamentavelmente ao descarregar suas baterias contra o general Simon Bolívar, a quem chamou, na redação de um verbete, de “canalha brutal e miserável”. O fato, conta Moacir, criou grandes problemas para a historiografia soviética. Aliás, o jornalista sobrepõe a glória de Bolívar, Sucre, O’Higgins, San Martín, Artigas e outros libertadores sul-americanos à absoluta ausência de heróis brasileiros nessa área.

Em 1935, foi à Europa, aos 19 anos, quase só com a roupa do corpo e ficou lá quase um ano, perambulando por vários países, inclusive o Portugal salazarista, a Espanha prestes a se tornar franquista à força e a Alemanha já sob o domínio de Hitler. “Não sou um repórter de rua”, esquivava-se, com modéstia, convalescendo de uma queda em que fraturou uma perna e o impediu de se locomover.

GENTE

Villas-Bôas: afinal, um dos nossos

Aos 57 anos de batente, ele ingressa na ABI. Aqui, explica por quê

JOSÉ REINALDO MARQUES

Considerado o decano da crônica política brasileira, Villas-Bôas Corrêa é um dos mais novos sócios da ABI. Segundo o jornalista, foram dois os motivos que o levaram a somente agora, aos 57 anos de carreira, solicitar o seu ingresso no quadro de associados da entidade: o primeiro, mais antigo, foi a atitude corajosa que a ABI adotou na ditadura militar, com Prudente de Moraes Neto e Barbosa Lima Sobrinho; o segundo, mais recente, é que hoje a ABI “atravessa uma fase singular, pois pela primeira vez consegue conjugar a competência administrativa de tirar a instituição de um buraco de dívidas com a postura de defesa da classe e da democracia”.

Villas-Bôas Corrêa conta que Barbosa Lima Sobrinho, quando Presidente da ABI, por diversas vezes o convidou formalmente para que fizesse parte da diretoria, mas que, devido a uma jornada bastante atribulada – “trabalhava em dois, três jornais, além da televisão” – não podia aceitar o convite, que, confessa, também o assustava:

– O Barbosa Lima me espantou. Certa vez me encontrou na rua e disse: “Villas, você tem que ser meu sucessor lá.” Mas eu não podia. Porém, agora que as coisas ficaram mais maneiras, eu decidi entrar na ABI como associado.

No jornalismo desde 1948, Villas-Bôas orgulha-se de pertencer a uma geração que plasmou o modelo da reportagem política e que “tem como marca a independência e a imparcialidade.” Dela fazem parte Carlos Castello Branco, Lívio Coutinho, Castilho Cara de Onça e Murilo Mello Filho.

– Os repórteres políticos de então foram muito importantes, porque conseguiam fazer jornalismo com isenção, atuando num momento em que a imprensa, por causa da resistência ao Estado Novo, ficou partidária.

O ingresso de Villas-Bôas no jornalismo não se deu por causa de uma vocação irresistível. Formado pela antiga Faculdade Nacional de Direito, ele prestou concurso e foi trabalhar no antigo Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps). Como o dinheiro era curto e seu segundo filho acabara de nascer, acabou sendo levado para a redação de *A Notícia* pelo sogro, Bittencourt de Sá, então diretor do jornal. Numa entrevista para o projeto Centro de Memória da Imprensa Carioca, da UERJ, sobre o início da sua carreira, ele cita o antigo vespertino como a sua escola de jornalismo prático:

– Comecei fazendo tudo. Com esse tudo quero dizer: chegava uma girafa para o Jardim Zoológico, o Villas ia cobrir; crimes, o Villas ia cobrir. O noticiário policial era intenso naquela época, embora *A Notícia* não desse



Villas: testemunha de muitos acontecimentos políticos importantes no País

destaque aos crimes sangrentos da forma como se dá hoje.

Nos anos 50, quando começou a fazer jornalismo político, a reportagem era dividida em escalões distintos, sendo o primeiro encarregado de cobrir as subcomissões na Câmara. O trabalho nas comissões, segundo seu relato, geralmente era feito por um repórter veterano. Nos dias em que a comissão apresentava uma matéria importante, era comum os jornais enviarem mais de um repórter ao local para ajudar na cobertura. Na apu-

ração dos acontecimentos do plenário, atuavam também um segundo e um terceiro escalões de repórteres – “cobrir o plenário era extremamente importante, porque ali estava o real jogo do poder.”

Villas-Bôas não gosta de comentar o trabalho dos colegas que fazem atualmente a cobertura do noticiário político, mas destaca o que ele chama, elogiosamente, de “os expoentes matriarcais” que são Tereza Cruvinel e Helena Chagas, da redação do *Globo* em Brasília. Na televi-

são, diz que gosta do comentarista Franklin Martins.

Além da *Notícia*, o jornalista trabalhou na redação de *O Dia*, que ajudou a criar, foi diretor da sucursal carioca do *Estado de S. Paulo* e fez comentários políticos para as TVs Manchete e Bandeirantes. Em 1980, assumiu a Editoria de Política do *Jornal do Brasil*, onde até hoje mantém uma coluna de opinião.

Em 2002, escreveu o livro *Conversa com a memória*, no qual faz um retrospecto dos últimos 50 anos da política nacional. O livro foi lançado pela Editora Objetiva e traz um relato amplo de Governos como os de Getúlio, Juscelino e Jânio Quadros, a deposição de Jango, os 21 anos da ditadura militar e a Nova República de Tancredo Neves, culminando com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

Antigo companheiro de Villas-Bôas Corrêa, Murilo Mello Filho escreveu num artigo para o *Jornal do Commercio* que Villas é motivo de orgulho para toda uma geração de jornalistas profissionais, “que dele muito se honra, não só pela sua capacidade de repórter e redator incomparáveis, como também pela sua integridade e a sua honradez pessoal”.

Conta também que os dois foram testemunhas de muitos acontecimentos políticos importantes e lembra um episódio ocorrido em Cuba, em 1960, quando acompanhavam uma histórica viagem do ex-presidente Jânio Quadros àquele País. Segundo Murilo, Fidel Castro se dirigiu a Jânio e disse:

– Imagine, doutor Jânio, que, após depormos o ditador Batista, queríamos encampar uma empresa estrangeira ou um banco americano e o doutor Manuel Urrutia – que havíamos designado para a Presidência da República – se opunha à encampação. O senhor sabe o que eu fiz, doutor Jânio? Eu renunciei ao meu posto de primeiro-ministro. No que eu renunciei, o povo veio para esta praça, aqui em frente e acampou durante três dias e três noites, exigindo a minha volta. Eu voltei, demiti o doutor Urrutia, mandei-o para Miami e nomeei o dr. Oswaldo Dorticós para substituí-lo.

De acordo com o jornalista, no avião de volta ao Brasil, degustando uma dose de uísque, Jânio dirigiu-se a ele e disse: “Você viu, Murilo, o que o primeiro-ministro fez? Ele renunciou e o povo veio para a rua, exigir a sua volta.” Um ano depois, no dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciava à Presidência da República, dizendo:

– Onde está o povo? Onde está o povo que não veio me buscar?

“Pela primeira vez a ABI consegue conjugar competência administrativa com a postura de defesa da classe e da democracia”

VIDAS

Aristóteles, o Jeremias da vida real

Aos 74 anos, morreu no Rio o jornalista Aristóteles Travassos de Andrade. Pernambucano de Timbaúba, começou no jornalismo como redator do **Boletim Cambial**. Teve passagens pelo **Estado de S. Paulo**, **Jornal do Brasil** e na Rádio JB. Trabalhou também, como redator, no **O Globo** e no **Jornal do Comércio** do Rio. Era especialista em assuntos internacionais, área em que atuou no copy das redações pelas quais passou.

Funcionário do Banco do Brasil durante muitos anos, Ari, como era conhecido, jamais abandonou a profissão de jornalista, da qual se orgulhava. Dedicou-se por quase duas décadas à edição do **Jornal dos Bancários**, uma de suas paixões, além do Flamengo e a música, especialmente a música clássica. Ouvinte dedicado dos programas clássicos dos bons tempos da Rádio JB e da Rádio MEC, lia sobre história da música. Também era fã de jazz e colecionador das gravações fundamentais do gênero.

Os amigos mais chegados sabiam que, particularmente, alimentava a esperança de um dia aprender a tocar um instrumento. O amor pelas sinfonias e o swing não o afastou, porém, da solidariedade para com os sambistas e a música brasileira verdadeiramente popular, a seu ver preteridos pela indústria do consumo. Prestigiava a MPB feita nos quintais dos subúrbios, dentro dos limites de seu tempo escasso.

Figura querida em todos os locais de trabalho que freqüentou, será sempre lembrado por uma característica em fase de extinção: a solidariedade. Ari sabia ouvir os problemas dos que viviam à sua volta, sugeria soluções e quando podia se empenhava ele mesmo em dar uma contribuição para remover o obstáculo. Muitos o comparavam a um personagem de Ziraldo, Jeremias, o Bom, que se metia em enrascadas para tentar resolver os problemas dos outros.

Membro desde 1952 do Partido Comunista Brasileiro, não aceitou “o fim” do socialismo, decretado pelo liberalismo. Mesmo quando já não militava, inclusive por questões de saúde, manteve incólume sua solidariedade para com os pobres do mundo. Aristóteles Travassos de Andrade teve uma complicação decorrente da doença de Alzheimer e foi submetido a uma cirurgia. Estava internado no Quinta D’Or à meia-noite do dia 9 de fevereiro. Era irmão do também jornalista Aristélio Andrade, Diretor Econômico-Financeiro da ABI. Deixou viúva e três filhos.

ÁLVARO SOLEDADE MACHADO

Sócio militante da ABI e assíduo freqüentador do décimo-primeiro andar do Edifício Herbert Moses, Álvaro, veterano jornalista, trabalhou na **Gazeta de Notícias** e no Consulado dos Estados Unidos, onde foi colega de Paulo Francis. Por muito tempo ligado ao turismo, integrava ultimamente a equipe do **Jornal Rural**. Participou da antiga Comissão Fiscal da ABI.

Corbisier, o que pensou o Brasil

ARQUIVO / OGLBO



Roland Corbisier: sócio da ABI desde 74 e conselheiro de 92 a 2000

Pensador irrequieto, que em poucos anos foi do integralismo ao trabalhismo e à filosofia humanista, Roland Corbisier era sócio da ABI desde 1974 e foi conselheiro de 1992 a 2000. Nascido na cidade de São Paulo, pertenceu a uma geração que fez ferver as idéias sobre o futuro do País e se deixou impregnar por essa efervescência. De 1934 a 1945 durou seu período integralista, quando debatia diretamente com os dirigentes Plínio Salgado e Raimundo Padilha, acabando por divergir deles.

Em 1949, em São Paulo, torna-se colaborador do **Estadão** e inicia os estudos de filosofia e economia com que se preparou para assumir o papel relevante que mais tarde desempenhou no debate nacional. Quando o País passou a discutir a questão do petróleo, em 1952, Corbisier, já no Rio, como integrante do “grupo Itatiaia” — núcleo de intelectuais que discutiam as questões nacionais e que deu origem ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política —, editava os **Cadernos do Nosso Tempo**, verdadeira tribuna de debates sobre as questões nacionais.

Com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros — Iseb, em 1955, nascido do núcleo do Ibsp e instituído no MEC, no Governo Café Filho (1954-55), surgiu o instrumento para a ampliação dos estudos sobre a realidade brasileira. O novo órgão era administrado

por um conselho nomeado pelo presidente da República e integrado, entre outros, por Anísio Teixeira, Hélio Jaguaribe e Roberto Campos. O Iseb começou a funcionar quando Juscelino Kubitschek, em 1956, iniciava seu Governo (1956-61), o que vinha ao encontro da filosofia “nacional-desenvolvimentista” adotada pelo Instituto.

Corbisier integrava o grupo de Jaguaribe e outros, que pretendiam uma atuação menos acadêmica e mais engajada,

quando foi desencadeada a crise de 1958, que dividiu a direção do Iseb. Em 1960, ingressou no antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Eleito deputado à Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara, deixou a direção do Instituto. Eleito em 1963 suplente de deputado federal, deixou o Legislativo carioca para assumir uma cadeira na Câmara, sempre pelo PTB.

Com o golpe de 1964, figurou na primeira lista de cassados pelo Ato Institucional nº. 1. Três dias depois, foi extinto o Iseb e instaurado o IPM para apurar as “atividades subversivas” de seus integrantes. A eleição de Negrão de Lima para Governador da Guanabara, em 1965, desagradou os militares, que o acusaram de ter “recebido ajuda dos comunistas”. Foi a inspiração para a edição do AI-2. Acusado de ter negociado a eleição de Negrão de Lima, Corbisier ficou dois meses preso no Dops do Rio.

Com a conclusão do IPM, no ano seguinte, 74 pessoas foram arroladas como “militantes comunistas”. O pensador Roland Corbisier tornou-se assessor da Enciclopédia Mirador Internacional. É autor de vários livros, entre os quais *Poemas, Consciência e Nação* (ensaios, 1950), *Situação e Problemas da Pedagogia* (1952), *Formação e Problemas da Cultura Brasileira* (1958), *Enciclopédia Filosófica* (1964), *Reforma ou Revolução* (1968) e *Autobiografia Filosófica* (1978).

Grisolli fez história na imprensa, teatro e TV

Paulo Afonso Grisolli morreu em dezembro último na província de Cascaes, Portugal, como consequência de um acidente vascular cerebral. Figura destacada no teatro nacional e na televisão, especialmente na TV Globo, Grisolli também atuou como jornalista e participou da reforma gráfica do **Jornal do Brasil**, nos anos 60. Ele começou em São Paulo, como repórter da **Folha de S. Paulo** (1953-1956). Ainda em São Paulo, foi redator da revista **Visão** e chefe de reportagem da sucursal de **O Globo**.

Transferindo-se para o Rio em 1959, foi trabalhar no **Diário da Noite** como redator e integrou logo depois a equipe de **Fatos & Fotos**, onde chegou a secretário de Redação. A partir de 1964, tornou-se editor do Caderno B do JB, quando participou de uma das mais importantes reformas gráficas da imprensa brasileira, ao lado de Reinaldo Jardim.

Editor do **Programa em Revista**, publicação mensal de divulgação teatral do Rio de Janeiro e São Paulo, já era uma personalidade do teatro. Ao mudar-se para o Rio de Janeiro, havia se integrado à equipe local do Teatro Oficina, do qual foi administrador em São Paulo. No Rio, começou a trabalhar com Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal, entre outros. Associou-se também a Amir Haddad, com quem fundou o grupo Comunidade, Luís

Carlos Maciel e Tite de Lemos, estes últimos do Teatro de Repertório.

Participou então de montagens históricas, como as de *Quatro Séculos de Maus Costumes*, baseada em *Auto da Barca*, de Gil Vicente, e *A Mulher de Gravata*, de Leonardo Fróes, em 1962, além de *Electra*, de Sófocles, no ano seguinte, pelo grupo Mambembe, em Niterói. Dois anos depois, a realização de *Mortos Sem Sepultura*, de Jean-Paul Sartre, e, em seguida, de *Onde Canta o Sabiá*, de Gastão Tojeiro, Teatro do Rio (1966). *Terror e Miséria do Terceiro Reich*, de Bertold Brecht, foi montada no Teatro Serrador, e *As Troianas*, de Eurípedes/Sartre, pela Cia. Maria Fernanda, no Teatro Gláucio Gill.

No entanto, foi como realizador na televisão que Paulo Afonso se tornou mais popular, notadamente com os seriados “A Grande Família” (1973-75), texto de Oduvaldo Vianna Filho, Armando Costa e Paulo Pontes, entre outros, alguns dos mais importantes autores teatrais da época, que ele levou para a TV, e “Malu Mulher”, com a atriz Regina Duarte, em 1979. Também participou de montagens como *O Sítio do Picapau Amarelo*, recriação da obra de Monteiro Lobato, parceria com Wilson Rocha, na Rede Globo (1975-1977). Grisolli também foi produtor e realizador de shows de música popular e de vários filmes.

Ariosto, um lutador

Ariosto da Silva Pinto foi um dos repórteres mais ativos do antigo **Correio da Manhã**, autor de reportagens populares de grande repercussão. Em uma de suas atuações mais marcantes, acompanhou o episódio, que comoveu a opinião pública, do assassinato do jornalista Nestor Moreira, de *A Noite*. Com ruptura de fígado e rins após espancamento policial, Nestor agonizou durante onze dias no Hospital Miguel Couto.

O veterano repórter também se destacou no trabalho pela construção do conjunto residencial dos jornalistas, no Jardim de Alá, além de destacar-se na ABI, como integrante do Conselho e dirigente da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa. Era pessoa modesta, ativa e de grande coragem pessoal, estimado por uma legião de colegas e companheiros. Trabalhou até os últimos dias de sua vida.

(José Gomes Talarico).

Newton Rodrigues, um mestre

Um dos mais destacados profissionais de sua geração, o jornalista Newton Rodrigues morreu no dia 4 de fevereiro de insuficiência respiratória. Ele começou sua atividade jornalística na imprensa diária do Partido Comunista Brasileiro e participou no fim dos anos 40 e nos anos 50 da redação do periódico *Voz Operária*, ao lado de Aydano do Couto Ferraz, Almir Matos e João Batista de Lima e Silva, entre outros expoentes do Partido.

Com o cisma declarado no PC após a divulgação do famoso informe do Primeiro-Ministro da União Soviética e Secretário-Geral do Partido Comunista no XX Congresso do PCUS, em 1956, Nikita Krushev, Newton rompeu com o PC e passou algum tempo afastado do jornalismo. Ficou numa espécie de limbo, sem acesso ao mercado de trabalho, discriminado por sua origem política. Retornou como editor da revista *Senhor*, que não durou muito e na qual não permaneceu muito tempo. Tornou-se então redator de publicidade da agência Standard Propaganda.

Após breve atuação como publicitário, Newton retornou ao jornalismo. Integrou então a redação do *Correio da Manhã*, de que foi editorialista ao lado de Otto Maria Carpeaux, Antônio Houaiss, Álvaro Lins e Antônio Calado, entre outros. Com o colapso do *Correio*, como consequência das perseguições da ditadura militar ao jornal, Newton ficou novamente privado da possibilidade de trabalhar em jornal. Sobreviveu então como consultor da empresa de engenharia C. R. Almeida, até que em 1974 foi admitido na *Folha de S. Paulo*, na qual permanece 17 anos – até 1991.

Sua saída da *Folha* deu-se em circunstâncias rumorosas, porque ele aceitou um convite do então Presidente Fernando Collor para um encontro pessoal e a direção da empresa, que havia sido processada por Collor, considerou que deveria ter sido avisada do convite e consultada se este poderia ser aceito ou não, já que Newton integrava o Conselho Editorial da *Folha*. Depois disso,

Newton trabalhou em *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal do Brasil*, para o qual escreveu o último texto jornalístico, em setembro passado.

Além de renomado jornalista Newton era considerado um intelectual e pensador brilhante, embora sua produção fosse voltada para a publicação em jornais. Ele escreveu um livro, *Brasil Provisório*, e estava organizando uma coletânea de artigos e ensaios sobre a evolução política do País a partir do Governo José Sarney. Pesquisador disciplinado, chegou a completar uma obra que lhe consumiu anos de trabalho: um dicionário de pseudônimos adotados no Brasil através dos tempos, desde a vida literária e política até o campo da criminalidade, com os bandidos que marcaram época com seus vulgos. Não teve tempo, porém, de encontrar editor.

Newton de Almeida Rodrigues, seu nome completo, era formado em História pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia-FNFi da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ, mas inicialmente teve atração pelo Direito. O jornalista Frederico Lourenço Gomes conta que ele e Newton participaram do mesmo vestibular para ingresso na antiga Faculdade de Direito, foram aprovados e chegaram a frequentar o curso. Frederico formou-se bacharel em Direito, mas nunca advogou; Newton abandonou o curso e se matriculou na FNFi, pela qual se formou em História. Ele chegou a trabalhar como professor de História, mas o jornalismo acabou por atraí-lo para a profissão que exerceu durante cerca de 60 anos.

Newton havia completado 85 anos em 15 de setembro passado e era sócio da ABI desde 29 de dezembro de 1965. Ele deixou viúva Lygia Freire de Almeida Rodrigues e quatro filhos: João Carlos Rodrigues, jornalista e historiador, autor de uma biografia de João do Rio; Márcia de Almeida, também jornalista e igualmente sócia da ABI; Antônio José Rodrigues, há anos radicado em Lisboa e programador da Cinemateca de Portugal; e Mônica Rodrigues, juíza do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

Hélio Bloch, o talento múltiplo

Jornalista, ator, músico, escritor, dramaturgo, violinista e tradutor, Hélio Bloch morreu dia 10 de janeiro, de insuficiência respiratória, no Hospital Córdio-Trauma, em Ipanema. Estava internado há duas semanas. Tinha 79 anos, e vinha lutando há seis meses contra um câncer de pulmão. Nascido no Rio de Janeiro, foi diretor da revista *Manchete* e do jornal *Última Hora*. Fundou o Teatro Santa Rosa e assinou, em 1967, a comédia musical *A Úlcera de Ouro*. Como publicitário, prestava consultoria a agências de propaganda. Também foi consultor de campanhas políticas e trabalhou na agência MPM.

Músico competente, apresentou-se executando ao violino trechos de músicas eruditas e populares, associando-as a políticos e personalidades que ele conheceu ao longo de meio século. É autor da novela *A Tartaruga Cibernética*, finalizada pouco antes do AI-5. O protagonista, Salatiel Ventura, um frasista brilhante, crítico, culto e engenhoso, não consegue colocar as idéias em prática. A capa do livro foi feita pelo cartunista Ziraldo e o prefácio é do jornalista Artur Xexéo. Como crítico, Boch via na peça de Jean-Paul Sartre *O Diabo e o Bom Deus* a inspiração para Glauber Rocha filmar *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

Erros no textos: de quem é a culpa?

É das empresas, e não do jornalista sentenciam o mestre Chico Amaral

A publicação de erros ortográficos e gramaticais na imprensa demonstra, mais que uma falha na formação profissional do jornalista, uma debilidade das empresas quanto ao treinamento, coordenação e controle de qualidade de seu produto. A afirmação é do jornalista Chico Amaral, diretor da empresa espanhola Cases i Associados. Amaral fala do alto de seus mais de vinte anos de trabalho em jornais, onde começou como revisor em 1982, tendo sido também diagramador durante vários anos. A partir de 1988, atuou como editor de Arte no *Jornal de Brasília*. Em 1994, como diretor de Arte, integrou a equipe do *Correio Braziliense*, tornando-se um dos líderes da renovação do jornal e o autor de seu projeto gráfico. Ele acredita que os órgãos de comunicação deveriam desenvolver meios de garantir a correção estilística e gramatical das matérias publicadas.

– As redações devem ser compreendidas como áreas de formação permanente. A formação do jornalista deveria ser um esforço contínuo – diz ele, acrescentando que mais do que nunca um jornal é o reflexo de sua redação.

Chico Amaral considera que o fluxo de trabalho deve ser rigorosamente desenvolvido a partir de um modelo editorial pré-determinado. Baseando-se especialmente na experiência de alguns jornais ingleses, ele defende a adoção

de uma hierarquia de poucos níveis dentro da redação e um sistema de trabalho “semelhante a uma antiga linha de montagem industrial”.

– Automatizar parte do trabalho, para dar mais responsabilidade e autonomia ao repórter, que passa a responder por todo o processo de produção da notícia, da investigação à edição final em página. O editor toma para si as funções de agregar valor à informação e ao processo e treinar sua equipe, de acordo com as demandas do modelo editorial – diz.

Ressalvando que não se trata da volta do antigo “mesão”, quando uma equipe de redatores era responsável pelo texto final da publicação, Chico defende a centralização do trabalho numa mesa composta por um editor, um diretor de arte e um editor de fotografia.

– Eles coordenariam todo o trabalho da redação interagindo com os editores. Em cada caso, a composição da mesa pode ter uma configuração distinta, mas é a partir dela que se controla todo o processo. Da pauta ao fechamento, permitindo a implementação de um eficiente controle de qualidade – conclui.

Chico Amaral acumula uma série de prêmios, sendo mais de 50 outorgados pela Society for News Design (SND), inclusive o World Best Designer. No Brasil, ganhou o Esso de Criação Gráfica. Em 2001, trocou o posto de editor executivo do *Correio Braziliense*, pelo de diretor do estúdio Cases i Associados, em Barcelona.

Conselho acompanha caso Luma de longe

Reunido em 15 de fevereiro, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, decidiu não acolher a representação formulada pela ABI acerca das violências praticadas contra o repórter-fotográfico Cassiano de Souza, da revista *Caras*, quando fazia uma cobertura jornalística em torno da modelo Luma de Oliveira no Txai Resort, no município de Itacaré, no sul da Bahia.

Contra os votos do relator, advogado Percílio de Souza Neto, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e do representante da ABI, jornalista Silvestre Gorgulho, a maioria do Conselho decidiu não apurar as violências, como reivindicara a ABI. O voto vencedor foi conduzido pela intervenção da advogada Elizabeth Sussekind, ex-Secretária Nacional de Justiça no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Em ofício dirigido à ABI em 10 de março, o Secretário Especial dos Direitos Humanos em exercício, Mário Mamede, deu conta de que o Conselho “se dispôs a acompanhar as investigações, para que a apuração desse lamentável incidente ocorra de forma

célebre, eficaz e isenta, sendo que já foram solicitadas ao Ministério Público e à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia informações sobre as eventuais providências tomadas no âmbito de suas respectivas competências”.

ROSINHA APURA

Ao contrário do Conselho, a Governadora do Estado do Rio, Rosinha Garotinho, mandou apurar a participação no episódio do policial Sigmar de Oliveira, como solicitou a ABI na mesma época em que se dirigiu ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Segundo a ABI relatou à Governadora no Ofício nº 272/2004, de 3 de dezembro de 2004, o policial Sigmar, apontado pelo fotógrafo Cassiano de Souza como um dos autores das violências, estava no bebom do Txai Resort “em dias em que deveria presumivelmente estar de serviço na Secretaria de Segurança Pública do Estado”.

Em 15 de março, a Assessora Especial da Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Jéssica Oliveira de Almeida, comunicou à ABI que os fatos relatados à Governadora “são objeto de apuração pela Sindicância Administrativa nº 346/04 em tramitação na Corregedoria Geral Unificada das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro”.

Se fosse possível às cadeiras do velho auditório do 9º andar da ABI opinar sobre quais as histórias de amor mais belas a que já assistiram, talvez não mencionassem qualquer dos grandes filmes – e não foram poucos – que desfilaram na tela à sua frente por três décadas. Romances mais duradouros – e reais – tiveram início bem ali, antes, durante e depois das sessões de cinema que, funcionando como pólo de atração e vida social, marcaram uma época em que conversar e conhecer pessoas era a maior diversão.

A tradição remonta à década de 50, quando as culturas árabe e israelita se revezavam em uma das raras disputas saudáveis em que podem se meter: a de quem exibia maior número de filmes para suas respectivas comunidades no Rio. Foi em uma dessas sessões que Alice Ahmed, hoje viúva, viu pela primeira vez aquele que viria a ser seu marido e companheiro inseparável por 52 anos. Uma história de fazer inveja às efêmeras uniões de alguns roteiros de Hollywood ou Cinecittà.

“Os homens punham suas roupas novas para vir aqui aos domingos, quando ocorriam as sessões, e esperavam o saguão encher antes de entrarem”, lembra ela, que voltou ao auditório para uma entrevista exclusiva ao *Jornal da ABI*, ao lado da amiga Wissal Safatli, também frequentadora das tardes de cinema árabe no 9º andar. Segundo Alice, aquele “era o grande evento mensal da vida de toda uma geração”.

“Vínhamos com nossos pais e familiares”, recorda por sua vez Wissal, hoje também viúva. “Antes de as luzes se apagarem para o início da sessão, todos permaneciam de pé no salão, conversando com as pessoas conhecidas e trocando olhares com as que desejavam conhecer. Alguns homens arriscavam uma piscadela. Mas não podiam jamais abordar as moças ali mesmo. Aquela que permitisse isso ficava mal falada. Em geral, os pretendentes procuravam a família na semana seguinte, solicitando permissão para frequentar sua casa”.

Quando a permissão saía, os namoros eram mais pudicos até do que os filmes exibidos no auditório. Estes eram basicamente “água com açúcar”, nos quais um leve tocar de lábios era o máximo a arrear a platéia. E os namoros consistiam em visitas sob o olhar vigilante dos pais ou “convites para um passeio em grupo a lanchonetes, no caminho para a estação do bonde em que se voltava”, diz Alice. Somente depois de noivos ou casados passavam a frequentar as sessões juntos, de mãos dadas, reforçando ainda mais a sensação dos presentes de que aquele era o lugar certo para quem procurava o amor de sua vida.

Wissal confessa que, no auditório, fingiu ignorar e fez pose ante a primeira piscadela do futuro marido. Piscada que ele só se atreveu a dar depois de já ter revelado seu interesse à família dela. “Uma semana depois, estava praticamente noiva”, comenta Wissal, que casou aos 16 anos (dois a menos que Alice) e também teve uma vida feliz, por 40 anos, ao lado do pai de seus três filhos.

“O cinema daqui era o lugar aonde se traziam as moças para entrar na sociedade”, assinala Alice, que admite ter sido um pouco mais ousada que a média: dava beijos na bochecha do marido no escurinho da sessão. “A TV acabou com isso. Acho que devíamos recuperar de alguma forma o romantismo dessa época”.

NO ESCURINHO DO CINEMA

Os romances e casórios nascidos nas sessões cinematográficas do auditório da ABI, desde o ciclo de filmes árabes às exibições do Cineclube Macunaíma



Wissal Safatli (à esquerda) e Alice Ahmed de volta ao cenário onde conheceram seus maridos, nas sessões de cinema realizadas no auditório da ABI

POLÍTICA E INTELLECTUALIDADE

As sessões de filmes árabes e israelenses foram efetivamente minguanado com advento da mídia caseira. Depois disso, o auditório só viria a reencontrar seus dias de glória no início dos anos 70, com a fundação do Cineclube Macunaíma naquele espaço. Mas ao contrário das sessões árabes, a vida social ali não mais se pautaria só por amizade e romance: discussões políticas e trocas de idéias entre “cabeças pensantes” de uma geração que atravessou a ditadura se tornariam a marca registrada do lugar.

“Após as sessões, muitos dos frequentadores saíam em grupo para um chope, durante o qual se articulavam iniciativas políticas”, assinala Maurício Azêdo, Presidente da ABI, que na época era Diretor do Cineclube. O Presidente, por sua vez, era Fichel Davit Chargel, atual Diretor Administrativo da Associação. “Praticamente desaparecido desde a repressão militar de fins de 1968, o cineclubismo voltou a ter naquela época um papel de ponta na dinamização da vida cultural e na reorganização dos jovens. E o Rio era, com

certeza, o centro mais efervescente desse movimento”, atesta Maurício.

Um dos compromissos do Cineclube Macunaíma, revelados pelo próprio nome adotado, era o de difundir o cinema nacional e incentivar sua produção. Contudo, títulos estrangeiros de vanguarda também eram bem-vindos. A primeira sessão, em 16 de novembro de 1973, trouxe em cartaz *O Bandido Giuliano*, do italiano Francesco Rosi, todo em *flash back* e em preto-e-branco. Havia exibições semanalmente, sempre às 21h de sábado. Mas em seu auge o Macunaíma chegou a ter duas sessões, a primeira às 18h30.

Após os filmes, promoviam-se debates com diretores e encontros com a intelectualidade. Os filmes mais marcantes eram os de Gláuber Rocha, durante algum tempo ausente do País e, então, a grande referência da cinematografia brasileira, com títulos como *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* e *Terra em Transe*. Também fez sucesso no Cineclube um curta de começo de carreira de Glauber: *O Pátio*. Entre os diretores

que vieram e participaram de debates sobre seus filmes estiveram Cacá Diegues e Nelson Pereira dos Santos.

“Quando Glauber voltou ao Brasil, veio ao Cineclube, mas preferia chegar com a sessão já iniciada”, recorda Maurício. “Ia para o mezanino, discreto, onde assistia ao filme e depois apanhava a devida parte da renda da bilheteria. Não queria aparecer. De certo modo, evitava o centro da polêmica que havia provocado ao declarar, na revista *Visão*, que Golbery era ‘o gênio da raça’. Muitas críticas vieram da esquerda”.

Outro sucesso da história do Macunaíma foi *Dodeskaden*, de Akira Kurosawa, que reuniu 592 pessoas em uma sessão. Por sinal, a última antes de a cópia ser destruída a machadadas, conforme determinado pela canhestre legislação então vigente, sempre que não se providenciava uma renovação do certificado de censura mediante uma taxa por metro linear da película. Com seus quase 6 quilômetros de fita, *Dodeskaden* era economicamente proibitivo para a distribuidora.

Outra exibição emocionante foi a do *Encouraçado Potemkin*, de Eisenstein, por volta de 1978. Foi a primeira aparição carioca do filme cuja cópia principal havia sido apreendida pela Marinha, ao ser exibida num desaparecido cinema de Botafogo. Uma distribuidora de São Paulo especializada em filmes soviéticos, descoberta pelo cineclubista Ademar de Oliveira (hoje, um dos integrantes do Grupo Estação de salas de cinema), possuía outra cópia e a alugou ao Cineclube.

“Cada sessão tinha de ser registrada na Divisão de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal. Para nossa perplexidade, obtivemos o registro no dia seguinte ao pedido”, lembra Maurício. “Às 21h, compareceram 800 pessoas, nosso recorde. Tivemos de mandar parar os elevadores. Houve um momento em que entraram 27 pessoas num deles, cuja capacidade máxima era de 16. Diante da frustração dos que não conseguiram entrar, foi marcada outra sessão, que lotou novamente.”

O Presidente da ABI lembra que diversos casais se formaram também naquela época, aproveitando a vida social ocorrida no 9º andar. Cita como exemplo Leo Lince, na época militante do PCB, que conheceu, em 1978, nas sessões do Cineclube Macunaíma, a jovem por quem se apaixonou e com quem se casou.

O fim do Cineclube, em meados dos anos 80, foi ditado pelas limitações do formato 16 mm, para o qual havia reduzido número de cópias. O acervo, totalizando cerca de 70 filmes, havia sido criado pelo próprio movimento cineclubista e se esgotava em pouco mais de um ano. As sucessivas reexibições desgastaram as cópias (a de *Morangos Silvestres*, de Ingmar Bergman, estava tão danificada que não raro se interrompia a sessão). Havia uma boa colaboração com a Cinemateca do MAM, cujo curador era Cosme Alves Neto. Mas mesmo assim, atingiu-se o limite.

Para Maurício, as condições para o desenvolvimento da atividade cineclubística mudaram radicalmente com a concorrência do videocassete, do DVD e da internet, fazendo com que o cineclube deixe de ser o único meio de acesso a certos filmes. “Hoje, a idéia da ABI é retomar as atividades em caráter mensal, focando em pré-estréias de filmes brasileiros, seguidos de debates com diretor e elenco, e exibição de títulos estrangeiros significativos, com palestras introdutórias com um crítico e debates após a sessão.”

“No auditório do nono andar, o grande evento mensal da vida de toda uma geração”